

PRIMEIROS DESAFIOS

Discursos do Presidente
João Figueiredo



MARÇO 1979/MARÇO 1980

PRIMEIROS DESAFIOS

DISCURSOS DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO



MARÇO 1979/1980

Í N D I C E

	PÁGS.
Discurso ao receber a faixa presidencial	1
Pronunciamento na primeira reunião ministerial	7
Oração na missa de 31-3-79	15
Discurso no banquete oferecido ao Chanceler Helmut Schmidt, da República Federal da Alemanha	17
Brinde no janta oferecido pelo Chanceler Helmut Schmidt	23
Palavras na reunião final com o Chanceler Helmut Schmidt	25
Discurso ao receber a Ordem do Mérito do Governo do Distrito Federal	27
Discurso ao receber os dirigentes da Itaipu Binacional	29
Discurso na IV Feira Nacional da Soja	31
Discurso dirigido aos trabalhadores brasileiros	33
Discurso por ocasião da entrega de prêmio à ENGESA	37
Discurso no encontro com Paulo Salim Maluf	39
Discurso ao receber o título de Presidente Honorário da Sociedade Rural Brasileira	41
Discurso no encerramento de Congresso da OEA	43
Discurso quando da assinatura da mensagem sobre a anistia	47
Fala em reunião do Conselho de Segurança Nacional	51
Discurso em reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE	55
Discurso em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico	57
Palavras na Plataforma SS.6 da Petrobrás	63
Improviso ao ser homenageado pela Federação do Comércio do Distrito Federal	65
Discurso ao inaugurar Congresso Internacional sobre Doença de Chagas	67
Discurso durante a visita à SUDAM	69
Discurso no jantar oferecido ao Presidente do Governo Espanhol	71
Brinde no banquete oferecido pelo Presidente do Governo Espanhol	75
Palavras ao receber representantes da Federação Nacional da Agricultura	77
Palavras a prefeitos em visita ao Palácio do Planalto	79
Palavras ao receber o colar da Justiça do Trabalho	81
Palavras ao receber a visita de Ministros japoneses	83
Discurso em Batatais	85
Palavras no V Encontro Nacional de Dirigentes da LBA	89
Discurso no jantar oferecido ao Presidente da Zâmbia	91
Discurso em Belo Horizonte	95
Discurso no Conselho Nacional do Comércio Exterior	99
Discurso no XVIII Congresso da União Postal Universal	103
Discurso na Associação Comercial do Rio de Janeiro	105

	PÁGS.
Discurso na apresentação do Programa de Meios de Transportes Alternativos	109
Pronunciamentos no jantar oferecido ao Governador de São Paulo	113
Discurso na assinatura de protocolos com as indústrias de automóveis, cimento e carvão	117
Discurso no I Congresso dos Municípios Brasileiros da Região do Rio Uruguay	121
Discurso perante a Comissão de Interior da Câmara dos Deputados	125
Discurso na comemoração do 10º aniversário do programa «Campus Avançado»	127
Mensagem à Rede Cristã de Comunicações dos Estados Unidos	129
Discurso ao povo de Itajubá	131
Discurso ao receber prefeitos das Estâncias Hidrominerais	133
Discurso ao sancionar o Código de Menores	135
Discurso no V Encontro do Oeste Brasileiro	137
Discurso no banquete em homenagem ao Presidente do Peru	141
Discurso quando da assinatura da Declaração Conjunta e do Tratado de Amizade e Cooperação com o Peru	145
Discurso na reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE	149
Discurso ao chegar a Caracas	157
Discurso no banquete oferecido pelo Presidente da Venezuela	159
Discurso no Conselho Municipal de Caracas	165
Discurso no almoço com empresários do Brasil e da Venezuela	167
Discurso no jantar oferecido ao Presidente da Venezuela	171
Discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	175
Discurso em Fortaleza	181
Discurso no almoço da Turma de 1937	183
Discurso em Florianópolis	187
Oração no Dia Nacional de Ação de Graças	191
Discurso na abertura do I Seminário Nacional do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo	193
Discurso durante visita a São Paulo	195
Discurso à Nação	197
Discurso aos operários que concorreram ao título de «Operário Padrão»	207
Discurso ao receber cumprimentos do corpo diplomático	209
Discurso aos Oficiais Gerais	211
Discurso à Nação Brasileira	217
Palavras ao dar posse ao Ministro Ibrahim Abi-Ackel	221
Palavras por ocasião do seu aniversário natalício	223
Palavras ao dar posse ao Ministro Chefe do EMFA e ao Ministro da Fazenda	225
Discurso por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Ahmed Sekou Touré	227
Discurso por ocasião do jantar oferecido pelo Senhor Ahmed Sekou Touré	231
Discurso na reunião com seu comando político	233
Discurso por ocasião do almoço do Clube Ginástico Português	235
Discurso durante a formatura dos alunos do Curso de Direito no Centro de Ensino Unificado de Brasília — CEUB	239
Discurso na I Feira Nacional da Pesca Anhembí	243

15.3.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER A FAIXA PRESIDENCIAL DAS MÃOS DO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL

Os passos de Vossa Excelência, eu os acompanhei em toda a minha vida. Para mim, Ernesto Geisel foi exemplo de virtudes militares e cívicas a seguir e emular.

Deus me premiou ao fazer-me receber esta faixa, insígnia da mais alta magistratura de nossa Pátria, das mãos honradas de Vossa Excelência.

O elogio de seu governo, melhor do que eu, toda a Nação o faz. Toda a Nação aí está para dar testemunho da história real dos cinco anos que hoje se encerram. Como seu antigo ministro, tudo o que diga será pouco.

Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem. Jamais tomar para si os momentos de alegria e de realização. Examinar as questões e decidir, no interesse exclusivo do bem da Nação e do Povo.

Vi quando mudou convicções amadurecidas, diante de soluções mais adequadas.

Vi quando — entre tantas propostas conflitantes — ousou escolher a melhor, ainda que a menos popular.

Vi a serena e patriótica lucidez de Vossa Excelência quando — a despeito de duras crises, no âmbito nacional e internacional — soube conduzir o País a um real progresso social e político.

E peço a Deus que, ao sair deste Palácio, daqui a seis anos, tenha eu percorrido o caminho exemplar de Vossa Excelência: caminho que é a própria História da nossa Pátria.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Adalberto Pereira dos Santos:

Dos cargos e funções públicas, poucos serão tão nobilitantes quanto aquele que é o próprio símbolo da continuidade constitucional.

Ser Vice-Presidente da República — como tão bem demonstrou Vossa Excelência — é um constante exercício de humildade, modéstia e confiabilidade. A um passo do poder, cabe-lhe, sobretudo, estar pronto a servir.

Ao deixar a Vice-Presidência, sai Vossa Excelência cercado do respeito dos brasileiros e agasalhado na estima de todos, que tanto o apreciamos.

Excelentíssimo Senhor

General-de-Exército Alfredo Stroessner,
Presidente da República do Paraguai,

Excelentíssimo Senhor

General-de-Divisão David Padilla Arancibia,
Presidente da República da Bolívia,

Excelentíssimo Senhor

Doutor Carlos Alberto da Mota Pinho,
Primeiro-Ministro da República Portuguesa,

Excelentíssimo Senhor

Doutor Henck Alphonsus Arron,
Ministro-Presidente e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros
da República do Suriname,

Excelentíssimos Senhores e Senhoras,

Chefes e membros das Missões Especiais que aqui vieram para
assistir à minha posse:

Honra-me especialmente a presença, nesta cerimônia, dos altos Representantes de um número tão expressivo de nações, com as quais mantém o Brasil as melhores relações de amizade e de cooperação.

A inalterável tradição de convivência harmoniosa, que caracteriza a diplomacia brasileira, inspira-me a reafirmar, neste momento, o roteiro proposto pelo Barão do Rio Branco, no começo do século, para a política externa brasileira. «O Brasil do futuro», disse ele, «há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do Direito e no bom senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos».

Saúdo, com fraterno sentimento, os representantes das Nações de nossa comunidade latino-americana. Ao expressar o apreço pela

presença de Vossas Excelências, ressalto a convicção de que os laços que nos unem serão ainda mais reforçados e enriquecidos.

Vejo com satisfação a presença dos representantes de nações que, como o Brasil, se empenham na luta pela superação do subdesenvolvimento e pela construção de uma sociedade mais justa, nos planos nacional e internacional. Rogo que levem de volta a seus povos, na América Latina, África e Ásia, a expressão da solidariedade, em tão nobre causa, do Governo e do povo brasileiros.

Recebo com especial contentamento a presença de representantes de nações africanas de recente independência. Toca-me profundamente o significado histórico de tal fato. Considero-o marco importante de um relacionamento, cujas perspectivas são tão amplas quanto entrelaçadas nossas raízes étnicas, lingüísticas e culturais.

Aos Senhores representantes de todas as nações irmãs da África, transmito a certeza do continuado apoio do Brasil às aspirações do povo daquele Continente.

Aos países desenvolvidos, da Europa Ocidental, das Américas e do Pacífico, aos quais nos ligam um precioso acervo de laços históricos e tantas identidades culturais, desejo expressar o constante empenho do Brasil numa aproximação crescente, para ainda maior benefício de nossos povos, e engrandecimento dos valores comuns.

Às Nações com sistemas diferentes do nosso, reitero a disposição de manter um relacionamento profícuo e dinâmico. Desejamos aproveitar construtivamente todas as oportunidades de cooperação, com resguardo das singularidades sociais e políticas, na esperança de um caminho de paz.

Senhores e Senhoras: de regresso a seus países, a todos peço transmitir a seus governos a afirmação de que o Brasil será sempre um interlocutor amistoso, um parceiro leal.

A mensagem deste Brasil generoso e hospitalar — que peço levar de volta a seus povos — é de otimismo e confiança em nosso futuro comum.

Os meus votos pessoais são de prosperidade e de paz.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça,

Excelentíssimo Senhor Senador Luiz Vianna Filho, Presidente do Senado Federal,

Excelentíssimo Senhor Deputado Homero Santos, Presidente em Exercício da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Neder, Presidente do Supremo Tribunal Federal,

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado do governo Geisel,
Meus Ministros de Estado,
Meus Senhores, minhas Senhoras:

Para o Vice-Presidente Aureliano Chaves e para mim, as palavras do nosso juramento, perante o Congresso Nacional, não são expressões rituais ou protocolares. São o penhor de dedicarmos ao bem do povo brasileiro todas as nossas forças, todo o nosso caráter. Nele empenhamos honra e vida.

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Medici e Ernesto Geisel.

Reafirmo: é meu propósito inabalável — dentro daqueles princípios — fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade.

Reafirmo: sustentarei a independência dos poderes do Estado e sua harmonia, fortalecendo, para que atinja sua plenitude, a Federação sonhada pelos fundadores desta Pátria.

Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado — sem sobressaltos — o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição.

Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da índole de nossa gente.

Reafirmo a dedicação total, minha e de meu governo, ao ideal — plenamente atingível em nossos dias — de propiciar condições dignas de vida a cada cidadão.

Para que melhor se distribuam, entre todos, os frutos do trabalho de todos.

Para que a riqueza nacional não seja meio de ostentação de uns e de opróbrio de outros.

Para que não sobre a uns poucos o que a muitos falta.

Para que as regiões e os Estados se diferenciem uns dos outros pela personalidade e pela tradição cultural. Não pelo contraste entre a opulência e a privação injusta e inumana.

Reafirmo a prioridade ao desenvolvimento agropecuário. Como meio de prover rapidamente à elevação dos padrões alimentares do povo. Como forma de melhorar substancialmente a qualidade de vida nos campos.

Reafirmo: o combate à inflação é condição preliminar do desenvolvimento. E será mantido com intensidade proporcional aos malefícios da elevação contínua dos preços.

Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos, os custos do nosso desenvolvimento.

Reafirmo o propósito de fazer da cidade um chão e teto habitáveis. Não a troca da miséria pela promiscuidade. Não o câmbio de uma forma de pobreza por outra — tão mais cruel, porque mais próximos os bens da civilização.

Reafirmo a minha determinação de garantir a cada trabalhador a remuneração justa em relação ao trabalho produzido, às suas necessidades como chefe de família e à harmonia entre os vários segmentos da sociedade. Recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII: «Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações».

Reafirmo: cada brasileiro tem direito de receber do Estado os cuidados básicos com sua saúde, com a própria educação e a dos filhos; assistência médico-social na enfermidade, no desemprego e na velhice; habitabilidade nas casas; meios de transporte que não sacrificuem, nas filas e nas conduções, o tempo destinado ao lazer e ao convívio.

Brasileiros e Brasileiras:

Vou entregar-me de corpo e alma às tarefas do governo, para assegurar uma administração eficiente e proba.

Rápida nas decisões.

Simples nas relações com as pessoas e as entidades.

Preocupada com o bem comum.

Vigilante na preservação da ordem pública e dos direitos das pessoas e da sociedade.

Firme na segurança das instituições. Prudente e serena na utilização dos instrumentos legais existentes para esse fim.

Numa nação jovem, como a nossa, é natural uma certa dose de impaciência na promoção dos anseios populares. Ai de nós se nos

faltasse o entusiasmo da juventude! Reafirmo meu desejo de encontrar os jovens; com eles confraternizar; e com eles avançar democraticamente na construção da Pátria de nossos filhos e netos.

É o que espero fazer, com a ajuda de Deus e dos brasileiros.

Muito obrigado.

19.3.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOÃO
FIGUEIREDO NA PRIMEIRA REUNIÃO MINIS-
TERIAL.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República,

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado:

Quero, inicialmente, agradecer aos Senhores Ministros as valiosas contribuições que me deram, no desdobramento das diretrizes setoriais que lhes encaminhei.

Proponho-me, agora, a estabelecer um conjunto de normas práticas, nos campos administrativo e político, para a concretização da orientação nelas contidas. Parto do pressuposto de que meus Ministros saberão trabalhar coesos, em equipe.

A ação do Governo visará à melhoria da qualidade de vida do homem brasileiro e à sua valorização, através do aumento de renda; de sua melhor distribuição, entre regiões e indivíduos; e da democratização das oportunidades.

Em qualquer situação, as aspirações de uma sociedade dinâmica excedem, sempre, a capacidade do Estado de concretizá-las a curto prazo. Entretanto, é a própria sociedade, pelo seu esforço de trabalho e poupança, que cria recursos. Não o Estado.

Cabe a este estimular a sociedade a produzir recursos e — diante de sua escassez crônica — estabelecer prioridades de distribuição, de forma a atender os interesses da maioria.

Nessas condições, a concorrência de projetos desejáveis — mas de execução simultânea impossível — é altamente perturbadora.

No plano internacional, os novos desdobramentos da crise de petróleo seguramente nos desfavorecerão sob dois aspectos:

Primeiro: Seu impacto direto sobre nossas despesas com a importação de petróleo;

Segundo: seus efeitos sobre a inflação e o crescimento mundiais dificultarão nossas vendas ao exterior e encarecerão nossas importações.

Apesar desse quadro de dificuldades, prosseguiremos em nosso esforço de ajuste do balanço de pagamentos, de expansão das exportações, e de adequada administração da dívida pública.

No setor interno, a sociedade reclama um esforço persistente — que não é só do governo, mas exigirá participação de todos para a redução substancial da taxa de inflação.

Assim faremos.

No capítulo dos gastos federais, o presidente Ernesto Geisel já havia determinado, pelo Decreto-lei nº 1.678, os cortes significativos e possíveis.

Contudo, eles não implicam a estagnação do desenvolvimento, ou a paralisação das grandes realizações governamentais. Mas exigirão que se extraia a maior produtividade de cada cruzeiro gasto. E permitirão que se moderem as taxas de juros e de expansão monetária.

A intensidade e a rapidez do processo em muito dependerão, entretanto, da cooperação de todos os segmentos da sociedade.

Assim:

- Os empresários precisarão compreender que menos lucros nominais podem significar maiores ganhos globais.
- Apostar na inflação pode resultar em estoques encalhados.
- Banqueiros que emprestam a juros excessivos arriscam o principal.
- A prioridade cronológica da redução das taxas de aumento de preços é motivada, em especial, pelo resguardo dos interesses dos assalariados, que mais sofrem com a inflação, especialmente as camadas de mais baixa renda.
- O combate à inflação é incompatível com reajustes salariais muito acima dos aumentos do custo de vida.
- Na verdade, reivindicações como essas são elitistas, na medida em que só beneficiam minorias e utilizam greves flagrantemente ilegais como instrumentos de pressão.
- Meu Governo examinará todas as fórmulas capazes de conciliar a justiça social com o combate à inflação. Mas não poderá transigir quanto ao cumprimento da legislação em vigor.

Essas observações e as Diretrizes Gerais do Governo levam naturalmente às normas administrativas abaixo, as quais consubstanciam regras de prudente gestão financeira. Assim, enquanto durar a prioridade ao combate à inflação, observar-se-á o seguinte:

(I) Os planos setoriais devem amoldar-se aos recursos que a Presidência da República destinar a cada Ministério. Não serão aceitos programas baseados em recursos a definir.

(II) O Orçamento da União estabelecerá as verbas destinadas a cada Ministério, observado, em 1979, o Decreto-lei nº 1.678. Enquanto a inflação não houver baixado aos níveis do início da década de 1970, todos os excedentes de receita serão esterilizados.

(III) Os empréstimos externos não devem ser considerados fonte elástica de recursos para a realização de planos setoriais. A Presidência da República fixará anualmente, em função das necessidades do balanço de pagamento, o valor total dessas operações. Determinará, também, as empresas estatais autorizadas a recorrer ao mercado externo de crédito e os respectivos montantes. Não se admitirão excessos sobre os valores autorizados.

(IV) O acesso das entidades estatais ao Banco do Brasil e a repasses do Banco Central conter-se-á dentro dos limites aprovados no Orçamento Monetário. Empréstimos com outras entidades oficiais de crédito obedecerão aos orçamentos aprovados pelo Presidente da República.

(V) A tomada de empréstimos pelas entidades estatais junto aos bancos privados que operam no País será disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional.

(VI) Os preços dos bens e serviços das empresas estatais serão reajustados dentro dos tetos determinados pela Presidência da República e pelo Conselho Interministerial de Preços, sob o princípio de ajudar a desacelerar a inflação (jamais a gerar tensões autônomas de custos).

(VII) O aumento de capital das empresas públicas e sociedades de economia mista, mediante subscrição de ações, dependerá de Decreto do Poder Executivo.

A retomada do ritmo de obras e grandes realizações ficará condicionada aos resultados obtidos com as normas acima.

De outra parte, o governo cobra juros e correção monetária no recolhimento atrasado de impostos e contribuições previdenciárias. Pela mesma razão, deve pagar pontualmente suas obrigações financeiras. Essa condição deverá estar presente na negociação de novos contratos. Conseqüentemente, a partir de data a ser fixada, aplicar-se-ão os mesmos encargos aos eventuais atrasos do governo federal e suas entidades.

A disciplina financeira implica definir, ao mesmo tempo, o conceito de prioridade. Prioritário não é o desejável. Prioritários são os objetivos adotados, após o teste de escassez de recursos.

Nas Diretrizes Gerais do Governo declaram-se prioritários, apenas: o desenvolvimento da agropecuária e o combate à inflação. São objetivos naturalmente conciliáveis, sobretudo em vista de os custos de alimentação representarem o componente mais angustiante dos preços.

Certamente, perseguiremos muitos outros objetivos durante minha administração. Mas o conceito de prioridade estabelece uma hierarquia prévia entre eles, com o que se evitam conflitos e indefinições.

A prioridade à agropecuária corresponde ao aproveitamento de uma vocação natural do Brasil.

Não pretendemos retroceder à etapa de país predominantemente agrícola, incompatível com o atual nível de renda *per capita*. O de que precisamos é construir uma agricultura moderna, com altos índices de produtividade, e que aproveite nossa extensão territorial e a disponibilidade de terras férteis.

Muito se conseguiu, nos últimos anos, em termos de ampliação do crédito rural, da política de preços mínimos, do incentivo ao uso de insumos modernos. É essencial, agora, empregar os maiores esforços para encurtar a enorme distância entre os preços pagos ao produtor e os cobrados ao consumidor.

É necessário, por outro lado, baratear os equipamentos e insumos modernos utilizados pela agricultura, trazendo seus preços a níveis semelhantes aos do mercado internacional.

Dentro dessas diretrizes, o desenvolvimento agropecuário atenderá a vários objetivos:

- combate à inflação, pelo alívio dos custos de alimentação;
- ajuste do balanço de pagamentos, pela melhoria das exportações e substituição de importações;
- criação de empregos e menor tendência à urbanização desordenada;
- ocupação de maior extensão do território;
- melhoria da produtividade dos investimentos.

Quanto ao desenvolvimento industrial brasileiro, é fato que, nos últimos cinco anos, ganhamos novo impulso com o programa de substituição da importação de insumos básicos e bens de capital. Naturalmente, a indústria continuará a expandir-se, em função do crescimento econômico do País.

É sobremaneira importante, principalmente nos setores mais recentemente instalados no Brasil, que — o mais rapidamente possível — se alcancem índices de produtividade e de custos, compatíveis com os do mercado internacional. Três razões recomendam esse objetivo:

(I) a competitividade industrial favorece o próprio combate à inflação, uma vez que os componentes de custo se transmitem em cadeia a todos os preços;

(II) o ajuste do balanço de pagamentos exige exportações acentuadamente crescentes de produtos primários e de manufaturados.

(III) a indústria nacional ficará menos vulnerável se contar, ao lado do mercado interno, com a alternativa do mercado internacional.

Isso é particularmente importante para as indústrias que fornecem principalmente às entidades estatais. Estas devem sempre dar preferência aos fabricantes nacionais. Mas seu nível de dispêndios terá de amoldar-se, necessariamente, ao combate à inflação e ao ajuste do balanço de pagamentos.

Por outro lado, a crise do petróleo, que ameaça desdobrar-se em nova fase, trouxe ao mundo três ásperas lições:

(I) em matéria de fontes energéticas não renováveis, nenhum país pode contar, ao mesmo tempo, com estabilidade de suprimento e de preços;

(II) as soluções mais econômicas de curto prazo podem transformar-se nas mais dramáticas a médio prazo, quando associadas a fortes coeficientes de dependência internacional;

(III) a auto-suficiência e a segurança nacional são mais importantes que o simples cálculo imediatista da economicidade.

O impacto dessas lições fica claro quando se nota que os baixos custos do petróleo (antes de 1973) beneficiaram a energia gerada por termoelétricas convencionais. Mas a quadruplicação dos preços do óleo inverteu os termos do problema, favorecendo os países capazes de expandir a produção de eletricidade via geração hidráulica.

Outro exemplo: aqui mesmo no Brasil, pareceu melhor, durante certo tempo, exportar mais açúcar e importar mais petróleo, ao invés de produzir álcool carburante para mistura com derivados do petróleo.

Ora, a exaustão das fontes não renováveis e as crises políticas só tendem a elevar o preço do petróleo. Ao passo que o progresso tecnológico, a experiência e as economias de escala só farão baixar o preço do álcool carburante.

Um programa energético realístico para o quadro brasileiro deve basear-se nos seguintes pontos:

(I) intensificação do Programa Nacional do Álcool e concentração de esforços na expansão das fontes renováveis, especialmente através do aumento da capacidade de geração hidrelétrica;

(II) alocação de maior parcela do orçamento de investimentos da Petrobrás à pesquisa e à exploração do petróleo; expansão das áreas dos contratos de risco;

(III) não obstante, devemos preparar-nos para conviver, por muitos anos, com forte coeficiente de dependência externa, quanto ao suprimento de petróleo;

(IV) consequentemente, prosseguirão os esforços para a racionalização do uso dos derivados de petróleo e sua substituição, sempre que possível, e sem criar tensões inflacionárias, pelo carvão, a energia elétrica e o álcool carburante.

(V) estimular-se-á o transporte coletivo, em substituição ao individual, orientando-se os investimentos no sentido da economia de combustíveis;

(VI) diante da limitação do potencial hidrelétrico a aproveitar, é indispensável prepararmo-nos para a geração termonuclear. Sendo o urânio não renovável, os métodos de reação devem maximizar a sua capacidade de produção energética;

(VII) cumpre prosseguir na pesquisa e no aproveitamento do carvão e do xisto, sem desprezar outras fontes, inclusive as não convencionais, como a energia solar, a eólica, a maremotriz, o hidrogênio e os combustíveis extraídos de outros vegetais.

Tendo o homem como objetivo, o desenvolvimento econômico não pode dissociar-se da construção de uma sociedade mais equitativa, baseada na igualdade de oportunidades. Ressalvadas as diferenças de aptidão, aplicação ao trabalho, experiência e qualificação profissional, deve-se perseguir a diminuição das diferenças de rendimentos entre os vários grupos sociais.

Esse ideal só se atingirá, contudo, na medida da possibilidade da universalização do ensino básico, e da profissionalização e qualificação da mão-de-obra.

Nesse sentido, há que articular os diversos graus de ensino e dimensionar as Universidades às reais necessidades do mercado de trabalho. Tal política importa, ainda, na revalorização do mestre, em todos os níveis.

A extensão dos serviços de saúde pública, abastecimento de água e rede de esgotos, o combate às grandes endemias, e a extensão das prestações da Previdência Social são outros tantos instrumentos de humanização do desenvolvimento. O processo se completa através de um sistema tributário que, sem desincentivar a poupança e o esforço individual, diminua as desigualdades econômicas entre as regiões e os indivíduos.

Nas atuais condições do Brasil, o sucesso dos programas de desenvolvimento social depende, em grande parte, do planejamento familiar, respeitada a liberdade de decisão dos casais. Entretanto, os princípios e métodos da paternidade responsável são bem conhecidos pelas classes de maior renda, mas são ignorados precisamente

pelas economicamente menos favorecidas. Compete ao Estado estender esse conhecimento a todas as famílias.

A dimensão política, econômica e social do Brasil, e as repercussões que, por essa razão, se projetam aqui, determinam as três condicionantes de nossas relações com o Exterior. Elas são, como sabem Vossas Excelências, o universalismo, o interesse nacional e o respeito aos valores da civilização ocidental, traduzido na expressão «pragmatismo ecumênico responsável».

Assim, a evolução da política externa brasileira está condicionada pela dinâmica do país e da sociedade, e pelas variações da conjuntura internacional. O Brasil é um país relevante no contexto regional e, mesmo, mundial. Conseqüentemente, desempenhará as crescentes responsabilidades diplomáticas que legitimamente lhe cabem. A possibilidade de conduzir e ampliar um diálogo permanente e simultâneo, em diferentes níveis, com os mais variados países constitui o maior desafio da política externa brasileira.

Nossas Forças Armadas, tranqüilas no cumprimento do dever, saberão garantir-nos o grau de segurança indispensável à presença soberana do País no cenário internacional. Não deixarão, por outro lado, de assegurar a ordem e a paz internas, necessárias à participação política do povo na vida nacional.

Nesse particular, a Emenda Constitucional nº 11 representa uma nova fase do nosso modelo político, com a institucionalização do regime democrático e a abolição das medidas de exceção.

Importante é, porém, que todos compreendam que democracia não é sinônimo de propostas sem compromisso com a realidade. Mas o regime em que a contrapartida da liberdade é a responsabilidade e a participação.

Abertura política significa menos tutela do Estado sobre os cidadãos, e, no plano administrativo, do Governo Federal sobre os Estados e Municípios. A ação federal será mais normativa e menos casuística.

Deve refletir-se na simplificação das relações do Governo com o setor privado. Na eliminação do paternalismo. Na minimização dos poderes discricionários. Na redução da burocracia.

Deve traduzir-se, igualmente, em maior liberdade dos Estados e Municípios, quanto ao emprego das Receitas que lhes são destinadas pela Constituição ou pela legislação ordinária.

Abertura também envolve crescente participação do povo na solução de seus problemas. É essencial, por isso, identificar, para solucioná-los, as aspirações das comunidades.

Inúmeros anseios da sociedade brasileira podem ser atendidos com poucos recursos, desde que diagnosticados no espaço e no tempo, e solucionados através de esquemas comunitários.

Órgãos como o MOBRAL e a Legião Brasileira de Assistência devem multiplicar seus esforços nessa direção.

A partir da Emenda Constitucional nº 11, o Congresso Nacional assume novas dimensões. Cabe-lhe enorme fatia de responsabilidade na defesa do regime democrático. A ARENA deve considerar-se não como Partido do Governo, mas como Partido no Governo.

Da oposição, espero: fiscalização e crítica construtiva.

Jamais a crítica sistemática e apriorística.

Não a proposição de fórmulas economicamente impossíveis.

Muito menos, a pregação da anarquia e de ideologias incompatíveis com o Estado Democrático.

No que dependa do Presidente da República, já manifestei por diversas vezes minha inabalável determinação de tudo fazer para prosseguir nessa trajetória linear. Resta-me esperar a compreensão, a participação e a colaboração de todos os brasileiros de boa vontade.

De Vossas Excelências, em particular, Senhores Ministros, espero que demonstrem, em todas as circunstâncias, a capacidade a que me referi antes de trabalharem coesamente, em equipe.

Deus nos colocou diante de um desafio que só a união de forças e de propósitos poderá vencer. Espero que assim seja.

É isso que desejo fazer, com a participação decidida de Vossas Excelências. Eu os escolhi para a grande tarefa, o trabalho supremo em bem de nossa Pátria.

Muito obrigado.

31.3.79
BRASÍLIA, DF
CATEDRAL
ORAÇÃO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

ORAÇÃO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA MISSA DE 31-3-79

Senhor:

Fazei-me, neste momento, o mais humilde dos brasileiros.

Para que eu possa conduzi-los em direção ao futuro, tornai-os todos meus irmãos. Fazei que sejam irmãos uns dos outros, sejam eles de todos os sangues, cores, raças, pensamentos; creiam ou não no meu Deus, ou em outros deuses.

Fazei, Senhor, que eu saiba ouvi-los em suas críticas, que eu tenha coragem de admitir o meu erro, em benefício da verdade.

Fazei que a minha pobreza comprehenda a dos meus concidadãos; e que eu saiba lutar para que eles vivam melhor do que vivi.

Fazei, Senhor, que os homens que me cercam, que escolhi para o meu Conselho e para suprir as minhas deficiências, sejam o sopro de Vossa Vontade. Fazei que sejam para mim fraternalmente controversos: corajosos, ao contestar minhas faltas; bravos, para lutar por meus acertos.

Fazei-me e fazei-os respeitadores da opinião do próximo, justos no falar e no ouvir. Fazei que da sabedoria deles nasça a minha.

Fazei, que, a exemplo de meu pai, eu trabalhe pela riqueza do pobre, pela instrução do inculto. Enfim, pela liberdade do Homem.

Fazei que eu lhes assegure o direito ao pão, ao chão, à voz, à justiça. Para que eu seja um bom brasileiro, aos olhos e ao julgamento desses meus irmãos. E para que por eles como irmão eu seja lembrado.

3.4.79
BRASÍLIA, DF
ITAMARATY
DIRCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-
DO NO BANQUETE OFERECIDO AO CHANCE-
LER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMA-
NHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT

Excelentíssimo Senhor Chanceler Federal
Helmut Schmidt,
Excelentíssima Senhora
Hannelore Schmidt,

É com especial satisfação que saúdo a presença de Vossas Excelências e de sua ilustre comitiva em nosso País.

Esta visita, que se realiza logo nos primeiros dias do meu governo, é testemunho vivo dos laços de amizade que unem o Brasil e a República Federal da Alemanha. É, também, claro indício da perseverança e da fortitude de brasileiros e alemães, no esforço profícuo de cooperação, que distingue as relações entre nossos países.

Para estreitá-las ainda mais, o meu antecessor, presidente Ernesto Geisel, teve a grata oportunidade de visitar a República Federal, no ano passado.

Agora, é a nossa vez — minha e de meus concidadãos — de retribuir, nas pessoas de Vossas Excelências, a amistosa acolhida e os gestos de cordialidade e deferência então tributados ao Brasil e ao seu Presidente.

Senhor Chanceler Federal:

A República Federal da Alemanha está presente onde quer que se coloquem temas de interesse para o futuro da humanidade. As responsabilidades alemãs ocupam o primeiro plano, tanto nas complexas questões de relacionamento Leste-Oeste, quanto no longo diálogo — nem sempre produtivo — entre as nações industrializadas

do hemisfério Norte e as vastas áreas em desenvolvimento do terceiro mundo.

De Vossa Excelência, sei que é mundialmente conhecido e respeitado, como estadista de talento. No breve contato que hoje mantivemos, pude apreciar o rigor intelectual, o desassombro e a lucidez política, que marcam sua personalidade.

Não é favor dizer, portanto, que a inspiração e a capacidade do seu governo constituem precioso fator de confiança, no conturbado panorama internacional da atualidade. É nessas circunstâncias que Vossa Excelência tem feito ouvir a voz moderada e realista de seu país — invariavelmente em favor da paz, da segurança e do bem-estar dos povos.

Vivemos uma época em que novos e dinâmicos equilíbrios se estabelecem entre as nações. O mundo está em mudança. Nele não mais prosperam esquemas discriminatórios, ou que visem ao retorno de relacionamentos ultrapassados.

Por felicidade, nossos países têm sabido harmonizar seus interesses, em moldes altamente satisfatórios. A cada dia, o diálogo entre Brasília e Bonn ganha mais substância, porque lastreado pelos valores fundamentais da igualdade soberana dos Estados, e da não-ingerência nos assuntos internos de cada um. Nossas relações revestem-se de significado cada vez maior, porquanto voltadas para o respeito mútuo e a convivência harmoniosa. Para a cooperação em prol do desenvolvimento pacífico de ambas as nações.

Vimos alcançando êxitos importantes na intensificação de nossas relações políticas. Em poucos anos, superamos o distanciamento recíproco. Iniciamos a operação de um sistema de consultas em alto nível, que muito tem contribuído para a nossa aproximação e esclarecimento. É minha opinião que devemos prosseguir na trilha de entendimento aberto por esses contatos, e buscar sempre novas formas de intercâmbio de idéias entre nossos Governos.

Vossa Excelência, Senhor Chanceler Federal, já nos conhece desde a visita feita ao Brasil; antes de assumir a chefia do governo da Alemanha Federal. Pode, portanto, bem avaliar o caminho percorrido pela nação brasileira na procura do seu desenvolvimento.

Embora sejamos parte de um mundo interdependente, estamos conscientes de que a responsabilidade primordial pelo progresso nacional incumbe ao próprio povo brasileiro. Em consequência, o Brasil está profundamente empenhado em levar adiante sua luta pelo desenvolvimento. Já conseguimos vencer alguns obstáculos importantes. Contamos, na verdade, com apreciável acervo de realizações, alcançadas à custa de trabalho e sacrifício.

Assim, para vencer os obstáculos externos ao desenvolvimento, que persistem em sobreviver — buscamos a cooperação construtiva dos países mais desenvolvidos. Nesse particular — assinalo-o com justiça — encontramos na República Federal da Alemanha a correspondência amistosa às nossas preocupações e anseios.

Acredito, portanto, que Vossa Excelência saberá apreciar a determinação nacional de incorporar à sociedade brasileira todos os benefícios da civilização contemporânea. Da mesma forma, poderá reconhecer os profundos compromissos deste país: com o desenvolvimento econômico; com a justiça social; e com as liberdades cívicas, dentro da ordem democrática.

Senhor Chanceler Federal.

No árduo esforço que a nação brasileira empreende, a cooperação econômica, científica e tecnológica entre nossos dois países é de especial importância.

O intercâmbio comercial teuto-brasileiro, que em 1971 somava 700 milhões de dólares, alcançou no ano passado a significativa marca de dois bilhões de dólares.

Tal crescimento é sobremodo satisfatório, pela dinâmica e pelo volume das transações. Nos próximos anos, novos e mais altos patamares poderão ser ainda alcançados. E isso acontecerá, com certeza, na medida da nossa capacidade de mobilizar as agências de nossos governos e os setores privados, interessados no intercâmbio entre o Brasil e a República Federal.

A adaptação do comércio bilateral às realidades econômicas dos dois países justifica um renovado esforço conjunto, para aperfeiçoar a estrutura de nossas trocas de mercadorias e serviços. Na pausa das exportações brasileiras, ainda predominam, de longe, os produtos primários. Entretanto, os objetivos comerciais do Brasil não se restringem à sustentação e ao incremento dessas vendas.

O parque industrial brasileiro, como bem sabe Vossa Excelência, continua a desenvolver-se e a diversificar-se. Os próprios investimentos alemães têm sido de extrema valia na ampliação da capacidade produtiva brasileira. Além de atender ao mercado interno, a indústria contribui, de forma cada vez mais intensa, para dinamizar nossas exportações.

Só assim o progresso brasileiro manterá seu ritmo. Só assim poderá o Brasil pagar importações condizentes com as necessidades de seu desenvolvimento e as aspirações de bem-estar de seu povo.

Nesse contexto, estamos certos de continuar contando com o valioso apoio do governo de Vossa Excelência, na luta comum para

fazer recuar as tendências protecionistas, na Comunidade Econômica Européia, e nos demais países industrializados.

A respeito dessa matéria, a posição de Vossa Excelência é bastante conhecida e respeitada. Relembro, em especial, o recente apelo que fez em Frankfurt; concitando os países industrializados a renovar sua oposição às manifestações crescentes de protecionismo. Vossa Excelência afirmou, então, ser preciso resistir à tentação de usar o protecionismo para eternizar as atuais estruturas do comércio internacional.

Efetivamente, as práticas protecionistas são um mal para todos. Restringem o acesso aos mercados dos países desenvolvidos. Subtraem indispensáveis receitas de exportação aos países em desenvolvimento. Reduzem sua capacidade de importar e de comprometer-se com serviços externos.

No mercado interno dos países desenvolvidos, aquelas práticas ajudam a agravar a pressão inflacionária, sem dúvida um dos principais problemas de nossos dias.

No campo da cooperação bilateral, o Brasil e a República Federal da Alemanha conjugaram seus esforços de modo verdadeiramente exemplar.

O Acordo de Cooperação no campo dos usos pacíficos da Energia Nuclear, existente entre nós desde 1975, espelha a grandeza de nossas relações. Demonstra, também, a viabilidade da cooperação horizontal e equitativa entre países em diferentes estágios de desenvolvimento.

O Governo brasileiro está decidido a assegurar normalmente a implementação do nosso Acordo. Reafirmo nossa posição de cumprir as obrigações nele previstas e de garantir o acesso do país às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear, mediante a aplicação das salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica.

O Acordo Básico de Cooperação Técnica, o Acordo Geral sobre Cooperação em setores de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico compõem, ainda, o quadro de nossa profícua colaboração. Além disso, facilitam a ambos os Governos a adoção de novas e diversificadas iniciativas, em muitos campos de atividade. É meu firme propósito que, do lado brasileiro, sejam criadas condições para prosseguir na expansão e na diversificação sistemáticas de nossos amplos programas de cooperação.

Senhor Chanceler Federal,

A tradicional amizade que une os nossos povos; a mútua confiança que caracteriza nossa cooperação; a substancial convergência

de muitas de nossas posições; o próprio caminho que já percorremos juntos — tudo isso basta para encararmos com otimismo o futuro de nossas relações. Eventuais dificuldades em relações de tal envergadura jamais arrefecerão a vontade de nossos povos e Governos de ampliá-las e diversificá-las, com ânimo fraternal e maduro.

Com esses votos, peço a todos os presentes que levantem as suas taças e brindem comigo à saúde e felicidade pessoal de Sua Excelência o Chanceler Federal Helmut Schmidt, e de sua estimada e distinta esposa, Senhora Hannelore Schmidt; à crescente prosperidade da República Federal da Alemanha, e à duradoura amizade e cooperação teuto-brasileira.

Muito obrigado.

4.4.79

BRASÍLIA, DF

EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA
ALEMANHA

BRINDE DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
NO JANTAR OFERECIDO PELO CHANCELER
FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR HELMUT
SCHMIDT

Excelentíssimo Senhor Chanceler Federal
Helmut Schmidt,

Muito me sensibilizam os votos que Vossa Excelência acaba de formular. Eles bem expressam a amizade teuto-brasileira, e o espírito que preside a visita de Vossa Excelência e da Senhora Schmidt ao Brasil.

Nestes dois dias de conversa, pudemos iniciar um conhecimento pessoal, que rapidamente se transformou em entendimento e compreensão mútua. Fico reconhecido a Vossa Excelência, pela sua disposição de atender ao meu convite, e de vir ao nosso País, logo no início de meu governo. Criou-se, assim, uma oportunidade para que possamos, desde já, intensificar a cooperação entre nossos dois países.

As nações brasileira e alemã têm-se conhecido e estimado, inclusive pela importante contribuição germânica à formação do povo deste País. Agora, temos diante de nós novos e promissores horizontes. Seu desbravamento depende apenas de coragem, de confiança recíproca, e da vontade de trabalharmos em comum.

Nesse espírito, permita-me convidar os presentes a que ergam suas taças em homenagem à amizade perene entre nossos países, ao progresso da Alemanha Federal, e à felicidade e ao êxito pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Hannelore Schmidt.

4.4.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
PALAVRAS DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA REUNIÃO FINAL COM O CHANCELER
HELMUT SCHMIDT

**Excelentíssimo Senhor
Chanceler Federal, Helmut Schmidt:**

No breve espaço de um dia, tive o prazer de encontrar-me duas vezes com Vossa Excelência, para proveitosas reuniões de trabalho.

Ao mesmo tempo, ilustres membros de sua comitiva discutiram com representantes do meu governo temas bilaterais e multilaterais, de interesse comum.

Agora que as discussões oficiais se encerram, no clima do mais perfeito entendimento, Vossa Excelência traz até aqui não só os altos funcionários do seu governo, que o acompanharam, mas, também, os homens de ciência e da cultura, e os líderes empresariais e sindicais, que convidou para virem ao Brasil.

Excelentíssimos Senhores:

É para mim motivo de especial satisfação recebê-los aqui. Sei que Vossas Excelências representam alguns dos setores que fazem a República Federal tão respeitada em todo o mundo.

A capacidade científica e tecnológica, o espírito empreendedor, gerencial e de trabalho de sua população estão bem simbolizados em Vossas Excelências.

Sua presença entre nós testemunha a variedade e a importância das relações que unem nossos povos.

Indica, também, os amplos campos abertos à cooperação entre nossos dois países.

A todos quero reafirmar a certeza de que o Brasil e a República Federal da Alemanha, depois desta visita e destes encontros, continuarão, por muitos anos, a trilhar o caminho, que é o nosso, das relações internacionais baseadas nas discussões de boa fé, da cooperação profícua, e, em geral, da boa vontade recíproca. Isso encontra fundamento nos laços culturais e econômicos, que brasileiros e alemães souberam criar e fortalecer.

Agora, Vossa Excelência, Senhor Chanceler Federal e seus companheiros, se preparam para conhecer outras cidades, situadas em diferentes regiões brasileiras.

Elas bem exprimem, em sua diversidade, a alma do povo brasileiro e as aspirações que unem esta Nação.

Vossas Excelências terão ocasião de encontrar-se com meus cidadãos que trabalham nas fábricas e nos campos.

Espero que esses contactos contribuam para que conheçam as realidades deste País.

Sei que de todos receberão a mesma acolhida sincera, franca, leal e amiga, que é tão característica da gente brasileira.

Essa a lembrança que espero levem de volta à República Federal.

Por fim, na reafirmação da amizade brasileira, desejo-lhes uma feliz estada entre seus fraternos amigos brasileiros.

Muito obrigado.

19.1.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO BURUTI

DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER A ORDEM
DO MÉRITO DO DISTRITO FEDERAL

Senhor Governador,
Senhores Membros da Ordem.

Eu me sinto deveras desvanecido e sumamente honrado com este colar com que acabo de ser agraciado. Não vou a ponto de concordar com as palavras de Vossa Excelência, Senhor Governador, ao dizer que muito tenho feito por Brasília, porque se alguma coisa devo fazer parece que chegou a hora, já que agora estou iniciando o meu Governo. Mas, em muita coisa, eu concordo com Vossa Excelência. Como um entusiasta que sempre fui, e dado o tempo de minha permanência aqui na Capital, praticamente desde 1967, com uma interrupção de oito meses, eu também já me posso considerar um cidadão feito na velhice. Tenho a certeza, Senhor Governador, que a gentileza de Vossa Excelência e dos demais membros da Ordem, ao me condecorar, deverá ser correspondida no meu Governo com o carinho e o apoio que pretendo dar a gente de Brasília. Muito Obrigado.

25.4.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER O CONSE-
LHO DE ADMINISTRAÇÃO E A DIRETORIA
EXECUTIVA DA ITAIPU BINACIONAL

Meus Senhores,

É uma honra para mim e uma grande satisfação tê-los aqui. Durante cinco anos do Governo Geisel eu acompanhei, através de relatórios a mim entregues pessoalmente pelo General Costa Cavalcanti, as obras de Itaipu. Posso mesmo afirmar aos senhores que de todos os empreendimentos realizados no Governo, este foi o de que eu mais estive a par em seus detalhes. Uma das primeiras decisões que tomei antes de iniciar o meu Governo foi manter o General Costa Cavalcanti à frente da parte brasileira da administração de Itaipu, porquanto eu tinha certeza que nós iríamos cumprir os cronogramas que os senhores fixaram. E adiantei mais ao General Costa Cavalcanti: poderiam faltar recursos para todas as obras, mas para Itaipu os recursos seriam alocados a termo. Esse compromisso eu tenho com o General Costa Cavalcanti e com os senhores, tal a importância que dou à obra para o meu país e para o país amigo que é o Paraguai. Além do mais a minha satisfação também é grande porque vejo aqui velhos amigos, velhos companheiros, tanto do Paraguai como do Brasil, companheiros que me conhecem, alguns há mais de 40 anos, e é uma satisfação ver estes companheiros, estes amigos de ambos os países, entrelaçados no afã de dar ao mundo um exemplo do que é possível fazer quando duas nações se entendem, quando têm um objetivo comum, que é o progresso de seu povo.

Muito obrigado.



26.4.79

ALEGRETE, RS

PREFEITURA MUNICIPAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL, JOÃO FIGUEIREDO.

EM VISITA À ALEGRETE

Povo de Alegrete: Eu poderia contar a todos vocês que me ouvem muitas coisas do Alegrete que vocês não conhecem. Eu poderia contar como um menino carioca aqui chegou e saiu daqui um menino gaúcho, saiu daqui ainda menino, mas já saiu desta terra um cidadão, porque foi aqui nesta terra, lidando com a sua gente, aprendendo, observando, que este menino começou a entender o que era o nosso Brasil. Foi a gente do povo, foi o peão da estância, foram os ordenanças do meu pai e foram os seus oficiais que ensinaram a este menino, neste longínquo rincão do Alegrete, o que era o nosso país, o que faltava à sua gente, os anseios que cada um sentia. E este menino-cidadão saiu daqui já um revolucionário, um revolucionário pelas idéias que aqui aprendeu. E foram estas idéias do alegretense que este menino durante 43 anos levou aos quartéis onde serviu. Nunca pensou em insubordinar-se contra as autoridades ou contra o destino, sempre fez como aconselhava o soldado Miguel: «Abandona o estribo e afrouxa a rédea, que teu pingo há de escolher o caminho certo.»

E assim o fiz. Nunca me queixei das agruras do destino, assim como nunca me queixei das injustiças. Mas sempre guardei, no fundo do meu coração, a gratidão a esta terra que começou a abrir os meus olhos para as responsabilidades que como cidadão, um dia, eu teria de enfrentar. E foi aqui nesta terra também que, entre todos os amigos que conheci, meninos e adultos, eu tive uma professora que me ensinava as letras e me tocava o coração, que me ensinou o que era bom e me ensinou o que era mau e nos intervalos me ensinava também a rezar. E esta fé que aqui aprendi, com esta professora, é que eu trago de volta à terra do Alegrete — esta fé que nunca me abandonou, a fé na minha gente, a fé no meu povo — para dizer que, apesar de todas as dificuldades por que passamos, dificuldades de fundo econômico, dificuldades de fundo político e consequentemente dificuldades sociais, com todas estas dificuldades, que as tenho pela frente e as terei, tenho certeza, durante todos os meus seis anos, eu tenho fé em que iremos chegar ao fim, já não digo com todos ao meu lado, mas, pelo menos, com a grande maioria confiando em que eu procurei fazer o melhor pela nossa terra.

1.5.79

BRASÍLIA, DF

GRAVADO NO PALÁCIO DA ALVORADA E

TRANSMITIDO PELA EBN EM CADEIA NACIONAL

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

AO OS TRABALHADORES BRASILEIROS

Trabalhadores:

Passados os primeiros 45 dias do meu governo, posso dizer a cada trabalhador brasileiro que vosso Presidente não esqueceu os compromissos do Candidato. Esteja certa a Nação de que, nos seis anos à nossa frente, haverei de cumprí-los todos.

Assim Deus me ajude.

Assim me ajude, também, a compreensão, o patriotismo e a cooperação dos brasileiros. Pois o progresso material, almejado por todos, só acontecerá na paz social, harmonizadas as aspirações dos vários grupos da sociedade, com perseverança, respeito recíproco e boa vontade.

Conheço muito bem as aspirações dos trabalhadores da cidade e do campo. Sei — por ter por ela passado, com minha família — como é dura a vida do pobre, do órfão, do desempregado, a quem faltam tudo e todos. Sei como é difícil juntar privações para delas tirar recursos.

Bem comprehendo, por isso, a veemência dos que bradam contra as dificuldades e a impaciência daqueles que desejam solucionar tudo, aqui e agora.

O que nos cumpre fazer, entretanto, é encontrar caminhos sólidos para a concretização das aspirações sociais. Precisamos resistir às soluções falsas ou demagógicas, que só agravam a inflação e acabam reduzindo a oferta de empregos.

Todos os brasileiros sabem que atravessamos uma época particularmente difícil da vida nacional. Nos primeiros meses deste ano, em especial em março, a inflação voltou a disparar. Não há justificação técnica para o fato. Só que, como toda a gente esperava que a inflação subisse, ela subiu mais do que o razoável.

Seja o que for, o governo agiu prontamente para resfriar a economia e defender o consumidor. Procuramos diminuir a pressão dos

compradores sobre as lojas. Para que, havendo menos solicitações de crédito, os juros possam baixar.

Restringimos o acesso das empresas estatais e privadas ao crédito externo, para não agravar o endividamento do Brasil.

Voltamos a controlar os preços de produtos antes liberados.

Cortamos os gastos do governo federal.

Procuramos, enfim, distribuir o peso do combate à inflação entre todos, livrando, tanto quanto possível, os assalariados.

Decorridas menos de duas semanas, já temos resultados. Modestos, inicialmente, como era de esperar. Mas na direção certa.

O índice de abril, embora ainda alto, será inferior ao de março. Esperamos todos, para o bem da família brasileira, que continue a baixar.

Entretanto, o jogo apenas começou. A partida não está ganha.

Para vencermos — e quando digo vencermos, quero dizer todos os brasileiros — ainda falta muito esforço e sacrifício. Tarefa de todos, cada setor, cada indivíduo é convocado a dela participar com entusiasmo e otimismo.

Do setor financeiro, espero pelo menos a redução da taxa de juros — efetivamente, sem subterfúgios ou artifícios. No interesse das próprias instituições financeiras, não deve cristalizar-se, na mente do público, a impressão de que o custo do dinheiro possa ser usado como instrumento de exploração.

Da indústria e do comércio, espero o controle dos custos, a melhoria da produtividade, a limitação das margens de lucros; a menor pressão sobre os compradores. Precisamos ter no mercado artigos mais simples e mais baratos, sem prejuízo da funcionalidade, e sem forçar o nosso povo a um consumismo desenfreado e pernicioso.

Hoje, as famílias são induzidas a comprar mais e mais. Freqüentemente, além de suas necessidades, fora de suas posses. O governo não pretende desestimular as atividades econômicas, nem prejudicar a melhoria do padrão de vida do povo. Mas não pode assistir inerte o espetáculo de preços, custos e encargos em níveis da usura mais cruel.

Da agropecuária espero a produção de alimentos mais abundantes, como meio de ajudar a derrubar a inflação e a melhorar nossas exportações. Mais gente encontrando no trabalho da terra a realização que a cidade grande já não pode dar.

Dos trabalhadores, espero a participação dedicada e calorosa nesse esforço. Se os brasileiros todos não se engajarem na luta contra a inflação, será praticamente impossível ganhá-la. A inflação, é

preciso repetir e lembrar, é sempre pior para os assalariados do que para as empresas ou os que vivem de rendas.

Conseqüentemente, aumentos salariais acima da taxa de inflação podem parecer coisa boa, no primeiro momento. Entretanto, na medida em que se generalizarem, os principais prejudicados serão os próprios trabalhadores.

Foi por isso mesmo que adotamos este ano um reajustamento de apenas 45,4% para o salário-mínimo, nas áreas mais desenvolvidas. Esse era o máximo que poderia ser concedido, sem agravar ainda mais as pressões inflacionárias.

Continuarei, contudo, a buscar a unificação do salário-mínimo, em todo o País, ainda em meu governo.

Por isso, respeitada a prioridade de não realimentar a inflação, pedi aos Ministros do Trabalho, da Fazenda e do Planejamento que continuem a procurar fórmulas para uma nova política salarial.

Entendo que a paga do trabalho deve ser instrumento de estímulo à assiduidade, à produtividade, e, principalmente, à melhoria da distribuição da renda nacional. Acredito que o preceito constitucional da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas deva ser posto em prática, inclusive como meio de incentivar a unidade de interesses entre os donos do capital e os trabalhadores que lhe dão vida e ânimo.

Sei, também, que a consolidação das Leis do Trabalho — a nossa CLT — está desatualizada, necessitada de modernização corajosa, para refletir a nova situação social que hoje vivemos.

Ao assumir o governo, encontrei o anteprojeto da nova CLT, feito na administração Geisel. Não é um projeto final, mais um ponto de partida, para exame e discussão.

Assim, a partir de hoje, o Ministério do Trabalho iniciará a distribuição do texto, para receber sugestões, críticas, emendas e, enfim, a colaboração de todos os interessados em relações harmônicas entre empregadores e empregados.

Com essas contribuições, o grupo de trabalho encarregado da revisão da CLT poderá preparar o projeto definitivo, que espero poder enviar ao Congresso Nacional ainda em 1979.

Trabalhadores:

Bem sei quantas promessas já vos foram feitas. E quantas não puderam ser concretizadas em fatos e realizações.

De mim, direi apenas que falo com franqueza e ajo com determinação.

Sou homem da ponderação e da prudência. Mas não hesitarei em aplicar as leis existentes, diante de situações que ameacem a

tranqüilidade da família brasileira, ou possam conduzir à desordem social. A principal característica do Estado de direito democrático é o respeito de todos à Lei.

Da mesma forma, considero elitistas as reivindicações de grupos que dispõem de forte poder de pressão. Isso porque só podem ser atendidas à custa de mais inflação. E, sobretudo, à custa de desemprego dos trabalhadores de renda mais baixa e sem a mesma força de representação.

Porque cumpro o que prometo, não prometo milagres. Como prioridade número um — não do governo, mas do Brasil, temos de dominar a inflação. Isso haveremos de fazer.

Peço portanto, a vossa confiança. E a vossa ajuda.

Confiança, pois o governo precisa ter o respaldo do povo. Para conduzir o País, sem sobressaltos nem recuos, à paz da família brasileira, dentro da justiça social, sob o regime democrático, para o progresso que merecemos.

Ajuda, sob a forma de compreensão e patriotismo. Juntos chegaremos bem ao nosso destino.

Além do sacrifício, vejo dias luminosos de esperança e de paz.

Para chegarmos lá, o Brasil pede e espera a união de todos.

Muito obrigado.

23.5.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DA ENTRE-
GA DO PRÊMIO QUE O LICEU DE ARTES E
OFÍCIOS DE SÃO PAULO CONFERIU À ENGEZA

Senhores diretores do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, Se-
nhores Membros da Diretoria da Engesa,

Eu devo aos senhores duas congratulações e um agradecimento. Uma congratulação aos senhores que militam no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, pela perseverança com que se vêm mantendo, para que o Liceu permaneça naqueles objetivos nobres e que servem à nossa pátria. Aos senhores da diretoria da Engesa, as minhas congratulações pelo prêmio que acabam de receber. Não cabe a mim julgar e creio que foi bem julgado pela composição e pelo alto nível, mas não cabe a mim julgar da justiça desse prêmio. Mas, cabe a mim, como governante e como brasileiro que acompanha de longa data as atividades dessa empresa, saber que está em boas mãos. Como bem disse o Presidente da empresa, o problema tecnológico está entre a prioridade número um de nosso país. Sem o avanço tecnológico, todos os outros ficarão prejudicados. E, felizmente, de uns quinze anos para cá, e mais particularmente nestes últimos dez anos, nós temos visto uma pléiade de brasileiros que se tem aprofundado em buscar uma tecnologia nossa, só nossa, com o que é nosso, e não apenas copiar o que vem de fora. E, tanto isso é verdade, que a empresa, a Engesa, já ultrapassou as nossas fronteiras e se firmou internacionalmente. Não há copiador que conseguisse fazer isso. Daí, as minhas congratulações. E, por fim, o meu agradecimento aos senhores por virem aqui, na casa onde procuro da melhor forma, da melhor maneira, orientar os destinos de nossa pátria, por virem aqui, uma pléiade de homens que perseveraram no instruir, no ensinar em buscar tecnologia, como que para dizer a mim que este é o caminho certo. Muito obrigado aos senhores.

30.5.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO ENCONTRO COM O GOVERNADOR DE SÃO PAULO, SENHOR PAULO SALIM MALUF ACOMPANHADO DOS PREFEITOS ELEITOS DAS ESTÂNCIAS HIDRO-MINERAIS PAULISTAS

Agradeço, muito honrado, a presença dos senhores, aqui, em meu gabinete. Agradeço ao governador pelas bondosas palavras que acaba de proferir. Discordo do governador Paulo Maluf quando diz que a vitória foi minha, ou do meu governo. A vitória foi dos senhores, e mais do que dos senhores, foi do povo.

Foi sinal de que o povo conseguiu entender os nossos argumentos; e de que é possível nós vencermos através do voto.

Precisamos perder esse medo, essa idiossincrasia que certos companheiros nossos têm. Quando nós temos razão, é possível convencer o povo. E aí esta o exemplo. Eu me congratulo com os senhores, por terem sabido argumentar junto ao nosso eleitorado. E por terem conseguido vencer os argumentos dos nossos opositores. Isso é democracia. Se estão pedindo democracia, os senhores deram um exemplo.

13.6.79
SÃO PAULO, SP
SEDE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-
DO AO RECEBER O TÍTULO DE PRESIDENTE
HONORÁRIO DA SOCIEDADE RURAL BRASI-
LEIRA

Senhor Presidente,

Senhores Diretores e Associados da Sociedade Rural Brasileira,
Minhas Senhoras, meus Senhores:

Peço-lhes que recebam, com estas minhas primeiras palavras, o meu agradecimento sincero pelas homenagens que me prestaram.

O título de presidente-honorário da Sociedade Rural Brasileira tem, para mim, muito mais do que o valor simbólico da simples distinção. Posso afirmar, sem receio de contestação, que meu interesse pela agropecuária vai muito além da posição tomada na fase pré-eleitoral.

Com efeito, decorridos menos de três meses do início do meu governo, a ênfase à agricultura — que proclamei como prioridade da minha administração — começa a tomar forma definida.

Meu governo não se contentou em enunciar idéias gerais. Estamos agindo. Providências concretas já se encontram em vigor, ou foram encaminhadas à discussão e votação do Congresso Nacional.

Assim, o financiamento do custeio agrícola experimentou duas alterações substanciais. De um lado, desvinculou-se da política de preços mínimos. De outro, passa a cobrir até 100% dos desembolsos efetivamente exigidos no plantio — os denominados valores básicos de custeio.

Com referência à comercialização de produtos rurais, pude atender, através de Mensagem enviada ao Congresso, uma das mais universais reivindicações do setor agropecuário: a eliminação do aval do produtor em Nota Promissória Rural. Da mesma forma, ficará extinto, pela nova Lei, o direito de ação regressiva do credor, contra o endossante ou produtor avalista.

O meu governo acredita que, assim livre do risco do crédito do comprador, o produtor brasileiro passará a contar com mais

racionalidade na comercialização. Isso será possível, também, pelo desenvolvimento da Cédula de Crédito Industrial.

No campo da segurança do produtor, estamos propondo a extensão do seguro agrícola, pelo PROAGRO, não só para atingir o valor total das culturas e investimentos, mas para abranger, inclusive, aqueles produtores que pouco se utilizem do sistema de crédito rural.

Já foram eliminados diversos entraves burocráticos que dificultavam o acesso do produtor ao sistema de crédito. Cito dois, por dizerem de perto com a maioria dos produtores: os orçamentos — antes rígidos — das agências do Banco do Brasil; e as exigências, muitas vezes proibitivas, impostas aos mini e pequenos produtores.

Essas medidas representam apenas o início de um programa, que desejo bem mais amplo, de apoio à agropecuária.

Devo dizer, aliás, que é basicamente com os produtores rurais que o Brasil conta para diminuir nossa dependência externa, em matéria de energia, através da produção de álcool e outros comestíveis oriundos de fontes renováveis.

Estou certo de que a agropecuária saberá corresponder a esses propósitos com o aumento de produtividade de que precisamos. A expansão da área plantada, que antevejo na decisão de todos, dará ao Brasil, em 1980, a maior safra de nossa história.

É por assim contar e por ter certeza da resposta firme, positiva, rápida e jamais desmentida, que posso dizer com confiança: o Governo financiará tudo o que for plantado.

Se necessário, comprará o que for produzido.

Espero poder voltar aqui, em breve, para juntos conferirmos os resultados.

Muito obrigado.

15.7.79

SÃO PAULO, SP
PARQUE ANHEMBI

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO ENCERRAMENTO DE CONGRESSO PROMOVIDO PELA OEA E PELO FÓRUM DAS AMÉRICAS

Meus senhores, minhas senhoras:

Oportunidades, como esta, de discutir o papel da livre iniciativa na integração continental proporcionam a homens de governo e de empresa o clima adequado para a troca franca e objetiva de idéias.

Por isso mesmo, vim corresponder com satisfação ao convite do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Dr. Alejandro Orfila, e do presidente do Fórum das Américas, Dr. Mário Garnero, para presidir a sessão solene de encerramento deste Congresso.

Registro a esperança de que os trabalhos realizados nos três dias de reuniões tenham continuidade, através de ações concretas, no desenvolvimento da produção e do comércio. A aceleração do crescimento econômico regional é aspiração comum dos povos das Américas. A ela, os brasileiros sempre se associaram com entusiasmo.

Hoje, como no passado, a cooperação continental — em todos os níveis, e entre todos os segmentos das sociedades interessadas — é vista pelo Brasil como condição necessária a assegurar o progresso das nações e o bem-estar dos povos.

No plano interno, as políticas adotadas pelo meu governo têm um só sentido: o de assegurar a melhoria acentuada da qualidade de vida dos brasileiros. Sob tal inspiração, é possível unir esforços e vontades e, realmente, promover o crescimento da renda *per capita*; combater a inflação; melhorar a distribuição da renda e da riqueza; procurar o equilíbrio das contas externas; dar ênfase à agricultura; reforçar e consolidar os programas de desenvolvimento social; criar e executar uma nova política energética, consentânea com a realidade presente.

No meu entender, ou melhor, na minha convicção profunda, esses objetivos têm dois pressupostos básicos.

O primeiro é a consolidação de um sistema democrático de gestão do Estado, expresso nas liberdades cívicas, na maior responsabilidade dos cidadãos e na participação de todos na vida nacional.

O segundo pressuposto, corolário do primeiro, é a diminuição da tutela do poder público sobre a sociedade e a vida econômica. Com esse fim, meu governo está empenhado em simplificar os mecanismos de incentivo ao setor privado; desburocratizar os trâmites administrativos; deixar maior amplitude ao jogo das forças de mercado; e limitar a intervenção do Estado no domínio econômico ao estritamente necessário a corrigir as imperfeições do mercado e a atender às exigências da Segurança Nacional.

A contrapartida do setor privado à redução da intervenção estatal e aos estímulos ao desenvolvimento da economia de mercado é a ocupação efetiva dos novos espaços a ele abertos.

Atribuo, por isso, mérito especial à participação, neste congresso, de tantos empresários e entidades de classe, do Brasil e do exterior. Sua presença aqui é indício auspicioso da pronta resposta do setor privado aos estímulos governamentais.

Devo ressaltar outro aspecto que particularmente me sensibiliza neste evento: a reafirmação dos propósitos de cooperação continental e internacional. A economia mundial — e especialmente, os interesses das nações na luta por desenvolver-se — requer uma nova ordem, um novo quadro, capaz de reforçar os vínculos de solidariedade entre as nações.

Atenta a esses problemas, a política externa brasileira está estruturada por princípios fundamentais como sejam a independência nacional, a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a solução pacífica de controvérsias, e a cooperação para o desenvolvimento e o bem-estar.

Nossa política visa a conservar o Brasil como parceiro confiável, cumpridor de seus compromissos, pronto a desincumbir-se de suas responsabilidades internacionais, com ânimo de paz e boa vontade.

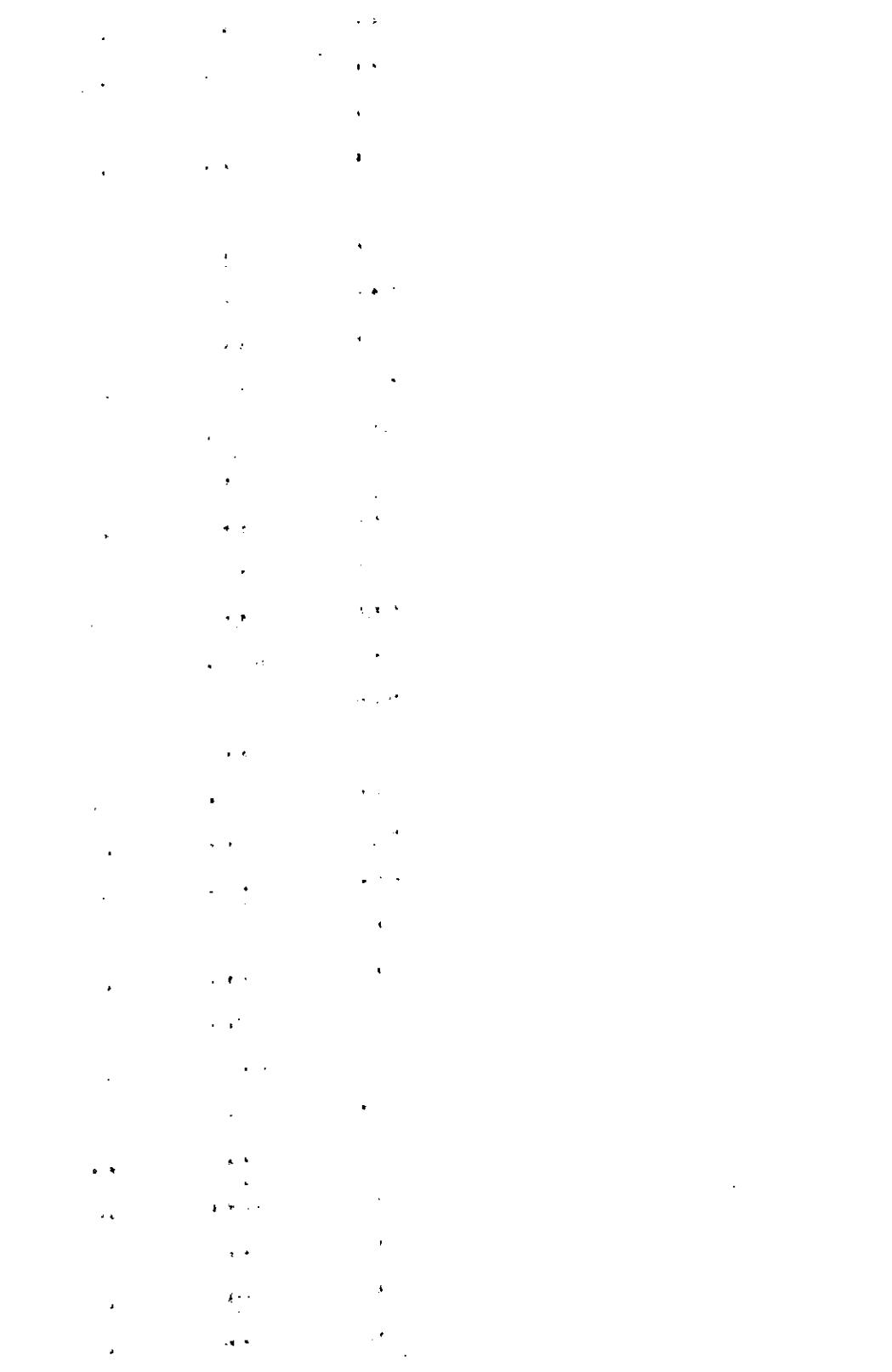
Tal é, também, para satisfação minha, a disposição dos representantes dos governos que nos honraram com sua presença neste congresso, coadjuvados por expressivas personalidades do mundo empresarial.

Cumprimento a Organização dos Estados Americanos e o Fórum das Américas pelo sucesso deste Congresso. Apresento-lhes a minha esperança de ver iniciativas como esta repetidas pelo nosso

continente, com igual apoio de organismos governamentais e de tão expressivas lideranças empresariais.

Estendo minhas congratulações aos participantes das reuniões. As discussões havidas traduzem positivamente a ação empresarial e a consciência de suas responsabilidades sociais. Tudo isso é parte inseparável da sustentação das economias de mercado e da prevalência das liberdades individuais e do respeito entre os homens.

Muito obrigado.



27.6.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO ASSINAR MENSAGEM SOBRE A ANISTIA

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República,
Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Excelentíssimo Senhor Presidente da ARENA,
Excelentíssimos Senhores Senadores e Deputados,
Dignas Autoridades.
Brasileiros e Brasileiras:

Feliz o homem público que, eleito, cumpre as promessas do candidato.

Aqui nos reunimos para a assinatura de Mensagem do Executivo ao Legislativo. Ato simples, tantas vezes repetido. Este é único, porém, em sua intenção e seu alcance. Chegou o dia de encaminhar ao Congresso o projeto de Lei de Anistia aos que hajam cometido crimes políticos ou conexos.

No tempo, recuamos até 2 de setembro de 1961 — data da última anistia — para que a história possa fluir limpida,clareada de delitos políticos e de sua penalização. Chegamos até 31 de dezembro de 1978 — data da revogação dos Atos Institucionais e Complementares.

Na sua amplitude, o projeto restaura os direitos políticos suspensos. Reintegra na vida partidária todos os que dela haviam sido afastados por crimes políticos. Prevê a possibilidade de reversão ou retorno ao serviço ativo dos servidores públicos dele afastados em virtude de ato revolucionário. Excetua, somente os punidos por improbidade.

Da mesma forma, só se excluem da anistia os condenados pela Justiça Militar, em razão de prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

Muito meditei sobre esta exclusão. O terrorista, o assaltante, o seqüestrador, o agressor da segurança de pessoas inocentes, é criminoso distinto daquele de quem se condenam os atos, no estrito domínio político. O terrorista não se volta contra o governo ou o regime. Seu crime é contra a humanidade. Por isso mesmo, em todo o mundo têm-se como indispensáveis leis que coibam esses atos.

O projeto ora encaminhado ao Congresso Nacional marcha na boa tradição brasileira. Digo-o com a autoridade de quem viveu a juventude e tantos anos de adulto sob a esperança de ver o pai anistiado. E o foi duas vezes.

Vi, na minha própria família, o amargor de ser órfão de pai vivo. Conheci as frustrações do soldado afastado da Pátria e de seu serviço, por delito político.

Bem conheço todo esse sofrimento.

Por isso mesmo, convertido em lei o projeto, apagar-se-ão os crimes e serão sustados os processos em curso. Até mesmo dos que, a rigor, não estão a merecer o benefício de medida, como a anistia, de natureza eminentemente política. Quer o governo, com isso, evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira.

Nosso projeto é claro e simples em seus objetivos. Seus efeitos abrangem a reintegração, sem restrições, na militância política, de todos os dela afastados por delitos políticos. Os servidores poderão retornar a seus cargos, havendo vaga, e observado o interesse da administração, expresso por uma comissão especial, no âmbito de cada Ministério.

Tenho a consciência tranqüila de haver elaborado o melhor projeto para a época atual. Por ele, podem os brasileiros ver que a minha mão, sempre estendida em conciliação, não está vazia. Nunca esteve.

Espero ver os anistiados reintegrados na vida nacional. E que, isto feito, saibam, possam e queiram participar do nosso esforço em prol dos ideais que — sendo os da Revolução de 1964 — são os de toda a Nação:

Por uma sociedade pluralista — na qual os contrários convivam no respeito às leis e sob sua proteção.

Por um regime político em que a liberdade de todos se expresse e garanta nos direitos e nos deveres de cada um.

Pelo respeito à Lei, como expressão da realidade nacional, e não como produto de alienações deformadoras.

Por uma economia mais forte, mais liberal, apta a distribuir os bens e as rendas de forma mais justa, entre todos os brasileiros.

Para que haja mais educação, melhor saúde, assistência acessível a todos.

Nos últimos quinze anos, os governos revolucionários promoveram reformas institucionais profundas. Atingimos alto patamar de desenvolvimento econômico.

Agora, a Nação, na plenitude da ordem constitucional, toma consciência da necessidade de se aperfeiçoarem as estruturas sociais, para torná-las mais democráticas.

Em todo processo histórico, há um momento certo para a tomada das grandes decisões. Acredito havermos chegado ao nosso. Com a vigência da Emenda Constitucional nº 11, superou-se um período que tornara necessários procedimentos às vezes traumáticos e de caráter excepcional.

Contudo, é preciso reafirmar: o ideário da Revolução de 1964, que nos inspirou durante os últimos quinze anos, continuará vivo através das gerações. É dentro dessa premissa que receberemos os anistiados.

A anistia tem justamente esse sentido: de conciliação para a renovação. Dentro da continuidade dos ideais democratizantes de 1964, que hoje reencontram sua melhor e mais grandiosa expressão.

Muito obrigado.

27.6.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

FALA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO EM
REUNIÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional:

Convoquei Vossas Excelências a esta reunião, para ouvi-los a propósito da anistia a crimes políticos, que pretendo propor ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 57, inciso VI, da Constituição.

Com a vigência da Emenda Constitucional nº 11, supera-se um período que tornara necessários procedimentos às vezes traumáticos e de caráter excepcional. Importa notar, porém, que a conciliação da família brasileira, sendo um fim em si mesma, deve projetar sobre o futuro o ideário que nos inspirou nos últimos quinze anos, e haverá de inspirar as gerações futuras.

Não preciso relembrar aqui o muito que a Revolução de 1964 representou para o Brasil, em termos de desenvolvimento econômico e de paz social. Basta dizer que, sempre sob a iniciativa de seus chefes, ela conseguiu adaptar-se a circunstâncias tão variadas como as que vivemos nesse período. Soube, também, retomar seus objetivos originais tão logo as condições o permitiram.

A concessão de anistia é, sempre, um ato unilateral de Poder. Pressupõe e enseja o desarmamento dos espíritos. Cria oportunidade para a convivência democrática dos contrários: idéias, partidos, pessoas. A anistia amplia o campo da atuação política.

Como em todos os fatos históricos, há sempre um momento propício a concedê-la. Assim como há uma extensão justa, para cada momento histórico. Acredito havermos chegado a esse ponto.

A anistia que pretendo propor será suficientemente ampla. Cobrirá, no tempo, todos os crimes políticos e conexos, cometidos desde 2 de setembro de 1961 — data da última anistia, até 31 de dezembro de 1978 — data em que deixaram de viger os Atos Institucionais e Complementares.

Abrangerá os que tiveram seus direitos políticos suspensos.

Contemplará os servidores dos três Poderes, nos níveis federal, estadual e municipal. Compreenderá, entre eles, indistintamente, os

que serviam à administração direta e à indireta, inclusive as fundações vinculadas ao Poder Público.

Os civis e militares, demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, terão a possibilidade de requerer seu retorno ou reversão ao serviço ativo. A concessão desse benefício, entretanto, por motivos fáceis de compreender, dependerá de vaga e do interesse da administração. Este será verificado por uma comissão especial, no âmbito de cada Ministério.

Não poderão retornar, em qualquer caso, aqueles cujo afastamento tenha sido motivado por improbidade.

De qualquer forma, porém, assegura-se a contagem, para efeito de proventos da inatividade, do período decorrido desde o ato de punição.

Excluem-se dos benefícios da anistia somente os condenados pela Justiça Militar, em virtude da prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro, e atentado pessoal. Tais crimes não podem considerar-se estritamente políticos. A ação, no caso, não é contra o governo, ou o regime, mas contra a humanidade. Por isso mesmo, em quase todo o mundo, têm-se como indispensáveis leis que coibam esses atos.

Tais são, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional, as linhas da anistia que pretendo propor. Na forma da Constituição, passo a ouvir Vossas Excelências.

Em primeiro lugar, ouço o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República.

Passo a ouvir, agora, os Senhores Ministros de Estado. Tem a palavra o Ministro da Justiça.

Tem a palavra o Ministro da Marinha.

Tem a palavra o Ministro do Exército.

Tem a palavra o Ministro das Relações Exteriores.

Tem a palavra o Ministro da Fazenda.

Tem a palavra o Ministro dos Transportes.

Tem a palavra o Ministro da Agricultura.

Tem a palavra o Ministro da Educação e Cultura.

Tem a palavra o Ministro do Trabalho.

Tem a palavra o Ministro da Aeronáutica.

Tem a palavra o Ministro da Saúde.

Tem a palavra o Ministro da Indústria e do Comércio.

Tem a palavra o Ministro das Minas e Energia.

Tem a palavra o Ministro do Interior.

Tem a palavra o Ministro das Comunicações.

Tem a palavra o Ministro da Previdência e Assistência Social.

Tem a palavra o Ministro-Chefe do Gabinete Militar.

Tem a palavra o Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

Tem a palavra o Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações.

Tem a palavra o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Tem a palavra o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento.

Tem a palavra o Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social.

Vou ouvir, agora, os Chefes de Estado-Maior.

Tem a palavra o Chefe do Estado-Maior da Armada.

Tem a palavra o Chefe do Estado-Maior do Exército.

Tem a palavra o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional:

Tendo ouvido Vossas Excelências, como manda a Constituição, quero agradecer-lhes a colaboração que me deram, em mais este ato. E, muito especialmente, o patriotismo e a compreensão da realidade brasileira, que demonstraram.

O projeto sofrerá, agora, os últimos retoques, o que peço ao Senhor Ministro da Justiça que providencie desde logo. Peço, também, ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e Secretário-Geral deste Conselho, que remeta a cada membro do Conselho, para sua informação, cópia do projeto definitivo.

O próximo passo será o encaminhamento da proposta ao Congresso Nacional. Vou fazê-lo esta tarde, em solenidade compatível com o alcance da medida. Convidado, portanto, Vossas Excelências para o ato público que se realizará, neste Palácio, logo mais, às quinze horas.

A nossa Revolução incorpora-se, assim, à História. Hoje, como amanhã, poderemos dizer tranqüilamente que — como os que viveram antes de nós nestes cinco governos revolucionários — presenciamos e participamos de um acontecimento irreversível. Por muitos e muitos anos, a Revolução continuará a marcar a profunda transformação qualitativa da sociedade brasileira.

Muito obrigado a Vossas Excelências.

29.6.79
RECIFE, PE
AUDITÓRIO «PRESIDENTE CASTELLO BRAN-
CO»
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-
DO NA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERA-
TIVO DA SUDENE

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara dos Deputados,
Senhores Ministros de Estado,
Senhor Presidente da ARENA,
Senhores Senadores e Deputados,
Senhores Governadores dos Estados do Nordeste,
Senhor Superintendente da SUDENE,
Autoridades,

Minhas senhoras, meus senhores:

Vim a Recife, hoje, participar desta reunião do Conselho Deli-
berativo da Sudene, e ouvir de viva voz o estado atual dos proble-
mas regionais.

Conseqüência natural do meu invariável interesse pela região, re-
lembro com emoção minha visita anterior a este mesmo Plenário. Aqui estive, ainda como candidato, na memorável campanha, que empreendi com tantos companheiros valorosos.

Venho dizer-lhes, em primeiro lugar, o quanto sou agradecido aos nordestinos, por haverem entendido o meu apelo e correspondido à minha mensagem. Desta região saiu grande parte da sólida maioria no Congresso Nacional, indispensável a que o quinto gover-
no da Revolução pudesse melhor corresponder — como era de meu desejo — às legítimas aspirações e esperanças do povo brasileiro.

Trago-lhes, assim, do fundo do coração, o meu agradecimento comovido.

Trago, também, a certeza de que o presidente não esquece os compromissos do candidato. Como é do meu feitio, reafirmo que

haverei de cumpri-los todos. Fica o povo do Nordeste autorizado a cobrar de mim cada uma das palavras aqui pronunciadas. Sou sincero e falo com franqueza.

Nem sempre o Presidente da República pode movimentar-se com a facilidade que desejaria. Uma viagem ao Nordeste já demorava demais. Resolvi, por isso, deixar de lado o protocolo e as cerimônias e vir sentar-me convosco nesta mesa, alta expressão da vida nordestina.

Verdade é que não desejava chegar de mãos vazias. Embora três meses sejam tempo demasiado curto, mesmo para simplesmente ordenar as prioridades, e os recursos este ano sejam particularmente escassos, os meus ministros trouxeram medidas concretas. O que a Fazenda, a Agricultura, o Interior disseram, pela voz de seus titulares, é a expressão material do meu interesse, do meu carinho pelo Nordeste.

Minha visão desta área do território nacional é a visão de uma colméia, em que todos querem trabalhar e produzir, desde que não lhes faltem os meios.

Não faltarão.

Tudo que disse em minha campanha continua válido. Não faltarei ao Nordeste, da mesma maneira que o Nordeste nunca faltou ao Brasil. E, por que não dizer? Como não faltou a mim!

Senhores Governadores:

A Sudene é, para todos nós, a própria expressão coletiva do Nordeste. Uma visita a esta casa é, simbolicamente uma visita a cada Estado, a cada Município.

Peço-lhes, por isso, que levem aos seus concidadãos a certeza de minha compreensão de seus problemas e a minha determinação de resolvê-los. Para um Brasil maior, para uma nação em que as oportunidades sejam iguais, não importando as circunstâncias de tempo e de lugar.

Muito obrigado.

4.7.79
BRAZÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado:

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, os preços do petróleo bruto sofreram forte aumento, na semana passada. Agora, o barril passa a custar entre 18 e 23 dólares e meio. Daqui a três meses, paira a ameaça de novos preços, ainda mais altos.

Sem dramatização, aliás desnecessária, as economias do mundo ocidental, e em particular a nossa, foram rudemente golpeadas.

Temos pela frente, no cenário mundial, uma coorte de problemas:

- * mais inflação;
- * maiores desajustes nos balanços de pagamentos;
- * menor crescimento econômico.

Em nosso caso, as importações de petróleo consumirão anualmente mais de dois bilhões de dólares acima dos valores atuais.

E isso não é tudo. Além desses efeitos diretos, haverá outros. Indiretos, mas não menos sérios.

- * A desaceleração do crescimento mundial certamente dificultará a expansão de nossas exportações.

- * Os produtos que ainda precisamos importar custarão mais caro, em vista da provável elevação geral dos preços nos mercados internacionais.

- * Os reajustes indispensáveis, nos preços dos derivados de petróleo, ao nível do consumidor, repercutirão desfavoravelmente sobre a inflação interna, não obstante todos os nossos esforços para conter seu ritmo.

- * Sofreremos, enfim, uma séria perda nas relações de troca, tal como se tivessemos de pagar impostos ao resto do mundo.

Felizmente, o mundo vive em relativa paz.

Entretanto, temos de ser realistas: não podemos permitir a deterioração do balanço de pagamentos e da dívida externa, a ponto de comprometer a nossa credibilidade internacional e a estabilidade do nosso desenvolvimento.

Conseqüentemente, teremos de habituar-nos — como tantos outros países do Ocidente — à iminência de passar a viver sob uma economia de guerra. Ou algo muito parecido.

Essa a situação com que nos defrontamos. Esse o maior desafio apresentado à sociedade brasileira, nos últimos tempos.

Como tantas vezes já o fizemos, no passado, haveremos de enfrentar o desafio. Corajosamente. Serenamente. Objetivamente.

A Nação precisará aceitar sacrifícios e o fará com galhardia. Sem eles, nosso modelo de desenvolvimento econômico e social será apenas um castelo de cartas. Admito, com franqueza, que serão necessários esforços maiores para conquistar — mais lentamente — os mesmos resultados anteriormente previstos.

Por seus reflexos no balanço de pagamentos, a questão energética passa a assumir prioridade máxima em meu Governo. Ao lado do combate à inflação, castigo dos assalariados e solapadora da paz social. Em paralelo com o desenvolvimento agropecuário, indispensável à melhoria do padrão alimentar do povo e à criação de excedentes exportáveis.

Tenho bem presente, neste ato, toda a significação da palavra prioridade. Feitas as escolhas, teremos, naturalmente, de moderar a justa ansiedade daqueles que, até por dever de ofício, propugnam outros programas, ambicionam concretizar sua quota de realizações.

Nesse sentido, convoco todos os Ministros de Estado a alargar seu pensamento. Além dos problemas específicos de suas pastas, há um bem maior, que é de todos: o bem do Brasil. Será preciso, por isso, que a ordem de execução dos programas se subordine ao interesse maior de resolver os problemas de energia e do balanço de pagamentos.

Inúmeros programas setoriais, interessantes, atrativos, podem esperar. Terão de esperar.

Apelo ao patriotismo dos meus Ministros, no sentido de aceitarem essa dura, mas inelutável disciplina de prioridades.

Só conseguiremos construir um futuro estável para nossa sociedade na medida em que pudermos concentrar os esforços e recursos nos programas verdadeiramente prioritários. Lembro a Diretriz Geral que fixei, e pela qual nenhum programa se iniciará sem a prévia e certa alocação de recursos.

Não se tomem estas minhas palavras — graves como elas são — como sinal de desesperança ou de pessimismo. Há muitos pontos a nosso favor.

Praticamente não dependemos do petróleo para a geração de energia elétrica. Por muitos anos, ainda poderemos recorrer ao nosso potencial hidráulico. Quando este se esgotar, caminharemos em grande escala para a geração nuclear.

Entretanto, dependemos vitalmente do petróleo para o transporte individual e coletivo; para o de mercadorias; para o fornecimento de serviços básicos, como o gás; e para o funcionamento de inúmeras indústrias.

O problema, em matéria de petróleo, como sabem os brasileiros, é que hoje temos de importar um milhão de barris diários, 85% do nosso consumo.

Por muitos anos a humanidade ainda terá no petróleo sua principal fonte de energia. Sem dúvida, o melhor substituto do petróleo importado é o petróleo produzido no país.

Não nos iludamos a respeito dessa questão.

A primeira prioridade da política nacional de petróleo é aumentar substancialmente sua produção, dentro da nossa geografia. As reservas conhecidas, em especial as da bacia de Campos, permitem estimar a produção nacional de óleo, em 1985, em 500 mil barris por dia.

Precisamos multiplicar os esforços de pesquisa e prospecção, através da Petrobrás e da ampliação das áreas de contratos de risco.

Teremos, também, de buscar sucedâneos para o petróleo. Nesse campo, há uma distinção a fazer: entre os produtos já testados e aptos a substituir derivados de petróleo e aqueles ainda no domínio da pesquisa.

Dentro desses parâmetros, o álcool pode considerar-se adequado sucedâneo da gasolina. A meta de produção de 10,7 bilhões de litros, em 1985, equivale, aproximadamente, a 170 mil barris diários de petróleo.

Já temos suficiente experiência no uso do carvão como substituto da nafta, para a produção de gás; e em lugar do óleo combustível em indústrias de alta densidade de consumo, como a do cimento. Essa substituição será estimulada por incentivos adequados.

Para o óleo diesel, conhecem-se fórmulas tecnicamente possíveis de substituição, mas ainda sujeitas ao teste dos custos. No momento, ainda parece mais econômico usar o álcool como substitutivo parcial da gasolina e da nafta, e, dentro de certas percentagens, misturar esses dois derivados ao óleo diesel. A médio prazo, devemos ajustar as condições de destilação e craqueamento, nas refiná-

rias, para assim obter os diferentes produtos, em proporções adequadas ao perfil do nosso consumo.

Não teremos tempo nem recursos para substituir, em nosso Governo, todo o petróleo hoje importado.

Deveremos concentrar-nos, assim, nas soluções de máximo rendimento por cruzeiro investido.

Temos de conscientizar-nos de que o petróleo ainda é mais barato que seus sucedâneos. O ágio a pagar pela substituição justifica-se ante a tendência dos preços de petróleo. E, sobretudo, ante a vantagem de nos tornarmos menos dependentes do exterior em matéria energética.

Ainda aqui, entretanto, cabe hierarquizar prioridades, para obter o maior rendimento possível da política de substituição.

Uma premissa a reconhecer é esta: em grande escala e a custos aceitáveis, só podemos definir-nos imediatamente pelo álcool etílico e pelo carvão. Não obstante, não podemos desprezar outras soluções de baixo custo. Muito especialmente, a energia solar pode ser bem aproveitada para o aquecimento a temperaturas de 60 a 80 graus.

Por outro lado, esforços de pesquisas poderão tornar economicamente aceitáveis o metanol, o xisto, os óleos vegetais. Mas não seria lógico dispensar recursos em programas de baixa viabilidade econômica e de logística não comprovada.

O aumento da produção de petróleo e o desenvolvimento de sucedâneos não serão suficientes, à luz dos dados disponíveis, para livrar-nos de importar petróleo. Isso nos obriga, de um lado, a redobrar os esforços de aumento das exportações e de moderação das demais importações, como vimos fazendo desde 1974.

Obriga-nos, também, nesta fronteira da economia de guerra, a apelar para medidas mais enérgicas de contenção do consumo de combustíveis. Não importa a discussão semântica sobre se o caso é de racionamento ou de racionalização. Reconheçamos, com realismo, que os novos preços do petróleo exigem medidas mais severas do que as implantadas até agora.

Para dar vigor à política nacional de combustíveis, decidi criar a Comissão Nacional de Energia, diretamente subordinada à Presidência da República.

Pela alta prioridade do problema, pedi ao Excellentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, doutor Aureliano Chaves, que, com sua larga experiência de engenheiro e professor, me auxilie na direção superior dessa importante Comissão.

Caberá ao Ministro das Minas e Energia a sua Secretaria Executiva.

Comporão a Comissão os Ministros da Fazenda; da Agricultura; dos Transportes; da Indústria e do Comércio; das Minas e Energia, o Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; o Chefe da Secretaria de Planejamento; e o Chefe da Secretaria de Comunicação Social. Outros Ministros também poderão ser convidados às reuniões.

Integrarão ainda a Comissão os Presidentes do Conselho Nacional de Petróleo, da Petrobrás, da Eletrobrás e mais três cidadãos de liberdade reputação e notório saber em assuntos energéticos.

Espero da Comissão sugestões úteis e práticas para o programa de economia, substituição e aumento da produção nacional de petróleo.

Tranquila é a situação dos governantes que navegam a favor dos ventos, nos tempos de vacas gordas. Nós, porém, atravessamos um período de vacas magras. Neste período, cada brasileiro deve reivindicar meios e dar mais de si, para o desenvolvimento nacional. Muitos administradores — os mais ativos principalmente — terão de conter seus ímpetos de realização, para não atropelar prioridades. Agora, mais que em qualquer outra época, os dinheiros públicos têm de ser bem usados.

Convoco, pois, todos os brasileiros a participar do esforço que não é só governamental mas de todos nós, para a solução do problema energético. O povo brasileiro tem revelado sua grande capacidade de responder aos desafios. Com essa capacidade iremos solucionar a questão da energia e construir alicerces inabaláveis para o nosso desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado.

6.7.79

CAMPOS, RJ

PLATAFORMA SS-6 DA PETROBRÁS

PALAVRAS DE IMPROVISO DO PRESIDENTE

JOÃO FIGUEIREDO

O desenvolvimento do nosso país, para ser mantido no ritmo necessário e em prazo relativamente pequeno, ou médio prazo, para que possamos proporcionar ao povo brasileiro uma sociedade com mais perspectivas de felicidade, depende da nossa possibilidade energética. Tudo, hoje, gira em torno da energia. Das possibilidades que temos, necessárias aos diversos setores de atividades, para transformar esta nossa sociedade numa sociedade com perspectiva de felicidade, nós já chegamos à conclusão de que a médio prazo, dentro de cinco anos, poderemos produzir com fontes renováveis cerca de até um quarto do consumo atual da nossa importação de petróleo. Isto significa que, por muito tempo ainda, vamos depender de ter o petróleo à mão. E como disse ontem, no meu pronunciamento, dado que os preços internacionais do petróleo e a instabilidade política das regiões que produzem a grande percentagem do petróleo, não nos asseguram a possibilidade de ter, mesmo que possuíssemos capacidade financeira para comprá-lo, a possibilidade de ter esse petróleo, no futuro, o melhor substituto para o petróleo importado ainda é o petróleo produzido no País.

Daí porque eu me congratulo com a Petrobrás, através do Dr. Ueki, seus diretores, seus engenheiros, seus operários, pelo esforço que está sendo realizado no País. Esforço que deveria ser melhor levado à opinião pública brasileira, não muito esclarecida sobre o trabalho que a Petrobrás tem feito. Feito com os parcos recursos de que dispõe o País. Eu quero crer que a Petrobrás está com a orientação certa. O que tem faltado à Petrobrás é o que tem faltado ao Brasil: recursos suficientes porque o seu pessoal já atingiu a tecnologia capaz, nos moldes dos campos que nós temos encontrado, de produzir o nosso petróleo. Eu me congratulo com o Dr. Ueki e com seus diretores pelo que tenho lido e pelo que ouvi hoje.

E tenho a certeza de que os senhores com essa dedicação, esse esforço e com o apoio nosso e, quero crer, de todo o povo brasileiro, poderão, num futuro que já vejo bem mais perto, substituir este angustiante dilema de ter que importar o petróleo e dispor de recursos para pagar. Meus cumprimentos.

17.7.80
BRASÍLIA, DF
HOTEL NACIONAL
IMPROVISO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO SER HOMENAGEADO PELA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL

Eu me sinto muito honrado com a distinção que acaba de me ser conferida, e fico esperançoso com as palavras dos senhores, que representam uma classe que tem sido tão esquecida e tão injustiçada, e tantas vezes acusada daquilo por que não tem sido responsável.

Esperançoso por ver que um tão importante setor da sociedade expressa sua confiança no meu governo. E, se ainda há quem não tenha confiança em mim, vejo que os responsáveis pela distribuição e pela circulação dos produtos e mercadorias têm confiança no que eu possa fazer.

Falam que o Governo precisa do apoio das Forças Armadas, das Forças Políticas, das Forças Sindicais. Mas, ao lado de todos esses apoios, preciso do apoio do comércio. Se a circulação da riqueza for bem, tudo o mais poderá ir bem.

Temos problemas econômicos, e sei que não é fácil resolvê-los. E há os problemas políticos, conseqüentes dos problemas econômicos.

As Forças Armadas procuram preservar a paz social. Os sindicatos procuram lutar por melhores salários. Há uma interdependência desses setores, mas se conseguirmos dinamizar nosso comércio, vendendo e comprando pelo preço justo, teremos dado um grande passo na solução daquelas questões.

Amanhã, eu irei à Federação do Comércio, agradecer esta homenagem. Muito obrigado aos senhores. Já ganhei meu dia.

22.7.79

RIO DE JANEIRO, RJ
HOTEL GLÓRIA

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE DOENÇA DE CHAGAS

Minhas senhoras, meus senhores:

Este Congresso Internacional sobre a Doença de Chagas dá a todos nós a oportunidade feliz de homenagear uma das mais respeitadas figuras da galeria de cientistas brasileiros.

Carlos Chagas é o símbolo por excelência do esforço e da pertinácia que o Brasil reclama de seus filhos, no setor da ciência. Hoje, como nos dias de Carlos Chagas, precisamos de soluções engenhosas, completas e adequadas para problemas que nos são próprios.

Apesar das previsões negativas de grandes sábios, estamos construindo, em território francamente tropical, uma civilização digna de nota, e, sob tantos aspectos, original. Por isso mesmo, é imperativo criar condições culturais, sociais e econômicas, capazes de permitir, de favorecer o desenvolvimento das vocações científicas de nossos filhos.

Não termina aí nossa preocupação. Em países em desenvolvimento, como o nosso, numerosos cientistas preferem emigrar, em busca de condições propícias ao florescimento, em toda a sua potencialidade, dos conhecimentos adquiridos.

Não falo, apenas, nem ao menos principalmente, dos recursos despendidos e assim desperdiçados. A perda de profissionais qualificados representa a sangria dos melhores espíritos, das inteligências mais altas, das capacidades mais essenciais ao desenvolvimento e ao progresso de qualquer Nação.

Criaram-se no Brasil vários centros de excelência, corporificados em institutos e universidades, onde se semeiam os germes do pensamento científico de que mais e mais necessitamos. Conheço as dificuldades materiais com que lutam os seus membros. Os salários pouco remuneradores que percebem. A relativa carência de um comércio variado, fértil e ativo de idéias e de conceitos.

Isso tudo é característico de sociedades, como a nossa, que apenas começam a emergir do subdesenvolvimento, da penúria e do atraso. Importante é reconhecer o papel fundamental do cientista e do pesquisador, como foi Carlos Chagas, no quadro atual da sociedade brasileira. Sem eles, não poderíamos sequer ter chegado aonde estamos.

Com seu trabalho, com a reflexão amadurecida, com a inspiração no bem da humanidade — tão característica dos homens de ciência — poderemos prosseguir vitoriosamente. Problemas e dificuldades — velhos e novos — são outros tantos desafios.

Espero do conclave ora reunido, à sombra da memória de Carlos Chagas, contribuições úteis a tornar mais exequível o programa de meu Governo de erradicação das grandes endemias rurais. Esse é um dever absoluto da nossa sociedade perante os milhões de brasileiros que mal vivem, muito sofrem e cedo morrem, por causas que a ciência pode evitar.

Desejo, porém, projetar meu pensamento um pouco mais além. Saúdo, nos cientistas presentes, brasileiros e estrangeiros, os homens de todas as especialidades que estão fazendo deste planeta um lugar mais habitável. Que estão prolongando a vida das pessoas. Que trabalham para que haja mais alimentos, mais saúde, mais recursos para os milhões e milhões que anualmente se somam à população deste nosso mundo.

Essa a dimensão que enxergo neste Congresso do centenário do descobridor da doença de Chagas.

Muito obrigado.

26.7.79
BELÉM, PA
SEDE DA SUDAM
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO DURANTE A VISITA À SEDE DA SUDAM

Minhas senhoras, meus senhores:

Apenas umas rápidas palavras, para agradecer a exposição do Superintendente da SUDAM. E para renovar o que disse, nesta mesma casa da SUDAM, quando por aqui passei há onze meses.

Venho de Tucuruí, onde 30.000 pessoas se congregam na selva amazônica em torno da maior usina hidrelétrica inteiramente construída em território nacional. É um marco novo de nossa vontade férrea de progredir. É mais um testemunho da capacidade técnica dos brasileiros.

A importância de Tucuruí foi reconhecida ainda ontem, na reunião que presidi, do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Para quem olha com realismo o futuro de nossas contas internacionais, Tucuruí representa a viabilização de projetos agropecuários, industriais e de mineração, de que tanto precisamos, para criar vultosos excedentes exportáveis. Graças à energia de Tucuruí, nomes como Carajás, Trombetas e Itaqui sairão da geografia física da Amazônia, para entrar na história econômica do Brasil.

Temos pressa, e não haveremos de parar. Por isso mesmo, não faltará recursos aos projetos voltados para a exploração racional dos recursos naturais da região. Como se fora em garantia dessa afirmação, ontem aprovei o orçamento de comprometimento do FINAM para 1979 — o mais elevado da sua história. O maior que nos era possível.

Não esqueci nenhum dos projetos que mencionei aqui. Alguns, já estão a caminho, como o complexo Albrás/Alunorte. A Lei sancionada no começo deste mês criou a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, núcleo de apoio ao complexo.

A caminho encontra-se, também, a formulação de uma política florestal para a Amazônia, capaz de conciliar o aproveitamento da riqueza representada pelas espécies florestais, e o respeito aos direitos das gerações futuras.

Da mesma forma, os ministros da Agricultura e do Interior já criaram grupos de trabalho para cuidar do fortalecimento da Agropecuária da Amazônia. Os estudos, em fase de conclusão, cobrem as áreas de crédito, colonização, regularização fundiária e apoio aos empreendimentos agropecuários da região.

Mesmo entre as dificuldades e aperturas que todo o Brasil conhece e reconhece, meu governo está providenciando o reforço, em 1980, do Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Nordeste Paraense (PRONOPAR). Estamos cuidando, também, através do PROMORAR, de dar moradia digna àqueles que se contam por centenas de milhares, nas baixadas de Belém e em São Luiz, entre os mais pobres e mais carentes do Brasil.

Não falo por falar.

Nem estou aqui para vangloriar-me do que está sendo feito.

Tenho bem clara na consciência a certeza de que temos muito, muito mais a fazer. Essa responsabilidade, eu a reafirmo irrenunciável, indesviável, irretratável. Os documentos do meu governo a espeílhram com firmeza.

Não falo por interesse fugaz, nem por me sentir impotente, em face da magnitude dos problemas que temos por aqui.

Antes, pretendo que os planos de desenvolvimento e a ação do governo reflitam a minha convicção de que, nesta hiléia tão querida e rica, havemos de construir, com denodado esforço e realística determinação, uma civilização digna de sua selvagem majestade.

Muito obrigado.

6.8.79

BRASÍLIA — DF

ITAMARATY

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DO GOVERNO ESPANHOL, DOUTOR ADOLFO SUÁREZ

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Espanhol,
Doutor Adolfo Suárez:

A visita que hoje nos faz Vossa Excelência, em atenção ao convite que tive a honra de lhe formular, é importante passo para o desenvolvimento das tradicionais relações de amizade entre o Brasil e a Espanha.

Brasileiros e espanhóis se conhecem, estimam-se e convivem fraternalmente. Boa vontade e simpatia recíprocas são a marca de nossas relações. Agora, acredito haver chegado o momento de traduzirmos, no plano oficial, todo esse extraordinário capital.

A presença de Vossa Excelência no Brasil permite-nos ampla troca de opiniões a respeito de questões internacionais e bilaterais de interesse dos dois países. Nesse contexto, nossas relações bilaterais devem ganhar novo impulso. Devem refletir, em toda a sua inteireza, a presença da Espanha e do Brasil nos mais variados campos de atividade internacional.

É-me especialmente grata a decisão de Vossa Excelência de fazer-se acompanhar de tão importante comitiva. A propósito, desejo realçar a presença dos Ministros de seu Governo, que a integram. Estou certo de que a alta hierarquia, a experiência e o renome desses Ministros muito facilitarão nossos contactos, e seu seguimento prático nos próximos meses.

Senhor Presidente:

A autenticidade é a marca admirável da tradição cultural espanhola. Ela constitui o segredo da irradiação verdadeiramente universal do país de Vossa Excelência.

País de formação extremamente rica, tem a Espanha uma densidade histórica excepcional e singular. Graças à interação de

tradições variadas, a Espanha desenvolveu as virtudes da sensibilidade e da inteligência — nítidos apanágios do valoroso povo espanhol.

Por representarem o que há de mais profundo e legítimo na alma de seu povo, as grandes figuras da história e da cultura da Espanha são compreendidas, admiradas e respeitadas em toda a parte.

A todos impressiona o desenvolvimento continuado da cultura e das artes hispânicas. Suas obras ajudam a moldar a sensibilidade moderna, e caracterizam fortemente não apenas a Espanha, mas a própria civilização ocidental.

Diante desse pano de fundo, Vossa Excelência conduz — com reconhecida vocação de liderança, talento e desassombro — um processo político-democrático particularmente fecundo. Tendo como inspirador o Chefe de Estado, Sua Majestade o Rei de Espanha, D. Juan Carlos I, o Governo de Vossa Excelência responde, com criatividade e decisão, ao desafio da complexidade espanhola.

Porque tudo o que se passa na Espanha interessa a todos os homens, seus esforços e suas realizações são por todos acompanhados com apreço, simpatia e respeito.

A Espanha, Senhor Presidente, é, por todos os motivos, um país muito próximo do Brasil. Seus filhos aqui acorreram em grande número. Com sua capacidade de trabalho e suas características de generosidade, enriqueceram a sociedade brasileira.

Não é demais dizer que os espanhóis se integraram em nosso País com exemplar perfeição: a Espanha é parte da alma brasileira, do nosso modo de ver e sentir a vida.

A contribuição espanhola foi ainda mais direta na formação de nossos vizinhos da América Latina. Não posso deixar de saudar com interesse, por tal razão, o fortalecimento dos laços que unem a Espanha aos países desta parte da terra.

O mundo ibérico assenta sobre um patrimônio comum, construído através dos séculos à custa de grande esforço e não pouco sacrifício. Assim, nossa vivência histórica pode e deve servir de base a empreendimentos conjuntos, em benefício de todos os nossos povos.

No encontro político entre a Espanha e a América Latina, a possibilidade de mantermos um diálogo aprofundado e realista deve correr da própria riqueza da individualidade de cada nação. Por isso, não basta levar em conta e saber interpretar o nosso passado. Precisamos muito mais: precisamos forjar novos laços. Pois nossos países são essencialmente voltados para o futuro. Nossa interesse é descobrir novas formas de aproximação.

No momento da visita de Vossa Excelência ao Brasil, a situação econômica mundial pode ensejar mais desalento que esperança.

Problemas sérios acumulam-se em excessivo número na agenda internacional. Ninguém parece vislumbrar soluções capazes de, a curto prazo, atender aos interesses de todas as nações.

A inflação, a instabilidade cambial, a crise energética, somam-se às dificuldades conhecidas do mercado internacional de produtos de base, e ao protecionismo comercial contra as exportações dos produtos manufaturados.

Todos esses problemas afetam de forma dramática o meu País e nos obrigam a tomar medidas internas para minorar, na medida do possível, seus efeitos. Eles tornam ainda mais árduos os esforços do povo brasileiro em prol do seu desenvolvimento sócio-econômico.

Continuamos, porém, otimistas e confiantes em encontrar os caminhos que nos permitirão superar essas dificuldades.

No plano internacional, não acreditamos em soluções unilaterais para problemas de caráter global, em sua essência. Esperamos porém que, ao examiná-los, a comunidade mundial de nações leve especialmente em conta os anseios e as aspirações dos países em desenvolvimento. Não é justo fiquem eles eternamente compelidos a sacrificar parcelas essenciais de seus interesses econômicos. Ou a adiar indefinidamente as melhorias de padrão de vida a que seus povos têm direito.

A Espanha está empenhada não só na modernização política, mas também na econômica. Notabiliza-se o seu país, Senhor Presidente Adolfo Suárez, por um progresso que o coloca entre os dez mais industrializados do mundo. Em sua política econômica externa, procura o Governo de Vossa Excelênciа retirar todas as consequências práticas dessa nova e auspíciosa situação.

O Brasil espera que, ao ingressar na Comunidade Econômica Européia, a Espanha venha a juntar-se aos que propugnam, ali, pela liberalização das correntes de comércio. Só desejamos que os benefícios da atividade econômica global sejam proporcionalmente maiores e mais bem distribuídos entre todos os parceiros.

Esperamos, igualmente, possa o Governo espanhol levar avante o seu atual esforço de intensificação das relações econômicas com os países da América Latina. Há novas portas a abrir para um intercâmbio moderno e mutuamente proveitoso.

As perspectivas altamente favoráveis de entendimento e cooperação entre os nossos dois países aconselham a não nos conformarmos com o atual nível de nossas relações.

Muito há que fazer. Penso que devemos consultar-nos mais e dar toda ênfase aos mecanismos ao nosso dispor, inclusive a Comissão Mista Brasil-Espanha. Podemos dinamizar nossas relações políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas. Sobretudo, podemos colocá-las à altura das aspirações dos nossos dois povos.

De parte do Brasil, pode Vossa Excelênciastar certo de toda a nossa disposição de corresponder ao gesto de amizade e interesse representado pela visita de Vossa Excelênciato nosso País.

Senhor Presidente:

Permita-me pedir aos presentes que levantem um brinde à saúde e felicidade do Chefe de Estado, Sua Majestade D. Juan Carlos I, aos continuados êxitos de Vossa Excelêncià frente do Governo espanhol, e ao progresso das relações entre nossos dois países.

Muito obrigado.

7.8.79

BRASÍLIA, DF
EMBAIXADA DA ESPANHA

BRINDE DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
NO BANQUETE OFERECIDO PELO PRESIDEN-
TE DO GOVERNO ESPANHOL, DOUTOR
ADOLFO SUÁREZ

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Espanhol, Doutor Adolfo Suárez:

Fico muito reconhecido a Vossa Excelência pelas amáveis palavras que acaba de pronunciar.

Nestes dois últimos dias, mantivemos entendimentos muito proveitosos. Trocamos opiniões sobre assuntos de interesse recíproco e tratamos, objetivamente, do desenvolvimento de nossas relações bilaterais. Igualmente, nossos Ministros realizaram úteis conversações, no âmbito de suas respectivas pastas.

Em nosso encontro, Vossa Excelência me impressionou, como era de esperar, pelos seus conhecimentos de homem de Governo e por suas qualidades pessoais.

Faço votos de que Vossa Excelência e sua ilustre comitiva tenham em sua visita a São Paulo, amanhã, uma estada agradável. É de que possam realizar contactos igualmente proveitosos, naquele Estado, com os mais variados setores de atividade. Lá, Vossas Excelências terão oportunidade de ver, perfeitamente integrados, como disse ontem, numerosos espanhóis e outros tantos brasileiros de origem espanhola.

Peço aos brasileiros aqui presentes que comigo levantem suas taças, em homenagem a Sua Majestade o Rei de Espanha, D. Juan Carlos I, pela saúde do Presidente do Governo espanhol, Doutor Adolfo Suárez, e pelo fortalecimento dos laços de amizade que unem o Brasil e a Espanha.

Muito obrigado.

8.8.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

PALAVRAS DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER OS REPRE-
SENTANTES DA FEDERAÇÃO NACIONAL DA
AGRICULTURA

Dr. Flávio Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Senhores Membros da Confederação Nacional da Agricultura, eu agradeço a presença dos senhores aqui nesta manifestação de solidariedade que muito me incentiva e agradeço muito comovido as palavras que o senhor acaba de proferir.

E ao fazê-lo devo dizer que quando me fixei na meta prioritária da agricultura, ainda como candidato, eu o fiz porque estava convencido, como ainda estou — de que a única saída econômica para o nosso País está no campo. Há poucos dias, conversando com alguns líderes empresariais da indústria, eu lhes disse que nada adiantava afirmar que o nosso povo necessitava satisfazer essa ou aquela aspiração. Como se não tivéssemos antes satisfeito aquelas necessidades básicas para que o povo pudesse sobreviver: necessidades de alimentação, de habitação e de saúde. E acrescentei mais: o resto e qualquer outra aspiração é consequência. E ainda mais, lhes disse que, no que se refere à agricultura — apenas no que diz respeito à alimentação — ainda pelo nosso esforço, queríamos dobrar os recursos para diminuirmos um pouco a nossa crise energética e irmos lá fora buscar recursos para que eles, empresários industriais, pudessem se desenvolver.

Não é com os dólares estrangeiros, apenas, com financiamentos estrangeiros que iremos desenvolver o nosso País. E sim, com aqueles dólares produzidos pelos três milhões de quilômetros quadrados de terras aráveis que temos.

É possível que amanhã surja uma idéia diferente, mas nesses dois anos em que me debrucei sobre o problema continuo convencido de que a prioridade um, para o nosso País, ainda é a agricultura.

Sei que dificuldades nós todos temos. Quem diz plantar diz o amanho da terra, diz maquinária, diz fertilizantes, diz mão-de-obra, diz colheita, diz armazenagem, diz transporte, diz comercialização e diz, principalmente, no que respeita a divisas de fora, mercado certo.

A prioridade que eu dei à agricultura para mim é um programa do governo. Daí por que tenho chamado a atenção dos meus ministros de que é preciso acompanhar de perto o esforço do agricultor e do pecuarista para que ele possa ter o seu produto a bom preço e na época oportuna e não deixá-lo, como tenho visto em alguns setores, à míngua e ao desamparo. O «plante que o João garante» é muito relativo. É preciso que todo mundo garanta, que me ajude a garantir o que os senhores vão produzir. Nesse aspecto eu posso assegurar aos senhores que tenho tido o apoio de todos os ministros da área econômica: os Ministros dos Transportes, Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio, todos eles têm cooperado nesse esforço. Apenas reconheço que há uma velocidade que não me satisfaz entre a ordem que daqui sai — do Planalto para o crédito — e o tempo que ela leva para chegar até o agricultor.

Posso assegurar aos senhores que a culpa não cabe ao Ministro do Planejamento e nem ao Ministro da Fazenda, mas vou explicar bem aos senhores o meu ponto de vista para ver de quem é a culpa, se é que há alguém com culpa ou se há um erro nesse mecanismo, a fim de que agilizemos esse crédito e possamos de fato saber com certeza que não lhes faltarão os recursos mínimos necessários.

Com essas palavras eu desejo agradecer aos senhores a honraria dessa presença e o estímulo que essa presença me trouxe. Muito obrigado aos senhores.»

16.8.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
PALAVRAS DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO DIRIGIDAS AOS PREFEI-
TOS DE DIVERSOS ESTADOS BRASILEIROS

Senhor Ministro Andreazza.

Senhor Prefeito de Ribeirão Preto.

Senhores Prefeitos.

Senhores membros da Associação das COHABS.

Ouvi com bastante atenção as palavras do Senhor Prefeito e posso dizer que, de uma maneira geral, concordo com todas as sugestões aqui apresentadas. O concordar com as sugestões, entretanto, não significa que eu possa, que eu tenha possibilidades físicas e materiais de sanar todas as dificuldades para que essas sugestões de fato se efetivem. Devo confessar aos senhores que que nesses quatro meses que estou à frente da administração do País, a grande dificuldade que encontrei foi uma só: a falta de recursos para os programas em andamento. A falta de recursos torna-se premente face aos compromissos assumidos pelo País, no exterior, e aos quais o País não pode faltar, e aqueles programas básicos que temos por diante e que não podem parar. Sei bem que entre todas as sugestões apresentadas, já repensadas com o Ministro Andreazza nas nossas conversas, nos nossos despachos, nas nossas audiências, uma, entretanto, me preocupa: esse esforço que os Prefeitos estão fazendo para construir mais e mais unidades habitacionais para os seus municípios, em particular nos grandes centros.

Entendo que é preciso deter, ou pelo menos diminuir, a migração do campo para os grandes centros. Uma das maneiras de fazê-lo é propiciar ao homem do campo um salário condigno, uma assistência médica condigna, a possibilidade de educar seus filhos perto do local de trabalho e uma habitação condigna.

Dai por que não vejo muita razão para que a massa dos parcos recursos, se é possível dizer massa dos parcos recursos, mas a maioria destes recursos escassos de que dispomos para o programa habitacional seja diferida para os grandes centros. Deveremos tender para inverter essa situação para que pelo menos os Senhores Prefeitos no futuro possam raciocinar com a população mais estável, já que os

programas que os Senhores Prefeitos fazem não resistem a dois anos, tal o fluxo da imigração. Com essa pequena ressalva e com a observação de que os recursos estão escassos estou de acordo com as sugestões dos Senhores. É muito fácil para mim alocar recursos para construir mais uma escola, num determinado conjunto habitacional. Mas isso significa para o Senhor Prefeito pagar mais professores, mais administração, mais manutenção, e tenho certeza de que à medida que essas escolas aumentem os Senhores Prefeitos vão recorrer aos Governos Estaduais ou, quando não, vêm recorrer diretamente à União, porque não suportam as despesas. Então é preciso a gente pensar um pouco em como distribuir esses recursos. Reconheço que a situação de deficiência habitacional no País é muito grande, mas não façamos a injustiça de dizer que a Revolução de 64 falhou nesse aspecto, porque de 64 para cá nós construímos neste País mais unidades habitacionais do que se construiu em 90 anos de República. E se mais não construímos não foi porque não quisemos, é porque não tivemos recursos. Basta lembrar aos Senhores que um simples aumento no preço do petróleo, este último, a ser conservado durante um ano, vai dar ao País uma despesa a mais de 1 bilhão e meio de dólares. Se eu dispusesse agora de 1,5 bilhão de dólares para o programa habitacional, quantas habitações para a população de baixa renda eu não poderia construir?!

Isso é que devemos ter em conta. Às vezes fazemos um esforço grande para economizar 500 bilhões de cruzeiros num determinado programa, e um simples aumento de petróleo nos leva bilhões de cruzeiros. Eu agradeço a presença dos Senhores e a cooperação que estão dando ao meu governo. Era esse o diálogo que durante a minha campanha eu entabulava e insistia e muita gente não acreditava, porque com as sugestões dos Senhores eu posso conversar com os meus Ministros e com os órgãos diretamente responsáveis e, ver o que é possível fazer dentro da probreza de recursos de que dispomos. Mas o que eu quero ter a certeza é de que nessas reuniões eu terrei presentes as sugestões dos Senhores, que sofrem na carne esses problemas, e de que nas soluções que vou adotar essas sugestões serão levadas em conta, e serão levadas em conta com os responsáveis perante o povo pelas soluções que vão sair.

Muito obrigado.

16.8.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
PALAVRAS DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER O COLAR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO, DAS MÃOS DO MI-
NISTRO JOÃO DE LIMA TEIXEIRA, PRESI-
DENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Eu agradeço por demais honrado a deferência que acaba de me ser concedida pelos Senhores com esta distinção que é o Colar da Justiça do Trabalho. Agradeço também ao Senhor Presidente as palavras benevolentes e generosas que acaba de pronunciar ao lado de palavras sensatas, tão sensatas que pudera eu copiá-las para dizer a muitos dos nossos homens públicos as verdades que o senhor acaba de dizer. Mas se alguma coisa eu devo dizer ao Senhor Presidente e Senhores Ministros pela honra dessa condecoração, é que discordo em parte do que Vossa Excelência disse, que a recebi pelos meus méritos. Devo dizer que a recebo menos como Presidente da República e sim como um incentivo áquelas intenções que eu já proclamei em praça pública e das quais eu não me arredo e que eu hei de conseguir. E essa distinção, podem o Senhor Presidente e os Senhores Ministros ter a certeza de que ela há de me servir como um dos melhores estímulos para que eu não me arrede e para que eu persevere naquilo que eu achar que é bom para a minha Pátria. E eu tenho a certeza de que terei o aplauso do Senhor Presidente e dos Senhores Ministros.

6.8.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

PALAVRAS DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER OS MINISTROS JAPONESES DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DA AGRICULTURA, DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E DA INDÚSTRIA, DO TRANSPORTE, E O VICE-MINISTRO DAS FINANÇAS.

Senhores Ministros de Estado,

Recebo com satisfação a visita de Vossas Excelências, dignos representantes do povo japonês que aprendemos a admirar por sua capacidade de trabalho, seu dinamismo e responsabilidade internacional.

As relações que unem nossos dois países não se esgotam em manifestações de boa vontade recíproca, mas estão plenas de exemplos concretos de realizações humanas e empresariais. O Brasil tem sido país extraordinariamente receptivo às iniciativas japonesas, sendo significativa a acolhida que demos historicamente a expressivo contingente humano dessa origem, hoje plenamente integrado ao povo brasileiro no esforço de construção nacional.

Temos grandes interesses em comum e acredito que Brasil e Japão podem desenvolver sua cooperação e ampliar seu comércio, de forma harmoniosa e em benefício recíproco.

Desejoso de dar continuidade no mais alto nível a tais relações, e como testemunho da fraternal amizade que une nossos povos, tenho a honra de formalizar, através do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, convite ao Primeiro Ministro Masayoshi Ohira para visitar o Brasil, em data de sua conveniência.

23.8.79

BATATAIS, SP

SALÃO NOBRE DA PREFEITURA

DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE

JOÃO FIGUEIREDO EM VISITA À CIDADE

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado
Excelentíssimo Senhor Prefeito de Batatais
Meus caros patrícios de Batatais

Eu não sei como agradecer as palavras generosas que acaba de pronunciar o Prefeito, fruto talvez da bondade dessa boa gente aqui de Batatais de quem ele é o reflexo.

De fato, o Senhor Prefeito fez algumas afirmações a meu respeito que, apesar de me deixar muito lisonjeado, considero um exame de consciência isento e um tanto exagerado, porquanto parece mesmo um paradoxo, que eu — filho de soldado, neto e bisneto de soldado, tendo passado desde os primeiros anos da minha infância dentro de quartéis, justamente eu que passei a minha vida toda aprendendo a fazer a guerra para defender este País — me veja, pelo meu temperamento e minha inclinação, obrigado por impulso natural a que não pude resistir.

Porque senti que este era o meu dever: estender as mãos àqueles que não acreditavam na minha pregação pelas praças públicas.

E, ao afirmar pela primeira vez, na cidade de Uruguaiana, que ia fazer deste País uma democracia, senti que alguns elementos que se opunham ao Governo, senti que muitos setores da imprensa, e — por que não dizer? — também muitas vozes da opinião pública achavam que eu estava exagerando, porque eu tinha dado meu apoio a um regime fechado.

Mas, confesso aos senhores que eu e meus companheiros, quando tomamos parte na Revolução de 31 de Março de 1964, tínhamos rumos bem definidos e rumos democráticos, e que jamais poderíamos pensar que a violência nos levasse a atitude que nunca defendemos, que nunca quisemos.

Daí por que não vejo incoerência nenhuma, eu educado dentro dos quartéis e sob a proteção de meu pai, que tudo deu de si e procurou transmitir a seus filhos, com seu exemplo, para que a lei fosse respeitada neste País, o que os paulistas queriam em 1932.

O que nós queríamos, em 31 de março de 1964, era que o Governo respeitasse a lei. Respeitasse aquela Constituição.

Felizmente, porém, sempre encontramos homens determinados que conseguiam, apesar desses desvios momentâneos, fazer voltar a nossa Revolução para aqueles rumos primeiros.

Por isso, dei o meu aplauso ao Presidente Geisel quando ele se determinou a fazer a abertura política. E eu, para não me arrepender mais tarde, para me empenhar na campanha eleitoral, disse a primeira vez, em Uruguaiana, que queria fazer deste País uma democracia. E o disse várias vezes, antes de tomar posse.

Quero, neste momento, reafirmar que a minha determinação é a mesma de quando eu assumi a Presidência da República e que hei de fazer deste País aquela democracia que meu pai me ensinou, e não aquela democracia que outros querem me ensinar agora.

E se eu estendo as minhas mãos em conciliação àqueles que não me têm confiança, nas minhas afirmações ou nas minhas intenções, é porque quero, de fato, a confraternização dos brasileiros. Quero perdoar inclusive àqueles que momentaneamente se esqueceram dos deveres para com a Pátria. Quero perdoar a mim mesmo, inclusive, por, às vezes, ter cometido injustiças mentais a respeito de alguns brasileiros.

Mas não quero dizer que não vou lutar pela democracia em que eu acredito. A reconciliação que desejo é uma reconciliação para a construção deste País e não para a sua destruição.

E quando no início da campanha afirmava isto em praça pública, a certeza de que, ao fim, o povo iria acreditar em mim, muitos céticos riem e sorriam e duvidavam das minhas palavras. Eu repetia porque dentro do meu peito sentia o que estava dizendo, como agora estou sentindo.

Naquelas minhas afirmações, algumas passageiras, eu dizia ao povo que tinha confiança nele, por sentir, a cada dia que passava, que o povo sabia que eu não iria enganá-lo e que, nos momentos de abertura ou de crise, eu iria dizer a verdade.

E posso assegurar ao povo de Batatais e ao povo paulista que tenho sentido esta receptividade do povo, não para comigo, mas para aquelas intenções que eu trago. Sinto que este povo quer me ajudar. Sinto que, inclusive, a Oposição, quase em sua totalidade, quer me ajudar, mas talvez, por um sentimento de pudor ou de vergonha, não queira se chegar a mim, para não dizer que está cooperando com o meu Governo.

Eu não diria cooperar com o meu Governo; eu diria cooperar com o Governo para reconstruirmos este País, e para isto preciso de

auxílio de todos os bons brasileiros, tenham eles que idéia tiverem a meu respeito.

Sei bem que, até hoje, como disse o nosso prefeito Claret, a mão estendida não foi compreendida. Alguns até disseram que as minhas mãos estavam vazias, como se eu precisasse de encher-las para que os brasileiros viessem cooperar comigo.

Eu responderia a esses que as minhas mãos estão vazias de bens materiais, porque sou pobre e não vou usar o dinheiro da Nação para recompensá-los por serviços que possam prestar à Pátria. Minhas mãos estão, sim, cheias de esperança, de otimismo, e têm força bastante para ajudar o povo a levar nosso País pelos caminhos que minha mãe me ensinou e os caminhos pelos quais meu pai lutou, que são os caminhos da cristandade e da Constituição.

27.8.79

BRASÍLIA, DF

MEZZANINO DO PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO AO AGRADECER A VISITA
DE AUTORIDADES DA LBA E DE ESPOSAS DE
GOVERNADORES E DE PREFEITOS MUNICI-
PAIS NO V ENCONTRO NACIONAL DE DIRI-
GENTES DA LBA

Minhas Senhoras, Senhoras de Governadores, Senhora Léa Leal, presidente da LBA, Senhor Ministro Jair Soares, Senhores dirigentes da LBA, Senhoras de Prefeitos e colaboradores da LBA.

Eu fico muito honrado com esta visita que as senhoras me fazem. Fico muito honrado com essa medalha que acabam de me conferir. Cabe muito menos a mim, do que ao Ministro Jair Soares e a Dona Léa, presidente da LBA, e creio que o trabalho que as senhoras estão desenvolvendo na Legião Brasileira de Assistência, juntamente com outros dirigentes da entidade, é daqueles trabalhos que a gente deve se esforçar para que ele não se extinga, para que ele se prolongue no tempo, e a gente deve se esforçar para que a Legião Brasileira de Assistência disponha dos recursos necessários à consecução dos objetivos determinados nesse documento que acabam de me entregar.

O Ministro Jair Soares sabe, melhor do que eu, as dificuldades que estão enfrentando no referente a recursos. Mas, o que eu tenho que fazer é repartir esses parcos recursos de que nós dispomos para aqueles setores que achamos prioritários. E, entre aqueles que eu acho prioritários, entre aqueles a que devemos dar mais atenção, eu acho que o apoio à criança deve merecer uma prioridade bem maior. Não posso prometer aouilo que eu desejaria fazer. Mas, eu posso prometer ao Ministro Jair, a Dona Léa e às senhoras, que hei de fazer esforços para que alguém seja prejudicado nos seus orçamentos, de modo que sobre alguma coisa para a criança. Eu não posso inventar dinheiro, inventar recursos. Eu tenho que tirar de alguém. Alguém vai ser prejudicado. Sei também que eu não vou prejudicar ninguém a ponto de ter todos os recursos necessários para esse belíssimo programa que temos por diante, mas hei de fazer o possível para que esses recursos sejam substanciais e para que amanhã, cada um de nós, chefes de família, pais, avós, mães, possamos dormir com a consciência tranquila quanto ao futuro da criança brasileira. Muito obrigado aos senhores.

28.8.79
BRASÍLIA, DF
ITAMARATY
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ZÂMBIA, SENHOR KENNETH KAUNDA

Excelentíssimo Senhor Presidente Kenneth Kaunda:

Em nome do Governo e do povo brasileiros, tenho a honra de acolher Vossa Exceléncia e os eminentes membros de sua comitiva, na primeira visita do Chefe de Estado de Zâmbia ao Brasil.

Vossa Exceléncia tem papel decisivo na vida de seu país. Além de liderar os esforços do seu povo, para libertar-se do regime colonial, hoje conduz com firmeza os destinos desse povo, dentro do conturbado panorama da África austral.

Graças à sua capacidade política e aos seus reconhecidos dotes pessoais, Vossa Exceléncia soube interpretar com fidelidade os anseios do povo de Zâmbia, sua dedicação à independência, à justiça e ao desenvolvimento. Vossa Exceléncia é um líder estimado dentro e fora de seu país. Como grande expressão política do continente africano, o nome de Vossa Exceléncia é conhecido em todas as partes do mundo.

Frente aos desafios que hoje se acumulam na África austral, o governo de Vossa Exceléncia tem agido com dignidade e eficácia. E constitui, por isso, uma das mais altas expressões do nacionalismo africano.

Zâmbia, juntamente com outros países africanos, está integrada num vasto e difícil esforço diplomático do qual podem muito bem depender as perspectivas de solução negociada para as delicadas questões do Zimbábue e da Namíbia.

Invariavelmente, o Governo brasileiro tem manifestado seu apoio aos direitos inalienáveis dos povos do Zimbábue e da

Namíbia. Em decorrência do próprio processo de formação de nossa nacionalidade e do modo de ser do povo brasileiro, somos visceralmente contrários à dominação colonial e à discriminação racial, cristalizada na política do aparteidismo.

Acreditamos que Zimbábue deve ter um regime que satisfaça a dignidade de seu povo e suas aspirações de igualdade.

Favorecemos, igualmente, a autodeterminação e a independência da Namíbia, direitos tantas vezes expressos em resoluções aprovadas, nas Nações Unidas, pela unanimidade da comunidade internacional.

Saudamos, assim, os esforços que Vossa Excelência vem conduzindo no sentido de que tão altos ideais se transformem em realidades concretas.

Ideais e princípios comuns informam a atitude do Brasil com relação aos países africanos.

Somos amistosa e francamente abertos à cooperação.

Respeitamos a individualidade de cada país, e o direito de construírem seu próprio destino.

Acreditamos em relações internacionais regidas pelos princípios da igualdade soberana dos Estados e da não-ingerência em seus assuntos internos.

Assim como Zâmbia, repudiamos o colonialismo e o racismo. Consideramos sua eliminação fundamento necessário à criação de um sistema internacional mais seguro, mais eqüitativo e, consequentemente, mais pacífico.

Outra de nossas preocupações comuns é vermos a ordem econômica internacional ainda assente em termos essencialmente iníquos, em relação aos países em desenvolvimento. Nossos esforços para transformá-la decorrem da justiça mesma das aspirações de progresso de nossos povos. Por isso, não esmoreceremos atévê-las concretizadas no menor prazo possível, e com os menores sacrifícios.

Sabemos que a solução de nossos problemas exigirá, também, uma ampla cooperação para o fortalecimento dos vínculos políticos, econômicos e de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento.

É responsabilidade de nossos governos traduzir nossa vontade política comum em relações mais intensas entre nossos países, firmadas em formas de cooperação mutuamente satisfatórias, nos mais variados campos de atividade.

Certamente, o Brasil se dispõe, nos limites de suas possibilidades, a desenvolver as relações econômicas, a cooperação técnica, e as consultas sobre assuntos de interesse comum com Zâmbia.

Queremos examinar, com o governo de Vossa Excelência, os meios e mecanismos mais eficazes para alcançar esses objetivos.

O Brasil, Senhor Presidente, atribui alta prioridade às suas relações com os países da África. Reconhece e apoia os seus esforços em prol do progresso e da justiça. Nossa interesse nacional, os sentimentos e a comum opinião do povo brasileiro exigem contatos cada vez maiores com as nações africanas.

Nesse espírito, saúdo Vossa Excelência, e convido todos os presentes a comigo erguerem suas taças pelo desenvolvimento das relações entre a Zâmbia e o Brasil; pela saúde do nosso amigo Presidente Kenneth Kaunda; e pela felicidade e prosperidade do povo irmão de Zâmbia, em sua luta pela liberdade e dignidade humana.

Muito obrigado.

5.9.79

BELO HORIZONTE, MG

AUDITÓRIO DA SECRETARIA DE SAÚDE
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
EM VISITA A MINAS GERAIS NA INAUGURAÇÃO DO LAMINADOR DE TIRAS A QUENTE USIMINAS

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República,
Aureliano Chaves,

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado
Francelino Pereira dos Santos,

Excelentíssimas autoridades,
Minhas senhoras, meus senhores,

Povo de Minas Gerais:

Vim a Minas comemorar convosco estes dias da Semana da Pátria.

Minas, onde tudo começou,

Minas dos primeiros mártires.

Minas, onde se aprende a amar a liberdade. Sonho eterno, ainda quando realidade presente.

Venho depois de haver passado por São Paulo, onde tudo se consumou. Onde as vibrações da alma brasileira atingiram o coração do jovem príncipe português.

Do lugar onde pela primeira vez brilhou no céu da pátria «o sol da liberdade em raios fúlgidos», como cantamos nestes dias.

De São Paulo para Minas, meditei sobre os imprevisíveis caminhos dos povos. O jovem Pedro do Ipiranga era neto da mesma Maria que, apenas 30 anos antes, sancionara as condenações de Tiradentes e seus companheiros.

Tais são os caprichos da História que, poucos anos depois, o mesmo príncipe sonharia reunir novamente, numa só, suas duas pá-

rias. A D. Pedro pareceu natural juntar o título de rei de Portugal ao de imperador do Brasil.

Caprichos da História, talvez. Ou então, indício da índole dos brasileiros, que, em jovem, Pedro absorvera. Pois nós somos, como os mineiros tão bem exemplificam, pela conciliação. A mão estendida. O milagre de uma gente para quem o dia de glória é o do perdão e do esquecimento, e não o dia da ira, o dia da violência. O dia de somar, e não o de dividir. O dia de chegar e não o de partir. O de achar e não o de perder.

Para nós brasileiros, a esperança reside na idéia de união, de coesão. Como os mineiros sabem tão bem, pois sempre se apresentaram unidos e coesos nos grandes momentos da nossa história. Como deve continuar a ser nos dias de hoje, para o bem de Minas e do Brasil.

Quem assim não nos souber entender; quem não quiser colocar-se na perspectiva de uma sociedade em busca de paz e harmonia para construir o futuro; quem não entender as vozes da nossa tradição mais legítima, terá o repúdio com que os brasileiros sepultam aqueles empenhados em voltar para trás as páginas do livro da História.

No século passado, nesta parte do mundo, a independência com que sonhavam os brasileiros resumia-se praticamente, em sua expressão política. Especialmente no Sul do Continente, os colonizadores satisfaziam-se com o suprimento de matérias-primas e produtos nativos, em estado natural. Precisavam de uma força de trabalho barata, e, se os imigrantes e degredados não bastassem, havia sempre outras raças para escravizar.

Nada de atividades industriais, mesmo elementares. Poucas escolas. Menos ainda, aquelas onde se ensinassem os ideais libertários que vicejavam em outras partes.

Por isso mesmo, salvo algumas exceções, como as realizações mineiras na siderurgia, no começo do século XIX, chegamos a este século atrasados em relação a muitas das técnicas e ciências que não havíamos aprendido ou experimentado.

Hoje sabemos que a independência política será vazia se não abranger, em primeiro lugar, a reafirmação da individualidade cultural dos povos.

Num mundo que se apequena, a permanência dos traços culturais é razão de sobrevivência da identidade nacional. Mantendo, por isso, que a uniformidade niveladora e despersonalizante não pode ser aceita como decorrência inevitável do progresso, do convívio internacional e do intercâmbio desejável de idéias.

Mas o conceito de independência desdobra-se, em seguida, na economia, no domínio da tecnologia e no desenvolvimento social.

De nada valerão as riquezas deste mundo, se não servirem para melhorar a qualidade da vida dos povos. Os gastos sumtuários, os desperdícios em inutilidades vistosas são outros tantos insultos à dignidade da espécie humana.

Tenho, por isso, que a expressão mais legítima da independência é a igualdade. Que se realiza, entre nações, pela soberania nacional e pela não-intervenção de umas nos assuntos domésticos de outras. Igualdade, entre os homens, exige respeito à sua condição de beneficiários de todas as coisas criadas, independentemente do lugar onde tenham nascido, de sua crença, ou da cor de sua pele.

Por isso mesmo, sustento a vinculação indissolúvel e indivisível do conceito de independência das nações ao direito de todos os povos a uma participação mais justa e equitativa nos bens terrenos. De outra forma, estaremos violando, na terra, o destino da humanidade, naquela outra pátria comum, que o Criador nos reservou.

Naturalmente, a igualdade não assenta na indolência. Ou na contemplação passiva das oportunidades, fugazes e passageiras, como soem ser.

Os povos têm o dever de lutar por seu próprio adiantamento, na tentativa sincera de corrigir as injustiças que sempre existirão.

Olhando para tantos jovens, como vi hoje em Belo Horizonte, posso dizer que, no espaço de minha geração, os brasileiros assim têm feito. E a geração desses jovens continuará a fazê-lo.

Bem no espírito deste final de século, vamos adquirindo conhecimentos e tecnologia, para hoje e para o futuro. E prosseguiremos nesse caminho, apesar da passividade dos incrédulos e do derrotismo dos que tudo condenam, pois a nada aspiram.

Vamos aperfeiçoando nossos produtos. Estamos criando novas fontes renováveis de energia, também como penhor de independência, e em escala raramente vista.

Não só estamos fazendo a maior usina hidrelétrica de que se tem notícia, em associação com nossos vizinhos paraguaios, mas construímos, dentro de nossas fronteiras, algumas das maiores usinas do mundo.

Mantemos e manteremos, com nossos amigos alemães, um sofisticado acordo que nos permitirá dominar a tecnologia do átomo, passaporte para a energia pacífica do século XXI.

Embora às vezes pareça que tudo nos falta, continuamos a ser grandes produtores de alimentos. Para algumas nações populosas, o Brasil é um formidável fornecedor potencial de produtos de mesa.

No plano interno, vamos realizar obras de grande significação. Dentro de quatro anos, a ferrovia do aço e a linha do centro formarão um sistema integrado capaz de transportar 95 milhões de tone-

ladas anuais de produtos de Minas para o resto do Brasil e para o mundo.

Os investimentos na ferrovia do aço deverão chegar aos 50 bilhões de cruzeiros. As encomendas à indústria brasileira abrangem a totalidade da frota de locomotivas e vagões, além de vultosos equipamentos, sistemas e serviços outros.

Como prometi nesta mesma sala, há pouco mais de um ano, acabo de autorizar o início do quarto estágio do programa siderúrgico nacional. O primeiro laminador de tiras a quente desse programa será implantado pela Usiminas, no eixo Ipatinga-Ouro Branco. O investimento para esse fim, de 20 bilhões de cruzeiros de hoje, provirá em grande parte de recursos da própria Usiminas. Releva notar que 85% dos equipamentos serão adquiridos à indústria nacional de bens de capital.

Além desses, vários projetos serão acionados, como os que vamos autorizar ainda hoje, para obras neste Estado. Dentro das realidades orçamentárias, o governo não vai parar. Os brasileiros podem estar certos, confiantes e otimistas. Prosseguiremos, no plano econômico, a consolidação da independência política.

Mas é sobretudo no social, acima de tudo nos investimentos feitos no homem e para seu bem-estar, que verdadeiramente realizaremos a independência nacional. Por assim julgar, desejo deixar bem claro que o pensamento e a ação de meu governo não se realizam só nas construções, nas obras e nos edifícios, nas fábricas e nas máquinas, nas usinas e nos geradores. Por mais necessários que sejam os bens materiais, precisamos não esquecer: tudo isso existe para o homem. E se não contribuir para a sua felicidade, será em perda.

Nós brasileiros desejamos o progresso. Mas não uma sociedade materialista.

Penso, portanto, que nossa independência só se completará na medida em que os investimentos na saúde do homem, na sua educação, na sua casa, no seu bem-estar, enfim, puderem expressar-se com a mesma grandiosidade das cifras referentes ao progresso visível e palpável.

Só assim realizaremos os ideais daqueles para quem a independência era o bem supremo. A aspiração deles ecoou nas margens do Ipiranga, naquela tarde de 7 de setembro de 1822. E continua reboando até hoje.

Essa aspiração enche nossos corações de sonhos ainda mais grandiosos de independência. De uma presença cada vez mais atuante do Brasil no concerto das nações.

Muito obrigado.

12.10.79
RIO DE JANEIRO, RJ
CLUBE MONTE LÍBANO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
NA SESSÃO SOLENE DO CONSELHO NACIONAL DO COMÉRCIO EXTERIOR

Excelentíssimo Senhor Governador Chagas Freitas,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Excelentíssimas Autoridades,

Minhas senhoras, meus senhores:

O Novo CONCEX, agora instalado, é o instrumento do meu governo para a promoção e agilização do comércio exterior brasileiro.

Seu mandato é simplificar, tornar as estruturas mais leves.

Dar velocidade aos processos, tanto na exportação como na importação.

Eliminar complicações irritantes, freqüentemente irracionais, tantas vezes desnecessárias e inócuas.

Através da discussão franca e leal, o CONCEX procurará a harmonização dos interesses e a boa administração dos mecanismos de estímulo e incentivo à exportação.

Além de vocação natural do Brasil, desde antes da independência, o comércio internacional é parte integrante e inseparável de nossa política externa. É, também, expressão da vontade de entendimento e cooperação entre os povos. É elemento importante na busca de formas mais harmoniosas e profícias de convívio entre as nações.

Cada produto exportado é uma mensagem do nosso povo, uma indicação de nossa capacidade de fazer bem as coisas de que os outros precisam.

Do ponto de vista social, o comércio externo cria empregos no País e concorre para melhorar a qualidade e baixar os preços internos dos produtos.

O custo do petróleo, sempre em elevação, o serviço de nossa dívida, e a nossa necessidade de importar tornam absolutamente indispensável atingirmos, até o meio da próxima década, novos patamares de valor das nossas exportações.

Confiamos em que nossos parceiros comerciais saberão compreender a justeza de nossas aspirações e a firmeza de nossos propósitos.

Devido ao nosso processo acelerado de desenvolvimento, o Brasil é naturalmente um grande importador. Para nós, a exportação é não só um objetivo, em si, mas o meio com que esperamos realizar — em escala cada vez maior — a compra dos insumos físicos, financeiros e tecnológicos necessários ao nosso desenvolvimento.

É confortador encontrar, mesmo nas extrações mais cautelosas, números compatíveis com esse objetivo. Entretanto, projeções são simples exercícios no papel. Mesmo aquelas aparentemente mais fáceis de alcançar só se concretizam através do esforço conjugado de todos. O novo CONCEX é justamente para isso.

Temos muitos obstáculos, nessa corrida. Um deles é o *protecionismo*. As novas formas de protecionismo são mais cruéis porque efetivamente dificultam o progresso dos países em desenvolvimento.

O neoprotecionismo dos países desenvolvidos na verdade constitui uma reserva do mercado de trabalho. Levado às suas últimas e injustas consequências, as tarefas sofisticadas, geradoras de empregos mais bem remunerados, acabariam por tornar-se privativas dos trabalhadores dos países mais ricos.

A nossos parceiros industrializados declaramos, portanto, nossa disposição para o diálogo e o entendimento, e nossa rejeição a qualquer atitude gratuita de confrontação. Desejamos chegar, juntos, a soluções estáveis e construtivas. Por meio delas, contamos afastar o espectro do protecionismo — hoje aguçado pelas dificuldades generalizadas. E abrir espaços cada vez mais amplos ao comércio e à cooperação internacional.

Outras iniquidades ainda marcam fortemente os padrões de relacionamento entre as nações industrializadas e os países em desenvolvimento. O próprio diálogo Norte/Sul, ou não produziu resultados, ou estes certamente ficaram muito aquém das aspirações legítimas dos povos pobres.

Seguiremos solidários com estes no esforço de negociar a revisão das estruturas do comércio internacional. Certos de que, em

todas essas questões, o comércio credencia países como o nosso para as responsabilidades políticas e econômicas do mundo de hoje.

Entretanto, o mundo em desenvolvimento não pode ter sua unidade calcada exclusivamente na coincidência de interesses perante as nações altamente industrializadas. O peso crescente dos insu-
mos energéticos ameaça introduzir, em caráter duradouro, agudos desequilíbrios no intercâmbio entre países em desenvolvimento.

Graças à nossa atuação equilibrada no domínio político e à correção com que nos lançamos nos mercados do mundo, o Brasil é um parceiro confiável. Compramos e vendemos sem ambições hegemônicas. Sem exigir compromissos que nossos parceiros não poderiam assumir sem renúncia a princípios que nós próprios defendemos.

O Brasil está pronto a cooperar, ao máximo de suas possibilidades, para o fortalecimento dos vínculos entre as nações da América Latina, África e Ásia. Trabalharemos pela dinamização da ALALC, e pela integração latino-americana. Intensificaremos o comércio e a cooperação técnica com países da África e da Ásia. Com eles partilharemos o acervo de experiência, em muitos casos considerável, de que já dispomos, como nação tropical, e em estágio relativamente adiantado de industrialização.

Ainda importamos, como petróleo, cerca de 40% da energia que consumimos. Mas estamos resolvendo esse problema através do esforço de nossos empresários, com apoio decidido do governo. Hoje podemos vislumbrar soluções próprias, originais, baseadas em recursos renováveis, também para substituir parte considerável da energia importada.

Nesse sentido, os brasileiros mais uma vez rejeitaram as posições negativistas, sombrias, pessimistas. Em vez de caminhar para novas restrições, iniciamos, com otimismo, fé e confiança, programas de aumento de produção.

Vamos soltar mais, diminuir a intervenção do Estado na economia.

Para isso, o novo CONCEX instituirá regras simples, compreensíveis e de aplicação tão automática quanto possível.

Essa uma das razões para termos três representantes do setor privado entre os membros do novo CONCEX. Um outro exercerá a secretaria-executiva. Cumpro, assim, com prazer, mais uma promessa feita na campanha eleitoral, de ter a participação dos empresários na discussão dos assuntos que lhes falam de perto.

E renovo o apelo feito na mesma época: precisamos exportar mais.

O sucesso de nosso esforço ajudará a dar ao Brasil condições adequadas para continuar lutando por um novo estilo de relacionamento entre as nações do mundo.

Fundado na igualdade e no respeito recíproco, esse novo estilo deverá facilitar o acesso das nações mais pobres a uma vida espiritualmente mais rica e materialmente mais confortável.

Essas aspirações são de toda a humanidade, neste final de século. Podem ser concretizadas em nosso tempo. Basta que as nações e os povos venham a encontrar, nos corações uns dos outros, os mesmos ideais de liberdade, igualdade e justiça.

Ideais e aspirações que, de nossa parte, ajudaremos a alcançar, na medida em que, juntamente com os nossos produtos, possamos entregar aos nossos amigos e clientes um pouco da alma generosa do nosso próprio povo.

Muito obrigado.

12.9.79

RIO DE JANEIRO, RJ

HOTEL NACIONAL, RIO DE JANEIRO

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA SESSÃO SOLENE DO XVIII CONGRESSO DA UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Sinto-me honrado em presidir esta cerimônia de inauguração, pela oportunidade que me oferece de saudar todos os participantes do XVIII Congresso da União Postal Universal.

Trago a este plenário mundial de Correio a mensagem calorosa do meu governo e do povo brasileiro, expressa em votos de boas-vindas e de feliz permanência em nosso país, que os acolhe com satisfação e simpatia, na certeza de corresponder à sua reputação de terra hospitaleira.

Agradeço as palavras proferidas pelos oradores que me precederam, especialmente as do Senhor Joder, decano do Congresso, cujos conceitos em favor do Brasil e do seu sistema de Correio muito me sensibilizaram.

Servir de sede ao órgão supremo da União Postal Universal constitui, para nós, acontecimento altamente auspicioso.

O Correio, como uma das formas de comunicação, é instituição importantíssima, que permite avaliar os índices de desempenho sócio-econômico das comunidades.

Hoje em dia, mais do que nunca, o homem anseia por comunicações mais rápidas, seguras e eficientes.

Sem fronteiras que se lhe oponham o Correio é o traço de união que encura distâncias, levando aos mais distantes rincões da terra a transmissão do conhecimento, numa onipresença que identifica a finalidade básica de sua missão.

O Brasil de há muito reconhece a importância dos serviços postais, pois já em 1663 o Vice-Rei de Portugal nomeava o Alferes João Cavaleiro Cardoso para o «Ofício de correio da Capitania do Rio de Janeiro», dando início a uma atividade que se foi estruturan-

do de acordo com a evolução histórica por que passou. Até que em 1877, por ato do Imperador Pedro II, o Brasil aderiu à então União Postal Geral, hoje União Postal Universal.

Nos últimos dez anos a administração postal brasileira despontou profícuamente no cenário internacional, tornando este Congresso, portanto, altamente significativo.

O conclave que hoje se inicia terá pela frente dias exaustivos de incessante trabalho e complexas tarefas, mas logrará — estou certo — estabelecer os parâmetros balizadores de serviços cada vez mais eficientes, estruturados no contexto das dificuldades que assoberbam as nações na atual conjuntura econômica internacional.

Dessa forma, a União Postal Universal estará contribuindo, como sempre, para a consecução de seus superiores programas em prol dos Correios de todo o mundo e de uma paz duradoura entre os povos.

Com este anseio, declaro aberto o XVIII Congresso da União Postal Universal.

Muito obrigado.

12.9.79
RIO DE JANEIRO, RJ
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO 145º ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro,
Doutor Chagas Freitas,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Excelentíssimas Autoridades,
Excelentíssimo Senhor Presidente da
Associação Comercial do Rio de Janeiro, da
Confederação das Associações Comerciais do Brasil e da
Federação das Associações Comerciais, Industriais e
Agropastorís do Estado do Rio de Janeiro:

Permitam-me, senhoras e senhores, agradecer as palavras do presidente Rui Barreto, em nome desta casa do empresário brasileiro.

É realmente confortador para o governante saber que pode contar com a ajuda dos homens de negócios de seu país. Especialmente em épocas, como a da atualidade, quando tantas coisas estão mudando em nossa terra; na política, na economia e no campo social.

Felizes somos todos nós, a um só tempo testemunhas e participantes do que a História há de registrar como a mais excitante experiência de toda uma geração de brasileiros.

Tenho três coisas a dizer, a propósito da alocução do presidente desta casa.

Primeiro. Continuo firme em meu propósito de fazer deste País uma democracia. O simples enunciado desta frase despretensiosa envolve uma convicção profunda, que se cumprirá na certeza de ver a nossa sociedade organizada em termos duradouros, segundo os

princípios universalmente aceitos do pluralismo e das liberdades cívicas.

Por falar com evidente sinceridade, e sem ambições pessoais a realizar, sei que o povo me entende. Sei que acredita na verdade pura que lhe ofereço. Sei que está disposto a seguir comigo pelo caminho — sempre mais difícil, por ser real — que há de nos conduzir à plenitude democrática.

A democracia que a Revolução de 1964 prometeu e eu jurei restaurar é a democracia dos brasileiros e para os brasileiros. Não vamos copiar o modelo de ninguém, embora os haja tão bons pelo mundo.

O meu sonho de democracia está fundado na legitimidade da representação política do povo e nos princípios cristãos e humanos, característicos do modo de ser dos brasileiros.

Queremos partidos autênticos, representativos das muitas correntes em que se divide o pensamento político brasileiro. Mas os desejamos realmente legítimos, comprometidos com as mudanças necessárias, mas repudiando as doutrinas estranhas à nossa índole. Partidos voltados para o Brasil de hoje, como meio de construirmos o Brasil de amanhã.

Queremos o voto como expressão da soberania do povo. E, portanto, livre das pressões do poder econômico e isento das desfigurações demagógicas.

Queremos a síntese das aspirações nacionais, nas diversidades e nuances próprias de um país tão grande e de população tão variada.

Segundo. Meu governo mantém, na economia, as prioridades de combater a inflação, equilibrar o balanço de pagamentos e dotar o País de uma estrutura de produção de energia compatível com o nosso desenvolvimento. Para os dias de hoje e os de amanhã.

Coincidentemente, esses três objetivos somente poderão ser alcançados na base de um consciente esforço coletivo. E não serão atingidos se deles nos aproximarmos com reservas mentais ou pensamentos egoísticos.

Com a inflação, temos de reconhecer, perdemos todos. Nem pareça que o empresário sai ganhando, ao reajustar seus preços, para correr à frente da inflação.

Os assalariados são, antes de tudo, chefes de família. Cada aumento do preço de qualquer produto implica, para eles, perda real do seu poder de compra. Quer dizer, de sua capacidade de prover a subsistência e o conforto de sua família.

A ansiedade, a inquietação, a insegurança daí decorrentes geram o clima ideal, por sua vez, para a fermentação de insatisfações. Para a projeção das dificuldades e problemas.

É natural que, em tal situação, haja campo fértil para as reivindicações absurdas e a agitação que as acompanha.

Não é difícil debitar todos os problemas sociais às forças existentes, interessadas em desestabilizar a sociedade ou criar problemas para o governo e os empresários. Há, contudo que reconhecer as causas e distingui-las dos efeitos.

Aquelas forças seriam impotentes, seu esforço seria vã, se a inflação não lhes desse a credibilidade sentida diariamente, pessoalmente, pela imensa maioria que vive do produto de seu trabalho.

Não quero simplificar e lançar a culpa da inflação sobre um só segmento da sociedade. Admito, honestamente, que a culpa é de todos nós. Do governo, dos empresários, dos consumidores. Por isso mesmo, nossa vitória contra ela só será obtida através de um esforço abrangente, que mobilize a todos e do qual ninguém deixe de participar.

As questões do balanço de pagamento e da energia estão profunda e diretamente ligadas. Manda a realidade dizer que não há solução instantânea para uma ou para outra. Digo que as estamos resolvendo.

Na próxima semana, governo e iniciativa privada se comprometerão a fabricar veículos e a produzir o combustível de origem renovável necessário ao primeiro quarto de milhão de automóveis que trafegarão em todo o mundo, movidos exclusivamente a álcool.

Outro protocolo, com a indústria cimenteira, estabelecerá os mecanismos para a conversão, para uso de carvão mineral, de um setor que representa um sexto de todo o nosso consumo de óleo combustível.

A capacidade dos brasileiros de não se deixarem abater na provação, e de encontrarem soluções adequadas e originais fica assim mais uma vez demonstrada.

Terceiro. Continuo decidido a esforçar-me para garantir a todos os brasileiros uma participação mais justa nos frutos do trabalho de todos.

Essa proposição traduz a vinculação de todo o meu governo ao ideal de assegurar a cada brasileiro a oportunidade — aliás de seu direito — de beneficiar-se do progresso que vamos alcançando.

Ao ver o milagre de uma economia desenvolvida, em grandes centros de produção e comércio, pode o observador esquecer-se das enormes parcelas do território nacional, onde milhões de brasileiros mourem teimosamente, na busca de seu sustento. Outros milhões sofrem de doenças evitáveis ou curáveis. Outros escondem no pudor

da nudez, a rudeza da fome e da privação de tudo o que a tantos continua sobrando.

Digo isso para não nos esquecermos, na ilusão dos números frios, que há gente, pessoas humanas, sofrendo muito por este Brasil.

Por isso, o meu governo está comprometido com os programas nacionais de habitação, de saúde pública e saneamento básico, de educação, de previdência e assistência social, de infra-estruturas urbanas, de transporte de massa, de criação de empregos, de higiene e segurança no trabalho, capazes de assegurar melhores condições de vida a todos os nossos patrícios.

Dentro das realidades orçamentárias nacionais, não faltarão a esses programas as parcelas de recursos — as maiores que puderemos, sem ilusões ou delírios, a eles destinar.

Reafirmo, portanto, o que disse há pouco em Belo Horizonte: só considerarei atingida a independência nacional «quando os investimentos feitos na saúde do homem, na sua educação, na sua casa, no seu bem-estar, puderem expressar-se com a mesma grandiosidade das cifras referentes ao progresso material, visível e palpável.»

É nesse espírito que recebo as palavras ditas nesta casa pelos empresários brasileiros.

Muito obrigado.

17.9.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MEIOS DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS

Excelentíssimo Senhor Embaixador da República do Paraguai,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Excelentíssimos Senhores Governadores,
Senhores Prefeitos,

Minhas Senhoras, meus Senhores:

A exposição do Ministro dos Transportes, que acabamos de ouvir, deixa patente, mais uma vez, a disposição do meu governo de responder criativamente aos desafios à nossa frente.

Os desdobramentos da crise energética mundial criaram problemas novos para os países não-produtores de petróleo. Para os brasileiros, entretanto, foram também o estímulo de que necessitávamos, para unir esforços e mobilizar talentos.

Os programas aqui apresentados têm quatro pontos em comum:

O primeiro deles é o fato mesmo de nossa tomada de posição. Partimos decididamente para criar meios de transporte alternativos. Neles utilizaremos fontes nacionais de energia.

As economias previstas são consideráveis.

O uso do carvão, como substituto do óleo combustível e de outros derivados, nas regiões Sul e Sudeste, permitirá ao Brasil deixar de importar o equivalente a 170 mil barris de petróleo por dia.

Computados os ganhos decorrentes dos outros programas hoje anunciados, estaremos economizando, a partir de 1984, cerca de 20% do nosso consumo atual de petróleo. A preços correntes, esse volume representará um e meio bilhão de dólares anuais.

O segundo ponto a destacar é o reencontro do Brasil com os meios de transporte tradicionais. O trem, o navio, o porto, substituirão com eficiência o caminhão, na movimentação de cargas pesadas a longa distância.

Em terceiro lugar, mais de 85% dos custos envolvidos serão gerados internamente e provirão de fontes orçamentárias normais. Nossa balanço de pagamentos beneficiar-se-á duplamente: pelo não-endividamento, e pelas economias reais mencionadas.

O último ponto a referir é a participação dos fornecimentos nacionais no valor total dos programas. Assim, dos 134 bilhões de cruzeiros, despendidos entre 1980 e 1982, mais de 116 bilhões corresponderão a obras e serviços de engenharia, mão-de-obra local e compra de equipamentos e sistemas nacionais.

A liberação do Brasil de parte substancial de seus enormes compromissos com a importação de petróleo tem o exemplo mais dramático no programa de transporte de carvão nacional. Das minas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para os grandes consumidores daqueles Estados e do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, sairão mais de 22 milhões de toneladas anuais de carvão.

Velhos portos serão revitalizados. Novas instalações serão construídas em Rio Grande, Porto Alegre, Santos, Sepetiba e na Praia Mole. Trens e navios serão mobilizados. Os primeiros, com carga de retorno assegurada. Os últimos, com frete de cabotagem certo e regular.

No que respeita, em particular, à ferrovia da soja, desejo acen-tuar a importância do acordo entre os governos paraguaio e brasileiro, para o estudo conjunto da interconexão das respectivas redes ferroviárias. Dessa forma, tem início efetivo a implementação do artigo XI, do Tratado de Amizade e Cooperação, assinado em dezembro de 1975.

As modelares relações de cooperação entre o Brasil e o Paraguai já contam com um impressionante acervo de realizações. A construção de Itaipu aí está, como testemunho monumental do quanto podem realizar dois países irmãos, quando decidem unir seus interesses.

No campo do transporte, nossos dois países já haviam dado outro passo importante: a interligação dos sistemas rodoviários, enlaçados pela Ponte da Amizade.

A ferrovia da soja — e sua ligação ao sistema ferroviário paraguaio, se assim convier aos dois países — será mais do que simplesmente uma nova via de acesso do Paraguai ao Atlântico. Servirá pa-

ra pôr em relevo a validade da integração do transporte sobre trilhos, no continente sul-americano.

Os benefícios acumulados dos programas hoje aprovados não tardarão em fazer-se sentir por todo o território nacional. Mais dramaticamente, seus efeitos aparecerão em nossas contas internacionais.

Senhores Governadores e Prefeitos:

A resolução do problema de transporte de grandes massas de passageiros requer a cooperação estreita e harmônica entre o governo federal e as autoridades regionais, metropolitanas e locais.

Os programas previstos para Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza têm o objetivo de melhorar os serviços oferecidos, tanto em quantidade e freqüência, como principalmente em qualidade.

Os projetos federais abrangem, como é natural, apenas os sistemas arteriais básicos. A eles se destinam 82 bilhões de cruzeiros — dois terços dos investimentos federais hoje alocados.

O vulto desses recursos justifica-se em face de responderem as grandes cidades pela metade de toda a gasolina automotiva consumida no País. O deslocamento de parte desse volume de passageiros para meios de transporte coletivo, especialmente os movidos a eletricidade, representará uma considerável redução em nossos gastos. Mas resultará, no plano local, na melhoria geral das correntes de tráfego nas cidades, em benefício de todos os seus habitantes e dos próprios serviços públicos envolvidos.

Tais considerações trazem ao primeiro plano a imperiosa necessidade de se complementarem os grandes troncos ferroviários e metroviários, hoje previstos, com medidas de competência dos governos de Vossas Excelências. Será necessário prover, desde logo, a mais íntima e perfeita cooperação entre as autoridades estaduais, metropolitanas e municipais, com os órgãos próprios do Ministério dos Transportes.

Urgentes desdobramentos locais compreendem, pelo menos, o seguinte:

— O estímulo à população para utilizar-se preferencialmente dos meios de transporte coletivos disponíveis, e o consequente desestímulo ao uso do transporte individual, nos centros congestionados.

— A adoção de medidas de engenharia de trânsito, apropriadas a cada cidade.

— A criação e articulação das linhas alimentadoras dos grandes troncos, de forma a dar a uns e outros a melhor utilização possível.

— A racionalização do trânsito urbano, suburbano e metropolitano, inclusive quanto ao escalonamento dos horários de pico de demanda.

— A adoção das medidas institucionais necessárias, para evitar a superposição de concessões dos transportes coletivos.

Cabe a nós, Senhores Governadores e Prefeitos, velar para que as populações urbanas e metropolitanas possam manter o hábito tão brasileiro do convívio familiar e amigo. Essa convivência, cimento da coesão da sociedade brasileira, corre o risco de perder-se nos lenços percursos do tráfego difícil e enlouquecedor.

O governo federal dá a partida. Atribui recursos nunca vistos aos programas de transportes de massa. O povo brasileiro, em especial os habitantes das capitais, aguarda os benefícios sociais que decorrerão do esforço conjugado dos governos de Vossas Excelências com o governo federal.

Não faltemos a essas aspirações.

Muito obrigado.

18.9.79

BRASÍLIA, DF

QL 12 CONJ. 3 CASA 15

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR OFERECIDO AO PR PELO GOVERNADOR DE SÃO PAULO, SENHOR PAULO SALIM MALUF JUNTAMENTE COM A BANCADA PAULISTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quero agradecer as palavras generosas que acabei de ouvir do Senhor Governador, dos Senhores Deputados, a meu respeito. A minha modéstia não vai a ponto de dizer que não me sinto envaidecido com aquelas palavras.

Mas é necessário que eu diga e esclareça aos Senhores Parlamentares — não aos meus Ministros que já me conhecem bem, não ao Governador Virgílio Távora, que me conhece muito bem — mas aos Senhores Deputados, que eu nunca fui político.

Se eu estou nessa situação em que os Senhores me encontram, como Presidente da República, é porque não tive outra saída. E isso os meus amigos chegados podem testemunhar.

O meu desejo sincero era continuar onde sempre estive, com os meus companheiros de farda, onde, pelo menos, eu tinha certeza de que não me iria sair tão mal, e onde eu me sentia feliz.

Infelizmente, as circunstâncias não permitiram. Mas isso não significa que, pela situação que hoje ocupo, eu possa afirmar que seja um político.

Eu sou é inexperiente em política. Mas o ser inexperiente em política não significa que eu não diga, não possa dizer, alto e bom som, com toda franqueza, porque sempre assim pensei: aquela democracia que eu defendo, aquela democracia pela qual eu entrei na Revolução de 64 — e de que não me arrependo —, aquela democracia que eu hei de morrer defendendo, é a democracia que estou decidido a implantar. É a democracia do diálogo, do entendimento. A democracia em que as críticas devem ser aceitas como críticas, como sugestão, como correção e não como ataque pessoal.

Aquela democracia em que, de fato, cada parlamentar se sinta como representante de uma parcela do Povo.

Aquela democracia em que o Chefe da Nação possa olhar para os representantes do Povo, sejam eles do Partido que apóia o Gover-

no ou do Partido da Oposição, como representantes de uma parcela do povo, que têm direito de defender suas idéias.

E de uma feita, ficou lá 3 anos e 8 meses, em cárcere comum.

Naquela época, não se falava em direitos humanos. A tortura era comum. Mas não se falava em direitos humanos.

Meu pai morreu e continuou vivo. E minha mãe não pôde receber o Montepio porque não pôde apresentar o atestado de óbito à Ditadura. E não havia, não se fala em direitos humanos.

Eu tenho bem, na minha família, os exemplos daquela época e talvez os que estavam no Poder tivessem razões para assim proceder. Mas eu tenho bem na minha família os exemplos de que os Direitos Humanos nunca foram respeitados neste País.

Agora, quando falo no entendimento, quando falo na conciliação, quando falo em conversar com todos, sobre todos os assuntos, quando peço conselho, inclusive aos homens da Oposição, quando procuro aqueles que podem bem me aconselhar, estejam eles onde estiverem, hão de dizer que estou fazendo demagogia.

E que a nossa democracia deve ser uma democracia sem adjetivos.

E eu repito para os Senhores: a democracia que eu entendo é aquela que eu aprendi em casa. A democracia nossa. A democracia que traz em si tudo aquilo que é brasileiro.

Uma democracia que não precisa buscar lá fora as regras para que o Povo saiba bem escolher os seus representantes e eleger os seus dirigentes.

Uma democracia que sabe que o mal do nosso Povo ainda é a falta de instrução. Uma democracia que sabe que o que falta ao nosso Povo é trabalho. É poder aquisitivo para se alimentar.

É a casa para morar e — saúde para os filhos.

Infelizmente, para nós, temos de reconhecer que nosso Povo tem mais ansiedade de saciar sua fome e de ter um teto, do que saber se os Partidos vão se organizar desta ou daquela maneira.

Reconheço que me falta — e por isso peço sugestões, a quem de direito e a quem, melhor que eu, possa olhar esses assuntos — reconheço que a minha inexperiência política, por vezes, pode parecer um pouco extemporânea.

Mas eu devo reconhecer, perante os Senhores, políticos experientes e alguns até já calejados nas transas políticas, que eu precisava mesmo de ir ao encontro dos Senhores. Porque só desse diálo-

go, só dessa conversa, só do entendimento ou só mesmo do nosso desentendimento, é que poderá nascer uma democracia para o Brasil.

E riscar definitivamente da nossa vida política partidária esse ranço que têm alguns políticos extremados, de encararem uns aos outros Oposição e Governo, como inimigos.

Se a democracia é o Governo, se um Governo pode-se chamar democrático, porque o Povo pode dizer o que pensa, então por que eu não tenho o direito de conversar com aqueles que se me opõem?

É a única maneira que eu tenho de saber por que existe uma Oposição e que ponto ela me opõe, é conversando justamente com aqueles que não estão de acordo com o Governo.

E quem sabe, como já aconteceu muitas vezes, que a razão não esteja do outro lado? E quem sabe se não é possível encontrar um denominador comum para as aspirações de uma parte e de outra e que sirva melhor à Nação do que os seus interesses partidários?

Daí por que fico muito agradecido ao Governador Maluf e aos Senhores aqui presentes, por esta oportunidade que me deram.

Oportunidade que, eu posso dizer aos Senhores, é uma miniatura da democracia que eu penso. E que eu tenho tentado fazer nas ruas com o Povo, perguntando ao popular, amiudadamente, o que ele sente, o que lhe falta, o que ele pretende, do que ele tem raiva, o que o desgosta. E eu tenho sentido que o nosso Povo não está desgostoso. O nosso povo apenas anseia por uma melhoria de vida.

E é essa melhoria de vida que eu me propus, com os meus Ministros, proporcionar ao povo brasileiro, num esforço hercúlio, face à crise econômica que estamos atravessando.

As dificuldades são de tal natureza que eu me arrisco a dizer aos Senhores da Oposição que esses objetivos não poderão ser alcançados, se eu não dispuser de um suporte no Congresso.

Não estou pedindo aos Senhores Parlamentares que votem com o Governo. Mas que cada vez que pronunciarem lá o seu voto, pensem um pouco no conjunto do Brasil. Esqueçam momentaneamente os seus rincões, o interesse do seu Partido ou o do Partido do Governo e pensem no bem do Brasil, em seu conjunto.

Muito obrigado.

19.9.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO ASSINAR PROTOCOLOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL E AS INDÚSTRIAS DE AUTO-VEÍCULOS, DE CIMENTO E EXTRATIVA DE CARVÃO

Minhas senhoras e meus senhores:

Quero agradecer, inicialmente, as palavras do Dr. Aureliano Chaves, e seus esclarecimentos a respeito dos dois protocolos aqui assinados.

Pode-se dizer, sem temor de exagero, que o Brasil entra hoje em nova era. Iniciamos uma etapa do nosso desenvolvimento comparável, em qualidade, à implantação da indústria de automóveis, na década de 50.

Em magnitude e progresso tecnológico, a substituição de combustíveis importados por fontes nacionais de energia está, para a década de 80, como a fabricação local de equipamentos pesados e sofisticados está para a de 70.

Começamos, hoje, o caminho que haverá de livrar-nos da importação maciça de energia. É oportuno dizer, por isso mesmo, que não adotamos simplesmente remédios corretivos, adequados a uma situação reconhecidamente grave. Nem embarcamos em programas de caráter emergencial, e de duração contingente à crise.

Nossas opções são definitivas.

A indústria de cimento, a primeira a efetivar a conversão para o uso de carvão nacional, pode estar segura do cumprimento dos programas e investimentos anunciados há dois dias. A complexa logística da mineração e do transporte dos vários tipos de carvão, das minas do Sul para as regiões consumidoras, está igualmente equacionada.

O sucesso da ação coordenadora da Comissão Nacional de Energia, neste episódio, dá ao governo federal a certeza de encon-

trar a mesma disposição revelada pela indústria cimenteira, em outros setores grandes consumidores de óleo combustível.

De sua parte, os nossos produtores de cana e os destiladores de álcool podem estar certos do caráter permanente e da dimensão crescente do mercado de álcool-motor no Brasil. Nossa preocupação, como acentuei na visita feita, no ano passado, ao Instituto Agronômico de Campinas, restringe-se, agora, a problemas de tecnologia, relativamente simples.

Do ponto de vista agroindustrial, precisamos desenvolver variedades precoces de cana-de-açúcar. Precisamos melhorar a produtividade dos canaviais, para alcançar maior tonelagem de cana, por unidade de área, e teor de sacarose mais alto por tonelada de cana.

Tudo isso é possível, no horizonte da técnica disponível entre nós. A obtenção dos efeitos combinados de tais melhoramentos só depende de neles concentrarmos os esforços, os recursos e as habilidades científicas de que dispomos.

A inventiva dos brasileiros não poderia comprovar-se melhor do que na apresentação, neste Palácio, de tão variada frota de veículos a álcool. Além dos automóveis e utilitários, cada vez mais integrados à nossa paisagem, aqui temos caminhões e ônibus, movidos a álcool.

Experiências recentes, no Rio e em São Paulo, demonstraram à saciedade a excelência do álcool como combustível automotivo. Os veículos testados apresentaram excelente desempenho, tanto nas provas de velocidade, como nas de grande quilometragem. Não se verificaram problemas de engenharia de motor, de desgaste, ou quaisquer outros dignos de registro.

A cooperação construtiva, entre a indústria e o nosso modelar Centro Técnico Aeroespacial venceu barreiras e queimou etapas, na criação do motor movido exclusivamente a álcool hidratado. A mesma colaboração será capaz de superar problemas menores, como o do nível de consumo de álcool, versus o de gasolina.

No mesmo espírito assinalo com satisfação os trabalhos de pesquisa de motores capazes de utilizar sucessivamente diversos tipos de combustível. Para um país com a variedade de climas e de produtos, como o nosso, tal solução é particularmente atrativa.

Não param aí, entretanto, nossos objetivos. Nem a demanda de sucedâneos de origem vegetal para derivados de petróleo será restrita aos usos atualmente previstos. Ou mesmo ao nosso consumo doméstico. Posso prever um firme e dinâmico mercado internacional para o que formos capazes de produzir.

Por isso mesmo, em plano mais largo, teremos de continuar a pesquisar outros vegetais, para produzir álcool a preços competitivos. E os temos em tal variedade que tenho a certeza de podermos conseguir resultados satisfatórios a curto prazo.

Da mesma forma, as imensas florestas naturais e cultivadas de que dispomos permitem pensar em seu aproveitamento sem demoras, além do estritamente necessário.

Álcool de cana; álcool a partir de outros vegetais, de ciclo produtivo curto; álcool de madeira; lubrificantes vegetais; aditivos e outros combustíveis nacionais, — tal é a dimensão do desafio à capacidade dos cientistas do Brasil de hoje, e à operosidade dos nossos empresários.

Pois, senhores, o Brasil não vai parar.

Ao contrário. Os dois protocolos hoje assinados são o testemunho eloquente dos resultados que uma nação madura pode atingir, diante de desafios concretos.

Muito obrigado.

20.9.79

ITAQUI, RS

CLUBE CAIXERAL

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO I CONGRESSO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA REGIÃO DO RIO URUGUAI, II CONGRESSO DA LICAÇÃO DAS BACIAS DOS RIOS IBICUÍ/JACUÍ E I EXPOSIÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA REGIÃO DO RIO URUGUAI

Minhas senhoras, meus senhores:

Não constitui segredo para ninguém o meu prazer de vir ao Rio Grande do Sul. Com o meu Rio Grande, estou sempre identificado. Sinto-me em casa e perfeitamente feliz no convívio amigo dos gaúchos. Hoje é um desses dias.

Bem conheço as antigas aspirações que constituem um dos motivos desta reunião. A idéia de ligar a bacia do rio Uruguai ao Atlântico, através da conexão Ibicuí/Jacuí/Lagoa dos Patos, não perdeu sua atualidade.

As propostas e projetos apresentados há mais de um século mantêm sua validade até hoje. Pouco há a discutir. As razões políticas e geoeconómicas estão nas páginas — amareladas pelo tempo — dos estudos feitos, apresentados, discutidos, apoiados e esquecidos.

A crise de energia trouxe para as linhas de prioridade o reencontro do Brasil com os meios de transporte tradicionais. Voltamos a dar a cada modalidade as tarefas mais consentâneas com a vocação natural.

Não há, portanto, muito o que discutir a respeito da ligação dos rios Ibicuí e Jacuí. Todos somos a favor.

A navegação interior tem um papel importante a desempenhar num país da extensão territorial e com a abundância de águas do Brasil. Cargas para as quais a velocidade de deslocamento não seja fator decisivo constituem clientes típicos do transporte hidroviário. Tais são, estou certo, muitos dos produtos desta região, que vamos ver, daqui a pouco, na I Exposição Agroindustrial dos Municípios Brasileiros da Região do Rio Uruguai.

Já conversei com o Ministro dos Transportes sobre a ligação Ibicuí/Jacuí. Estudos vão ser feitos. Não quanto à desejabilidade do canal. Isso já ficou mais que evidente, ao longo de tantos anos. A determinar, ficam só a prioridade e os recursos para o projeto.

Quando tais estudos estiverem prontos, prometo voltar a um novo Congresso, como este, para transmitir-lhes as conclusões a que chegamos.

Senhores Prefeitos e Vereadores:

Nas minhas peregrinações pelo Brasil, tenho ouvido e sentido as queixas em uníssono dos municípios brasileiros.

Faltam recursos.

A arrecadação local não é suficiente para os encargos.

As transferências da União e dos Estados ajudam, mas não bastam.

O quadro é o mesmo, por toda a parte. Quadro real. Transmitido por autoridades locais, ciosas de cumprir a obrigação de prover ao bem-estar dos cidadãos implícita no mandato popular.

Há, sem dúvida, no Brasil, uma deformante concentração de recursos e de poderes. Não que esteja sobrando dinheiro ao governo federal.

Às vezes, lembro meus tempos de matemático, e parece-me que a necessidade de recurso cresce em progressão geométrica, ao passo que as disponibilidades aumentam apenas em proporção aritmética. Nesse jogo maltusiano de curvas, é verdade que o tesouro nacional recebe a maior parcela das receitas públicas. Mas são de responsabilidade federal indeclinável projetos cuja execução demanda somas gigantescas.

Reconheço que os Estados, e sobretudo os Municípios, necessitam de recursos fiscais abundantes. Estou disposto, como disse em minha campanha, aqui mesmo no Rio Grande do Sul, a estudar uma reforma tributária que distribua as arrecadações de modo mais eqüitativo.

O primeiro passo de uma distribuição de rendas mais justa terá de beneficiar mais acentuadamente, e em primeiro lugar, os Estados mais carentes.

O mesmo mecanismo beneficiará de preferência os municípios dos Estados mais pobres. E, para fazer justiça a todos, a reforma deverá conter elementos que favoreçam ainda mais os municípios de menor potencial.

Naturalmente, terá de ocorrer, ao mesmo tempo, o reexame dos encargos e de sua distribuição entre a União, os Estados e os Municípios.

Digo, porém, que os Municípios podem e devem ajudar-se a si próprios. Principalmente aqueles onde se desenvolvem atividades econômicas mais intensas. Manda a veracidade reconhecer: muitas administrações municipais deixam de arrecadar os tributos a que têm direito, sob a forma dos impostos sobre Serviços. Predial e Territorial Urbano.

Tenho ouvido dizer que o rigor fiscal seria incompatível com a época de conciliação e abertura política, que estamos vivendo. Nada mais errado.

Conciliação, eu a entendo como o gesto de dar e receber. O ato de deixar de lado os contenciosos do passado. Esquecer agravos e faltas. Palavras ditas e atos praticados.

Conciliação significa olhar para a frente, para o futuro.

E o futuro, em termos brasileiros, está em colocarmos o bem comum como alvo único de nossas ações. O que for exigido pelo bem comum terá de ser feito. Não importa a quem venha doer.

Nem procede a alegação de que não é possível cobrar impostos — impostos justos — na vigência da democracia ou no processo de abertura que leva até lá.

Muito ao contrário.

Um dos mais velhos princípios da democracia ocidental é a reciprocidade entre taxação e representação política.

É justamente sob as formas democráticas de governar que se dá o encontro dos anseios da cidadania com os meios de realizá-los. A presença tão próxima, direta e imediata dos mandatários e do povo que eles representam torna a política municipal a área em que a democracia se exercita por excelência.

Por isso mesmo, saúdo, neste congresso, as autoridades e o povo dos municípios brasileiros da bacia do rio Uruguai.

Imagino a emoção de nossas crianças, ao entoarem o hino de nossa Pátria, sabendo que suas vozes ecoam na fronteira viva. Limite de soberanias, esta fronteira reflete a solidariedade que sempre sentimos pelos nossos vizinhos e irmãos.

Gaúchos e catarinenses das margens do rio Uruguai: quando vos sentirdes sós ou distantes dos outros brasileiros; ou, mesmo, quando vos parecer que não vos dão o merecido, lembrai-vos: esse ônus é próprio de todos os pioneiros. De todos os que estão nos postos mais avançados.

Aqui, nestes confins do Brasil, vós sois os porta-bandeiras da nossa Pátria comum.

Muito obrigado.

24.9.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO PERANTE A COMISSÃO DO
INTERIOR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Deputado Manoel Novaes,
Senhores Deputados,

Eu agradeço a honra de terem vindo os senhores aqui incorporados para me fazerem a entrega deste documento que tece considerações sobre a situação do Nordeste e que apresenta sugestões ao Governo. Posso assegurar aos senhores que este documento servirá, quando muito pouco, para retificar, se for o caso, aquelas decisões que eu já tinha tomado sobre o Nordeste.

Quero dizer também aos senhores que as aflições a que se referiu o nosso Deputado Albérico Cordeiro, aflições que os senhores como nordestinos têm o direito de ter, eu posso assegurar aos senhores que essas aflições também são minhas, porque se não sou nordestino, sou, antes de tudo, brasileiro. E repito as palavras que disse várias vezes durante a minha campanha: «que não acrediito num País, num Brasil rico, se não houver um Nordeste forte». A prova está que das 28 proposições ou sugestões que os senhores apresentaram, já 17 estão assentadas ou em andamento. E outras estão em estudo, o que vem mostrar que o Ministro Andreazza tem sabido trazer ao meu conhecimento esses pleitos dos senhores.

Naturalmente, os vastos recursos a que o meu amigo pessoal, deputado Manoel Novaes, se referiu são, de fato, vastos recursos de que o Nordeste necessita. Mas eu quero lembrar aos senhores, como justificativa, que eu não herdei agora essa situação. Que não me entregaram essa situação abruptamente; ela vem de anos. Essa herança que deixaram ao meu Governo é uma herança que vem de anos. Reconheço as queixas, a maior parte das queixas que os senhores têm em relação ao Nordeste. Mas o meu problema atual na convicção que tenho de que necessito fazer muita coisa pelo Nordeste é onde buscar esses vastos recursos. É esse o grande problema. Tivesse eu à mão os recursos necessários para em curto prazo ou em

curtíssimo prazo levar o Nordeste à situação que nós todos queremos, não haveria problema. Daí porque eu peço aos senhores um pouco de paciência. Eu hei de encontrar meios para levar recursos para o Nordeste.

Mas na situação de crise econômica em que estamos, eu não posso fazê-lo de uma hora para outra. Quanto ao fato referido também pelo deputado Albérico Cordeiro, de serem os senhores uma forte representação do partido que me apóia na Câmara, a Arena, apoio de que muito me honro e do qual o meu Governo não abre mão, desejo apenas lembrar aos senhores que mesmo que a representação do Nordeste me fosse agressiva, mesmo que ela me combatesse, mesmo que ela tentasse destruir o meu Governo, ainda assim eu persistiria na minha idéia de melhorar o Nordeste. O fato é que a minha posição perante o Nordeste vem de uma convicção íntima de que o Nordeste é uma parte do Brasil e não do fato de que eu necessito do apoio dos senhores. Agradeço profundamente, repito, a honrosa presença dos senhores, e queira Deus que os outros Estados e as outras regiões tomem atitudes iguais à que os senhores tomaram para que eu possa estar bem e sempre esclarecido sobre os problemas de cada um, porque aí eu dormirei mais sossegado e terei menos possibilidade de errar. Muito obrigado aos senhores.

Saudo, portanto, nos Magníficos Reitores aqui presentes, a Universidade brasileira. Expressão legítima da Educação em seu grau mais elevado, a Universidade é, por definição, a casa da inteligência, da pesquisa, da investigação científica, da experimentação, do apuramento das idéias, da formulação das teorias. Sua participação no Projeto Rondon mostra que a Universidade pode, também, agir de maneira prática, atual, adequada à nossa realidade concreta.

Digo, por isso, que o programa «campus avançado» não é apenas uma prática curricular original, vinculada às necessidades sociais geradas pelo desenvolvimento. Estamos diante de uma verdadeira lição de democracia. De participação das comunidades na solução dos seus problemas. E, sobretudo, estamos diante de uma inequívoca demonstração de quanto podem os jovens de nossa terra.

Este Projeto Rondon é a expressão de como o brasileiro pode ser — além de beneficiário — o catalisador das aspirações nacionais.

Bem hajam, pois, os idealizadores, os continuadores e os participantes de hoje, como ocorreu ontem e por certo ocorrerá amanhã, do projeto que tenho tão perto do coração.

Muito obrigado.

25.11.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO QUANDO DA COMEMORAÇÃO DOS 10 ANOS DO PROGRAMA «CAMPUS AVANÇADO»

Minhas senhoras, meus senhores:

A passagem do décimo ano de realização do programa «campus avançado» é mais do que simplesmente a ocasião oportuna para louvar a iniciativa. Hoje é dia de reafirmar a nossa confiança na juventude brasileira.

Que belo exemplo! Nestes dez anos, milhares de universitários deixaram o conforto de seus lares, para participar de tarefa digna do venerando marechal Rondon.

Sinto-me feliz em dirigir-me, neste dia, aos organizadores e dirigentes do projeto. Mas, em especial, desejo manifestar o orgulho com que falo a alguns dos próprios participantes. Quero dizer-lhes o quanto aprecio o esforço que empreendem todos os anos de levá à periferia das grandes metrópoles e às comunidades do interior a presença fraterna do Brasil.

O convívio com essas populações é fator de conscientização — para os próprios estudantes — do Brasil real. Brasil que trabalha e sofre. Que luta e consegue triunfar sobre tantas dificuldades e problemas.

Vocês são, universitários do projeto Rondon, personagens de um enobrecedor ato de fé. Mas são, também, testemunhas de como os brasileiros procuram e encontram soluções autenticamente nacionais para nossos problemas.

Do lado das próprias Universidades, o programa «campus avançado» é a oportunidade de elas se transformarem em agentes ativos do nosso desenvolvimento. Nesse processo, o «campus avançado» é ponta-de-lança da Universidade, sua maneira de promover a integração espiritual da nossa gente.

A criatividade própria da Universidade junta-se, no projeto, à força e à capacidade dos jovens de se dedicarem por inteiro aos ideais mais altos. No caldeamento de idéias e experiências daí resultante, forja-se a síntese cultural dos nossos muitos Brasis.

2.10.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
MENSAGEM DO PRESIDENTE FIGUEIREDO DI-
RIGIDA À REDE CRISTÃ DE COMUNICAÇÕES-
DOS ESTADOS UNIDOS

Como Presidente da maior nação católica do mundo, é com imensa satisfação que, imbuído de sadio espírito ecumênico, envio calorosa saudação aos cristãos dos Estados Unidos e dos demais países.

Sáudo em particular a Rede Cristã de Comunicações, ao ensejo da inauguração oficial do seu centro especializado de comunicações.

O mundo conturbado em que vivemos está cada vez mais dominado pela vertigem da vida moderna.

Nele ocupam lugar secundário os valores morais e espirituais da civilização.

Por isso mesmo merecem o maior apoio as atividades da Rede Cristã de Comunicações, momente pela Universidade a ela associada.

Desponta nessa Universidade a Escola de Comunicação destinada a treinar estudantes norte-americanos e de outras nações nas técnicas de transmissão de rádio e televisão — dois veículos de suma importância, quando bem utilizados, na formação moral e espiritual das novas gerações.

Otimista por natureza, estou certo de que as nações do mundo, entre as quais naturalmente o Brasil, saberão superar a onda de materialismo que avassala a sociedade humana.

E de que essa reação dará origem a um novo renascentismo, a exemplo do que assombrou a História nos séculos XV e XVI.

Que esse otimismo não é perdido, prova-o o louvável empreendimento representado pela atuação da Rede Cristã de Comunicações.

Muito obrigado.

4.10.79

ITAJUBÁ, MG

COUNTRY CLUB DE ITAJUBÁ

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO PERANTE O POVO NO CENTRO DA CIDADE

A cortesia manda que eu agradeça a generosa recepção que me foi dada pelo povo da região sul mineira. Recepção que não me surpreendeu, porque conheço bem de perto a tradicional hospitalidade do povo desta terra. Agradeço as palavras de incentivo, exageradas, que acabo de ouvir do nosso governador Francelino Pereira e do vice-presidente da República.

E, ao fazer este agradecimento, desejo dizer aos senhores parlamentares, aos senhores prefeitos e aos senhores vereadores, em particular, que o problema que enfrento por diante, da reformulação partidária, tem a sua primeira origem na minha convicção de que devemos partir para o pluripartidarismo. Somente essa convicção me move nesse sentido.

E, ao fazê-lo, desejo abrir a possibilidade de que se formem tantos partidos quantas forem as tendências e a lei o permitir. Mas tenho também diante de mim um compromisso, que assumi mesmo antes de tomar posse na Presidência da República. E, mais que compromisso, um juramento que fiz após assumir a Presidência da República: disse por mais de uma vez que iria transformar este país numa democracia.

Sei bem as dificuldades que já tive e que ainda tenho por adiante, para chegar a esse objetivo. A minha determinação não é menor do que no dia em fiz este juramento, e hei de consegui-lo. Mas, para consegui-lo, pela via mais fácil, sem tropeço, eu preciso de um suporte político no Congresso.

Daí por que eu concito os meus companheiros, os brasileiros de todas as tendências, a esquecerem suas rivalidades regionais, a olvidarem, pelo menos momentaneamente, as querelas políticas, as injustiças — até estas que tenham sofrido — a engavetarem os agravos de que tenham sido vítimas, para formarmos um partido que apenas terá uma meta: fazer com que lá no Congresso a voz do povo se faça ouvir. E fazer com que minha determinação de democratizar o país possa vir pela linha mais fácil, como disse, pela linha mais suave, com menores dificuldades.

Desejo esquecer inclusive as origens daqueles que possam me apoiar, porque eles virão apoiar não a mim, mas apoiar a democracia. E devo lembrar também aos companheiros, aqueles que ainda possam se sentir ressentidos pelo passado, que ninguém melhor que eu deu exemplo de esquecer agravos, de esquecer injustiças e de esquecer inverdades, para estender a mão a todos aqueles que queiram de fato pensar em primeiro lugar na nossa pátria.

9.10.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER PREFEITOS
DAS ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS

Senhor Ministro Camilo Penna,

Senhor Ministro Said Farhat

Senhor Presidente da Embratur, Miguel Colasuonno,

Senhores Secretários de Estado,

Senhores Prefeitos,

Senhores representantes das Agências de Turismo, das Empresas de Hotelaria.

O agradecimento que ora me fazem, pela decisão tomada pelo Governo em relação às cidades balneárias e turísticas, muito me comove pela generosidade dos senhores. Porquanto a decisão tomada pelo Governo foi apenas uma consequência coerente daquelas afirmações que fiz desde a campanha eleitoral. O Governo tem obrigação de promover o turismo interno. Como já disse o nosso Ministro Camilo Penna, o turismo interno proporciona, quando muito pouco, o conhecimento do País. Vale dizer, suas belezas naturais, sua história, a difusão da sua cultura, a constatação da sua realidade econômica e social. Além do mais, o turismo, como já me disse o meu Ministro Said Farhat, permite o relaxamento das tensões que a vida moderna traz. E permite com mais intensidade o convívio entre os familiares. Mas isso não seria o bastante, porque o Brasil atravessa dificuldades quanto à balança de pagamentos. O Governo tem a obrigação de limitar o dispêndio em moeda estrangeira.

Além disso, é também do interesse do Governo promover a defesa da empresa nacional. E aqui estão representantes de várias empresas, em particular, as de pequeno e médio portes.

E finalmente, quando tantas vezes eu tenho dito e reafirmado a minha determinação de defender o município, não seria o Governante que iria prejudicar aqueles municípios que vivem apenas do turismo. Repito, portanto, que o agradecimento dos senhores não deve ser dirigido a mim e sim à coerência daqueles que me assistem

nesse particular, o Ministro Camilo Penna e o Ministro Said Farhat, e diria também o senhor Miguel Colasuonno, que me assessorava nesse particular.

Eu agradeço a Deus a colaboração que eles me deram nesse sentido e agradeço aos senhores a presença muito honrosa para mim.

10.10.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO Figueiredo AO SANCIONAR PROJETO
QUE INSTITUI O CÓDIGO DE MENORES

Senhor Presidente do Senado Federal,
Senhor Presidente da Câmara
Senhor Senador Nelson Carneiro,
Senhores Ministros,
Senhores Parlamentares,
Senhor representante da Justiça,

É com imensa satisfação que sanciono hoje, no Ano
Internacional da Criança e às vésperas do Dia da Criança, 12 de
outubro, o projeto em questão.

O projeto tem dois significados que considero de suma
importância: o primeiro é que ele é sancionado na época de rápidas
e por vezes violentas transformações sociais; e outro, talvez o maior,
é que o Brasil é um país jovem, com cerca de 60% de sua
população na faixa etária abrangida pelo projeto até 21 anos.

Louvo, sobremodo, o senador Nelson Carneiro, tão dedicado
na sua longa vida pública pela proposição de medidas de natureza
social. Sua iniciativa, com a colaboração de membros do Congresso
Nacional, entre os quais o deputado Cláudio Sales, substi-
tuiu uma lei de 60 anos de existência. O projeto ora transformado
em lei repousa no amor e na compreensão, segundo felizes palavras
do seu relator, no Senado, senador Aluísio Chaves. A nova lei é fru-
to da colaboração de magistrados, professores e entidades
especializadas.

É pois, com maior prazer e a maior emoção, que sanciono o
projeto, transformando-o em lei, como um poderoso instrumento a
preparar o Brasil de amanhã.

11.10.79
TRÊS LAGOAS – MS
GINÁSIO MUNICIPALISTA DE ESPORTES
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-
DO NO V ENCONTRO DO OESTE BRASILEIRO

Minhas senhoras e meus senhores:

Venho a Três Lagoas para sentir o povo do Oeste Brasileiro em suas justas aspirações.

Creio no diálogo franco e aberto. Desde os tempos de candidato — e por acreditar no valor de encontros como este — procuro ouvir as reivindicações de cada região.

É assim que tenho evitado passem despercebidas, ou sejam postergadas, as aspirações de importância regional.

Só o povo e seus líderes sabem o muito que falta fazer — mas também tudo o que vem sendo feito para a solução dos seus problemas.

Aqui em Três Lagoas, limiar da fronteira do Centro-Oeste brasileiro, encontro o mesmo clima das outras partes do Brasil de hoje. Trabalho e confiança são o fundamento do nosso otimismo quanto ao futuro desta vasta região.

Povo e Governo, empresas e comunidades, homens do campo e da cidade estamos, juntos, escrevendo no Oeste brasileiro uma página de nossa História. E ela não há de ser apenas orgulho para o Brasil.

A conquista do Oeste brasileiro é mais uma etapa da continua-
da conquista do Novo Mundo para a civilização e o progresso.

É outro passo adiante no esforço nacional para interiorizar o desenvolvimento. Incorporar novas terras aos cultivos e criações reclamados pelo País e pelo mundo. Diversificar cada vez mais os pólos agroindustriais e agropecuários de nosso progresso.

Esses passos, nós os desejamos rápidos, servidos pelas fontes re-
nováveis de energia tão generosas nesta região rica e fértil.

Deste encontro, como dos anteriores, espero receber sugestões, propostas e críticas. Meus votos são no sentido de que elas possam

ajudar o Governo a encontrar melhores soluções para os problemas regionais.

Desde logo, posso adiantar ao povo de Três Lagoas e do Centro-Oeste algumas providências do meu Governo no sentido de apoiar, dentro das nossas possibilidades, o desenvolvimento regional.

A vocação natural do Centro-Oeste é a produção de alimentos, pelo aumento da produtividade. E pela expansão das suas fronteiras agrícolas.

O meu Governo vem dando ênfase especial ao desenvolvimento dos cerrados. Dentro da realidade orçamentária, daremos maior expressão ao POLOCENTRO, estendendo a infra-estrutura básica e os benefícios do crédito.

Na área de transportes, já estão em execução, ou têm projetos contratados, várias rodovias importantes. Destaco o projeto de pavimentação do trecho da BR - 262, entre Três Lagoas e Campo Grande; e as obras de conclusão das ligações Aquidauana - Miranda, Miranda - Corumbá, e Dourados - Ponta Porã.

Até o término do meu Governo, espero ter implantado o "Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil". Será um novo esforço na arrancada para o futuro. O asfaltamento da rodovia BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho é parte desse programa. Para criar uma extensa malha rodoviária coletora. E para implantar projetos integrados de colonização.

Quero lembrar, ainda, entre numerosas outras obras, as duas grandes pontes sobre o Rio Paraná. A de Porto Alencastro, a ser iniciada no próximo ano. E a ponte rodo-ferroviária de Aparecida do Taboado a Rubinéa, em fase final de estudos.

Como estou falando também a prefeitos e vereadores, quero sublinhar o compromisso do meu Governo com o fortalecimento dos Municípios. Prosseguiremos na adoção de medidas coordenadas, como é o caso de resolução tomada esta semana pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Com total apoio da União e dos Estados, vamos reforçar financeiramente os Governos municipais, com ênfase maior na distribuição de recursos para os Estados e Municípios mais carentes. Para esse fim, partiremos para a reforma tributária realista, corajosa, reclamada por todos.

O Governo federal procurará estimular a descentralização das atividades produtivas, sobretudo industriais. E apoiará o desenvolvimento das pequenas e médias comunidades urbanas e os núcleos de atividades rurais, inclusive com o objetivo de diminuir as migrações para os centros urbanos maiores.

Queremos os municípios brasileiros fortes e prósperos. Estou determinado a alcançar esse objetivo.

O município é o primeiro degrau de nossa organização política e administrativa. Precisa ser também, de forma positiva, afirmativa, o primeiro agente comunitário da democracia, do desenvolvimento econômico, da justiça social e da estabilidade das instituições.

Portanto, ao fortalecer as comunidades locais, o Governo reforça a estrutura de todo o corpo político nacional e o próprio regime democrático. Vejo, por isso, com satisfação, neste V Encontro do Oeste Brasileiro, a colaboração dos três níveis de Governo e a participação de entidades não-governamentais, ligadas ao movimento municipalista. A todos, a minha palavra de confiança no vosso trabalho em favor do progresso do Oeste brasileiro e, por extensão, de todo o Brasil.

Brasileiros do Centro-Oeste:

Escutei vossos oradores. Ouvi como formularam vossos anseios de progresso, de educação, de saúde, de transportes, de comunicações e de participação política.

Digo tranqüilamente que essas aspirações são também as minhas.

Unidos, povo e Governo, levaremos a bom termo a nossa parte no desafio maior de desenvolver o Centro-Oeste, em benefício de nossa pátria e da humanidade.

Muito obrigado.

15.10.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO ITAMARATY
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO BANQUETE EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, GENERAL DE DIVISÃO FRANCISCO MORALES BERMUDEZ

Excelentíssimo Senhor Presidente Morales Bermudez:

É para mim motivo de especial satisfação saudar em Vossa Excelência e sua comitiva o primeiro chefe de Estado de uma nação das Américas que tenho a honra de receber em Brasília.

Bem conhece Vossa Excelência, Senhor Presidente, a importância atribuída pelo meu governo às relações do Brasil com os países nossos irmãos. E muito especialmente, entre estes, com os nossos vizinhos latino-americanos.

Profundas raízes históricas, mergulhadas na origem comum do ímpeto ibérico no continente americano; antigas e justas aspirações de desenvolvimento de nossos abundantes recursos naturais; a consciência de um mesmo destino, fundada na valorização de nossos recursos humanos, o principal patrimônio de nossas pátrias; tudo isso, Senhor Presidente, e mais nossa rica herança cultural, são outros tantos traços de união entre os povos peruano e brasileiro.

Nesse contexto, Vossa Excelência encontrará abertas de par em par, entre nós, as portas do diálogo, do entendimento e da cooperação. Estou convencido, por isso, de que o Brasil e o Peru podem e devem caminhar juntos para atender às legítimas e inadiáveis aspirações de seus povos.

Reconhecidamente, atravessamos uma conjuntura internacional difícil. No campo econômico, agrava-se a acumulação de riqueza pelos países já desenvolvidos. Conseqüentemente, retarda-se o progresso social e cultural dos demais povos. Além de serem eles privados de condições mínimas de vida produtiva e sadia.

É contra esse pano-de-fundo que o Peru e o Brasil estão resolvidos a explorar — como o fazem agora — as potencialidades de intercâmbio comercial e de cooperação em todos os campos.

Com altivez e criatividade, o governo de Vossa Excelência tem sabido responder aos grandes desafios de nosso tempo. No Pacífico, nos Andes e na Amazônia, a diplomacia peruana tem desempenhado papel ativo e inovador. Presente e atuante em defesa dos ideais comuns de liberdade, justiça e progresso, seu país é dos que lutam por uma ordem internacional mais eqüitativa e humana.

Há muito, as relações entre o Peru e o Brasil estão calcadas no respeito mútuo. E, se algo de novo vier a ocorrer, em tais relações, há de ser o reforço que flui naturalmente da comunidade de aspirações e da semelhança de objetivos.

O encontro de Vossa Excelência com meu antecessor, o presidente Ernesto Geisel, três anos atrás, em águas amazônicas, consagrou o princípio do entendimento entre os governos de nossos países. Os importantes acordos, então assinados, deram sentido dinâmico ao nosso relacionamento, que a convergência de propósitos haveria de consolidar, nos anos seguintes.

A maior bacia fluvial do mundo tem sido elemento predominante nas relações entre o Brasil e o Peru. Desafio proporcional a sua dimensão, a região amazônica é mais que simples elemento geográfico de união entre os Andes, as Guianas e o Brasil. A Amazônia é, ao mesmo tempo, o campo natural para a atualização constante e real da cooperação entre as nações soberanas. Penso que só juntos os oito países amazônicos poderão corresponder à responsabilidade de transformar em progresso atual e concreto o imenso potencial de recursos ali existentes.

Tal responsabilidade não se reflete apenas nos termos transitórios e fugazes da vida terrena de cada um de nós. As gerações futuras haverão de julgar-nos por nossa capacidade de unir esforços e propósitos na defesa de seu ecossistema tão delicado quanto majestoso. No aproveitamento dos recursos naturais existentes no território de cada nação. No estudo das formas de vida tão ricas e variadas ali encontradas — que cumpre preservar, e cuja sobrevivência temos de assegurar.

Foi sob essas aspirações que o Peru e o Brasil, com os outros seis países da área, decidiram criar — com o Tratado de Cooperação Amazônica — o marco de convergência de propósitos e de colaboração ativa, em favor do progresso e do bem-estar das populações da região.

Senhor Presidente:

Na concretização dos ideais de paz, justiça e desenvolvimento, que condicionam as relações internacionais do Brasil, o fortaleci-

mento de nossos vínculos com os países irmãos assume importância suprema.

Nossa concepção de solidariedade latino-americana baseia-se no prevalecimento da paz duradoura em nossa região. No respeito a nossos vizinhos. Na nossa disposição de trabalhar pelo entendimento. E de tudo fazer para tornar nossas relações mais íntimas e mutuamente proveitosas.

Coincidências fundamentais marcam a ação de nossos dois países.

Estamos entre os que lutam pela liberdade, pela justiça social, e pelo respeito aos direitos humanos.

Defendemos uma ordem econômica internacional, nova, mais justa. Assim como continuaremos a levantar nossas vozes em defesa do direito soberano de todos os países de proteger seus recursos naturais e deles livremente dispor.

Demonstramos, sempre, nosso empenho em lograr o ordenamento mundial dos recursos marítimos, de forma a assegurar a proteção dos interesses dos países em desenvolvimento.

Coincidimos, também, em atribuir importância essencial ao pleno acesso de todos à ciência e à tecnologia.

Em suma, Senhor Presidente, rejeitamos no passado, assim como não poderemos aceitar, no futuro, o desenrolar da história necessariamente em benefício de uns países, e sempre em detrimento de outros.

A vinda de Vossa Excelência ao Brasil ocorre pouco depois de haver-se reunido com os presidentes dos países integrantes do grupo Andino. Desejo expressar-lhe, por isso, a disposição brasileira de estabelecer, com o conjunto das nações andinas, um diálogo sistemático, no sentido de propiciar, a breve prazo, melhor identificação de nossos interesses políticos, econômicos e comerciais comuns.

Sublinho a intenção brasileira de fortalecer os mecanismos operacionais da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e do Sistema Econômico Latino-Americano.

Senhor Presidente Morales Bermudez:

Muito deve a América Latina às suas reconhecidas qualidades de homem público, e ao elevado descortino de suas concepções.

No plano do estreitamento das relações brasileiro-peruanas, Vossa Excelência exerceu papel importante, em momentos muito significativos.

Irmados nos mesmos ideais, e sob o influxo das realizações conseguidas, estou seguro, Senhor Presidente, de que a cooperação entre nossos países alcançará novas e promissoras dimensões.

Com essa certeza, ergo minha taça, em nome da nação brasileira, pela crescente prosperidade do Peru; pelo progresso de nossas relações; e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Morales Bermudez.

Muito obrigado.

16.11.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DA DECLARAÇÃO CONJUNTA E DO TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E O PERU

Excelentíssimo Senhor Presidente Morales Bermudez:

A unidade nas idéias e nos objetivos foi a marca harmoniosa e constante da visita de Vossa Excelência ao Brasil. Os atos ora firmados dão plena e concreta expressão aos nossos entendimentos, nos planos mundial, da América Latina e das relações bilaterais.

Síntese da posição internacional do Brasil e do Peru, a Declaração Conjunta, que acabamos de assinar, consubstancia uma vasto campo de coincidência.

Seu fundamento deriva dos grandes princípios estabilizadores e promotores da convivência internacional, em cuja elaboração foi sempre decisiva a participação da diplomacia latino-americana. Estende-se, igualmente, aos principais problemas do mundo contemporâneo: a energia; a nova ordem econômica internacional; o direito do mar; o desenvolvimento e a soberania.

Diante de todas essas questões, reiteramos nossa fé em soluções efetivas, justas e dignas.

A recusa ao imobilismo inspira, da mesma forma, nossa visão da atualidade da América Latina, e o crescente vigor das estruturas da cooperação e da integração. Duas dessas estruturas mereceram atenção especial neste encontro: o desenvolvimento da colaboração entre o Brasil e o grupo andino, e a implementação do Tratado de Cooperação Amazônica.

A aproximação brasileiro-andina constitui, para os dois lados, meta de igual prioridade. Isso ficou patente na troca de mensagens por ocasião do décimo aniversário do Acordo de Cartagena e no ânimo positivo dos representantes andinos reunidos no Panamá.

Dessa espontânea convergência de aspirações começam a surgir, com o convite aos membros da Junta para visitar o Brasil, medidas operativas e eficazes de colaboração.

Um ponto alto da colaboração é o expressivo documento a que demos o nome de "Ata de Brasília". Ele traduz, de forma eloquente, a coincidência de inspirações e metas que anima a aproximação entre o Brasil e os países andinos. Abre, ao mesmo tempo, novas perspectivas, ao inaugurar o diálogo entre o Governo brasileiro e o Conselho de Ministros das Relações Exteriores do Sistema de Integração Andina, órgão dos mais importantes no processo de crescente projeção do grupo dos países do Acordo de Cartagena.

Assinalo, de igual maneira, o depósito hoje efetuado, pelo Peru, do instrumento de ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica. Com esse ato da prática diplomática, vejo aproximar-se um novo capítulo do desenvolvimento da Amazônia. Para nós, a Hílédia deve ser o ponto focal de contatos e de colaboração entre o Brasil, os países andinos e as Guianas.

Ao mesmo tempo em que afirmam sua presença atuante, nos foros mundiais e da América Latina, o Brasil e o Peru criam, com imaginação, laços bilaterais mais vigorosos e dinâmicos. Dois encontros presidenciais em menos de três anos atestam a vitalidade de nossas relações.

Sobre tal base, estamos construindo uma cooperação modelar, expressa nas iniciativas da Comissão Mista para a Amazônia; nos projetos de interligação rodoviária; e nos convênios de navegação e comércio.

No curto período de 1971 a 1976, fomos capazes de quintuplicar nosso intercâmbio comercial. Desde 1977, o Brasil vem-se tornando significativo mercado para os produtos peruanos.

Cada um desses avanços foi preparado por entendimentos entre os dois Governos, traduzidos, entre outros, nos quatorze acordos firmados em 1976, no encontro da fronteira, com a participação de Vossa Excelência. Registro, com satisfação, estarem todos eles em vigor e em execução.

A extraordinária intensificação dos vínculos passou assim a exigir, em contrapartida, um arcabouço institucional correspondente. A visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente, proporciona a grata ocasião de atender a essa necessidade, mediante a celebração do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Peru.

Instrumento de escopo global, o Tratado ordena, em toda a sua complexidade e riqueza, a ampla gama de temas bilaterais, e constitui roteiro seguro e programático para o desenvolvimento futuro das relações entre os dois países.

Seria demasiado longo enumerar-lhe aqui todos os aspectos. Basta, por isso, indicar três de suas características básicas. A primeira é a consolidação de mecanismos permanentes de colaboração e consulta, agora consagrados em ato jurídico formal.

Seu segundo traço é a ênfase na vocação amazônica de ambos os países, cujo relacionamento sempre refletiu a prioridade dedicada ao grande rio e à região de sua influência.

Em terceiro lugar, o Tratado procura captar e orientar a recente tendência no sentido da expansão crescente e acelerada das nossas relações nos domínios econômico, comercial, científico, cultural, tecnológico, turístico e tantos outros.

Naturalmente, os atos formais são importantes e insubstituíveis na vida dos povos e das nações. Entretanto, a profundidade e a permanência de nossa amizade proclamam-se ao mundo na vizinhança cordial e tranqüila de nossas populações, ao longo dos três mil quilômetros da fronteira amazônica, que compartilhamos pacificamente.

Senhor Presidente,

O esboço rápido de nossas conversações é suficiente para demonstrar a vastidão do terreno coberto. Recolhendo o essencial destes entendimentos, os atos hoje celebrados assinalam nova etapa no fortalecimento constante dos laços entre nossos países.

Ao agradecer uma vez mais a presença com que nos honra em Brasília, quero testemunhar a Vossa Excelência o nosso apreço pelo papel que pessoalmente lhe coube no progresso dessas relações. Afirmo, também, minha convicção de que deste encontro há de resultar um impulso adicional, no sentido da compreensão cada vez maior, e do reforço da amizade fraterna entre os povos do Brasil e do Peru.

Muito obrigado.

18.9.79
RECIFE, PE
SUDENE

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE

Minhas senhoras, meus senhores:

Não se passa um dia em minha vida sem que eu reflita sobre nossos deveres, como cidadãos, em face das regiões mais pobres do nosso País.

Já disse, aqui mesmo: o Nordeste e a Amazônia rejeitam qualquer forma de tratamento paternalista. A consciência dos brasileiros recusa-se a aceitar nosso esforço de desenvolver esta região como uma espécie de «compensação».

A unidade nacional, herdada de nossos antepassados, não se expressará em ilhas de prosperidade, separadas pela grande carência que ainda persiste, apesar de todo o esforço dos últimos 15 anos. Somos um só povo. E o Brasil haverá de ser todo ele próspero e feliz.

Para isso, cumpre-nos continuar a prover o Nordeste — não como dádiva, mas porque assim é de direito — de oportunidades de produzir riquezas.

Dito isto, explica-se minha volta ao Recife para mais um encontro com o Nordeste. Aqui estive, como candidato, em agosto do ano passado.

Relembrei o trabalho dos meus quatro antecessores e assumi certos compromissos.

A ação governamental no Nordeste, como nas demais regiões carentes, deve ocorrer sob três palavras-chaves: continuidade, coordenação e cooperação.

Como primeira providência de caráter geral, determinei a meus ministros que, dentro da ação setorial da competência de cada um, fosse atribuída aos programas a executar no Nordeste a prioridade equivalente à sua dimensão física, social, econômica, política e humana.

No horizonte mais amplo, o III Plano Nacional de Desenvolvimento, já sob exame do Congresso Nacional, reflete essa preocupação.

A ação do meu governo está norteada pela ambição de assegurar a eliminação da pobreza absoluta e das diferenças terríveis entre as regiões brasileiras.

Entendo que a estratégia para o desenvolvimento do Nordeste assenta em duas premissas: dotar a região de uma base econômica comensurável à sua base demográfica e promover o aproveitamento inteligente das vocações naturais dos Estados nordestinos.

As agências de desenvolvimento procurarão estimular indústrias dinâmicas de alta produtividade. Mas os industriais da região podem ter vantagens competitivas, nos campos da agroindústria, da agropecuária, da mineração, da indústria química, e da utilização dos insumos aqui abundantes. Isso sem falar na indústria açucareira e alcooleira, nos têxteis e nas confecções, entre tantas, susceptíveis de revigoramento, através de melhorias tecnológicas relativamente simples.

Dentro desse contexto, ocorrem-me cinco observações de caráter geral. A primeira refere-se ao papel do ensino.

Do ensino fundamental ao superior, precisamos ter a coragem de dar sentido de realidade às nossas escolas.

A Universidade não poderá ignorar os reclamos do desenvolvimento, em termos de formação de profissionais.

Mais do que isso, a adequação do ensino em todos os graus à realidade regional é requisito para evitar o desemprego e o subemprego dos graduados e consolidar o desenvolvimento do Nordeste.

A segunda observação refere-se à descentralização das atividades produtivas.

No plano nacional, Estados economicamente mais fortes conduzem a uma Federação mais equilibrada.

Por isso, as empresas governamentais levarão em conta a necessidade de descentralizar, quando decidirem sobre a localização dos seus empreendimentos.

A terceira observação refere-se à necessidade de — enquanto se estudam e equacionam as soluções de médio e longo prazo — não esquecer os remédios emergenciais para as situações de crise aguda. Tal é, por exemplo, o problema da seca, que assola, ainda hoje, 377 municípios de 5 Estados do Nordeste, onde há cerca de 500 mil trabalhadores alistados.

Assim, baixei decreto, ontem, que abre crédito especial de 2 bilhões de cruzeiros, completando dispêndios de 6 bilhões, para garantir a continuidade do apoio prestado às áreas flageladas.

Enquanto isso, os Ministérios da Agricultura e do Interior agirão para fortalecer as propriedades, de modo a habilitá-las a resistir melhor a futuras irregularidades do clima.

Nesse sentido, aprovei em setembro último o mais abrangente programa de que se tem notícia, para o aproveitamento dos recursos hídricos da região semi-árida do Nordeste. Vamos investir dez bilhões de cruzeiros na perenização de vários rios. Na construção de dez mil açudes. E na perfuração de outros tantos poços públicos e privados.

Paralelamente, vamos cuidar da regularização do fluxo do rio São Francisco. Determinei medidas de assistência às populações atingidas pelas cheias recentes, bem assim, de reconstrução das casas destruídas e de recuperação dos danos.

Entretanto, sabemos todos, a verdadeira solução para os problemas do grande rio são de médio e longo prazo.

Nesse sentido, baixei decreto em junho último, determinando a implantação de um sistema permanente de previsão e controle das enchentes. A operação das barragens de Três Marias e Sobradinho, e a construção de diques e novas barragens, aliviarão os ribeirinhos dos problemas causados pelo regime de chuvas ao longo do rio e seus afluentes.

Dentro do princípio da continuidade, assegurei o prosseguimento dos programas especiais de desenvolvimento, com o POLONORDESTE e o projeto SERTANEJO, iniciados na administração Geisel.

Continuaremos, da mesma forma, a ajudar as regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, mas sem prejudicar a atenção demandada pelas outras capitais e pelos demais núcleos urbanos de menor porte.

No mesmo espírito, continuarão a ser apoiados os grandes empreendimentos da região. Cito, para ilustrar, a indústria petroquímica em Camaçari; o Centro Industrial e o porto de Aratu, na Bahia; a cloroquímica em Alagoas; os álcalis do Rio Grande do Norte; Itaqui, no Maranhão; o aproveitamento dos recursos da província mineralógica de Sergipe; os projetos agropecuários do Piauí.

Tudo isso prosseguirá.

Tanto quanto continuam vivos meus compromissos de resolver, de uma vez por todas, questões velhas até de séculos. Meu governo

está decidido a fazer da posse da terra um instrumento de progresso e de permanência do homem em seu «habitat» natural.

Assim, com base no homem, na terra e na água, poderemos concentrar-nos no desenvolvimento rural integrado; na industrialização das matérias-primas da região; na ampliação da infra-estrutura de transporte, energia e comunicações; na melhoria das estruturas sociais existentes; no estímulo à agroindústria; e no fortalecimento do setor privado regional.

Ainda ontem assinei decreto instituindo providências para análise e proposição de medidas de apoio às populações das zonas canavieiras do Nordeste.

A quarta preocupação está na necessidade de que todos os instrumentos institucionais, creditícios, fiscais e administrativos sejam empregados em harmonia, na implementação do desenvolvimento da região.

A SUDENE já está sendo reestruturada para atuar em sua alta responsabilidade de administrar, coordenar e acompanhar os projetos especiais de desenvolvimento regional do Nordeste.

E, para dar conteúdo a essa decisão, autorizei a adoção de novo esquema salarial para seus técnicos, abrindo a possibilidade de reforço de seus quadros. Cumpro, assim, meu compromisso de valorizar os recursos humanos da SUDENE.

Em consonância com o espírito de desburocratização, que anima o governo federal, determinei a simplificação do processo de liberação de recursos. Não obstante tratar-se de questão naturalmente complexa, terão de ser eliminados os atrasos e dificuldades que encarecem os empreendimentos e emperram os programas de desenvolvimento do Nordeste.

Estamos também fortalecendo o Banco do Nordeste, com a manutenção, no período de 1980 a 1985, de sua participação na receita do imposto sobre operações financeiras.

Em quinto lugar, o esforço federal renderá tanto mais, quanto mais intimamente se coordenarem com ele as atividades dos Estados e Municípios.

Entre as várias formas de multiplicação de recursos para a região está, por certo, o empenho das autoridades estaduais e municipais em realizarem sua parte. Estamos estudando importantes ajustamentos na política tributária, com vistas ao reforço gradual das receitas estaduais e municipais. Entretanto, a justiça fiscal exige que todos paguem os tributos devidos.

Não se diga, também, que arrecadar impostos é incompatível com a abertura política. Muito ao contrário.

Nenhum clima melhor que a democracia, para que todos paguem pelos serviços que a todos beneficiam.

No terreno dos recursos federais destinados ao Nordeste, tomei duas deliberações na reunião de ontem do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Pela primeira, as empresas federais e suas subsidiárias ficam autorizadas a aplicar 75% dos seus incentivos fiscais, em 1980, e 100%, em 1981, exclusivamente no FINAM e no FINOR.

Por outro lado, as aplicações do FINOR e do FINAM em empresas governamentais não poderão exceder os recursos gerados pelas opções das estatais.

Simultaneamente, vamos intensificar as atividades florestais do Nordeste, com ênfase especial nas essências vegetais utilizáveis como matéria-prima para a produção do carvão vegetal e outros combustíveis, inclusive o etanol. Assim, o FISET destinará recursos ao Nordeste, no mínimo de 30% em 1980; 40%, em 1981; e 50%, a partir de 1982.

O Ministério dos Transportes concentrará recursos nos transportes coletivos das cidades. De 1982 a 1985, as ferrovias metropolitanas serão substancialmente melhoradas.

No setor portuário, está sendo providenciada a ampliação e a modernização dos portos de Luiz Correia, Fortaleza, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador e Aratu. Devo destacar, ainda, os terminais especializados com execução programada: de fertilizantes, em Recife; de barrilha, em Natal; de carvão mineral, em Cabedelo, e o píer petroleiro de Fortaleza.

Assinalo, ainda, a construção de instalações de articulação rodo-marítima nos portos de Recife e Salvador, em correspondência às que, com a mesma finalidade, serão feitas nos portos de Santos e do Rio.

A eclusa de Sobradinho entrará em operação agora em novembro. E espero até o fim do meu governo concluir a eclusa de Boa Esperança, e deixar em operação uma frota moderna de embarcações adequadas à navegação do rio São Francisco.

No setor ferroviário, os investimentos serão concentrados na melhoria dos acessos a terminais industriais e portuários.

Até 1985, a malha de rodovias federais pavimentadas cobrirá dois terços da rede rodoviária básica da região.

No setor de energia, a ação do governo federal orienta-se pela decisão de atender à demanda gerada pelo intenso ritmo de expansão das atividades produtivas da região.

Concluídas a barragem de Sobradinho e a usina Paulo Afonso IV; efetivada a interligação do sistema da CHESF com o da

EletroNorte; e posta em operação a Usina de Tucuruí, o Nordeste terá resolvidos seus problemas de energia elétrica para os próximos anos.

No esforço nacional pela auto-suficiência petrolífera, o Nordeste, que participa com 90% da produção nacional do petróleo, continua sendo objeto do esforço exploratório da PETRO-BRÁS. Vinte e uma sondas terrestres procuram petróleo na Bahia, Sergipe, Alagoas e Maranhão. Quatorze plataformas de perfuração submarina operam no litoral de Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará.

A SEPLAN e os Ministérios do Interior e da Agricultura darão continuidade e fortalecerão o POLONORDESTE, com o objetivo de consolidar os 32 projetos de desenvolvimento rural integrado e os quatro projetos de colonização, já em execução. Além disso, 13 novos projetos de desenvolvimento rural integrado serão implantados.

Tenho por assente, como já disse, que a organização da produção e a permanência do homem nordestino na zona rural dependerão de providências institucionais urgentes, para facilitar, em grandes números, o acesso dos agricultores à terra própria.

Conseqüentemente, os perímetros de irrigação constituirão pólos de desenvolvimento sócio-econômico, nos quais o pequeno agricultor será senhor de sua gleba, e onde a mão-de-obra familiar terá ocupação permanente e remuneração condigna.

Ao aproveitamento dos recursos hídricos serão adicionados programas de desenvolvimento da piscicultura, nas águas interiores da região semi-árida.

O Instituto Brasileiro do Café está autorizado a promover o plantio de cafeeiros, com vistas a atingir a produção de um e meio a dois milhões de sacas por ano, e garantir a suficiência regional do produto.

No meio urbano, os problemas de moradia subumana são particularmente graves em todas as capitais do Nordeste. Determinei ao Ministério do Interior que ative o programa PROMORAR, para abrigar mais de um milhão de moradores de mocambos, pala-fitas, favelas e outros núcleos precários.

Esse programa será sem prejuízo dos mais de 900 mil financiamentos normais do Banco Nacional de Habitação, no período de 1980 a 1985, na região.

No setor de saneamento básico, os programas a cargo do PLANAESA compreenderão obras, no período, para beneficiar 4 milhões de habitantes das cidades. Outros programas de saneamento simplificado, para pequenas comunidades rurais, incluindo abastecimento de água, beneficiarão mais de 2 e meio milhões de pessoas.

No setor de siderurgia, o Ministério da Indústria e do Comércio, através da Siderbrás, instalará no Nordeste, para entrarem em funcionamento até 1984, dois laminadores a frio e linhas de estanhamento para fabricação de folhas-de-flandres.

Até fins de 1980, será quase duplicada a capacidade de produção da USIBA.

Ainda na área do MIC, confirma-se a entrada em operação da primeira etapa da ALCANORTE, em 1981.

Tenho especial cuidado de ampliar a participação do Nordeste no PROÁLCOOL em volume compatível com a importância da lavoura canavieira na região. Assim, a produção regional de álcool está sendo ampliada pela implantação de 80 projetos de destilarias já aprovados. Deste modo, a participação do Nordeste, na produção nacional de álcool, crescerá de 17% em 1975, para 31% em 1983.

Minhas senhoras e meus senhores:

Aí está um esboço do que está sendo programado e do que já vem sendo realizado em benefício do homem brasileiro desta região.

Novas iniciativas hão de vir a juntar-se às atuais, pois o Nordeste tem tudo para formar ao lado das demais áreas geoeconômicas do País, em termos de desenvolvimento.

O meu governo não poupará esforços para alcançar esse objetivo. As aspirações do Nordeste são também as minhas.

Estou certo de que meu decidido propósito de ajudar o desenvolvimento desta região de alma tão brasileira há de apresentar os seus frutos, não apenas em proveito do Nordeste e de seu povo, mas, acima de tudo, de nossa Pátria.

Muito obrigado.

6.11.79
CARACAS, VENEZUELA
SAGUÃO DE AUTORIDADES DO AEROPORTO
DE CARACAS
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-
DO

Excelentíssimo Senhor Presidente Herrera Campíns:

Saúdo cordialmente Vossa Excelência, sua Excelentíssima Senhora e o povo irmão da Venezuela. Ao iniciar minha visita oficial, desejo expressar à gente venezuelana, em nome de minha mulher, no meu próprio e no de minha comitiva, a estima, a admiração e o respeito de todos os brasileiros por sua grande pátria.

Herdeira dos altos ideais de Bolívar, e símbolo de uma América Latina que progride, a Venezuela de hoje realiza sua vocação de liberdade, democracia e justiça.

Nossos países estão ligados não apenas pela geografia e pela convivência harmoniosa e pacífica ao longo da extensa fronteira comum. Unidos estamos, também, pelas raízes históricas de nossos povos e pelo caldeamento enriquecedor de raças e culturas.

Acima de tudo, porém, o Brasil e a Venezuela estão unidos pela determinação comum de trabalhar, em conjunto com os demais países irmãos, pela paz e pela prosperidade da América Latina.

Os brasileiros vêm com satisfação este magnífico país encaminhar-se, sob a liderança de Vossa Excelência, para seu lugar de direito na comunidade internacional.

O dinamismo das estruturas econômicas; a mobilidade social ampla e sem entraves; o respeito profundo pelos direitos do homem, são traços constantes da maneira de ser venezuelana. São também inestimáveis elementos de aproximação com a personalidade e a alma brasileira.

Senhor Presidente:

Minha presença na Venezuela é testemunho do muito que nossos Governos já puderam fazer em benefício de nossas relações e do nosso firme propósito de fortalecê-las ainda mais.

O Brasil deseja uma aproximação objetiva e mutuamente benéfica com o Grupo Andino.

O Brasil fará o que lhe couber para que a cooperação amazônica em breve se transforme em nova e dinâmica realidade.

O Brasil se esforçará por uma América Latina unida, integrada, próspera e justa.

É sob a inspiração desses propósitos que chego à terra venezuelana.

Sou extremamente grato pelo convite de Vossa Excelência. É manifesto desde logo o reconhecimento dos brasileiros pela devoção de Vossa Excelência à causa do constante fortalecimento dos vínculos que fazem do Brasil e da Venezuela dois países irmãos para sempre.

Muito obrigado.

6.11.79

CARACAS, VENEZUELA

SALÃO DE BANQUETES DA CASA MARÍLLA
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO BANQUETE OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR HERRERA CAMPINS

Excelentíssimo Senhor Presidente Herrera Campins:

Recebo com especial emoção as insígnias do Colar da histórica Ordem do Libertador, que Vossa Excelência acaba de me impor.

Do ponto de vista pessoal, Vossa Excelência me concede uma honra do mais alto significado. No coração e no espírito de todos os brasileiros, seu gesto generoso expressa um importante laço a mais entre nossos dois países.

Sinto-me verdadeiramente feliz por ser o primeiro Presidente brasileiro a visitar Caracas.

O encontro entre a Venezuela e o Brasil transcorre sob o signo da amizade e da união, como o confirma a acolhida fraterna que estamos recebendo em seu país.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, representa as melhores tradições de seu país e da América Latina. Sob sua direção, a Venezuela descobre caminhos efetivos de cooperação. Os valores democráticos que sustenta são marcados por sua preocupação constante com a justiça social e com a causa da liberdade.

Nosso entendimento expressa a força da História e de ideais comuns. Para um brasileiro, vir à terra de Bolívar e Miranda é o momento de reviver a grandeza da luta pela independência. De retomar as esperanças bolivarianas. De nelas reencontrar a inspiração das melhores e mais permanentes realizações.

Bolívar compreendeu, como poucos, as realidades de seu tempo. Pôde expressar com clareza, força e originalidade únicas as aspirações políticas do Continente. E soube, como nenhum outro, através de sua vida de ingentes trabalhos, indicar os caminhos certos para fixar os ideais das nações latino-americanas, na construção do progresso comum.

Na prática do relacionamento bilateral, o Brasil e a Venezuela entendem e aplicam os altos ideais forjados no início de nossa vida

independente. Vencemos etapas importantes na criação progressiva da unidade latino-americana e do relacionamento continental.

Defendemos a igualdade soberana dos Estados. A autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a necessidade de solução pacífica de controvérsias, e a luta contra todas as formas de hegemonia, são partes integrantes e identificadoras do comportamento internacional dos nossos dois países.

Na luta pelo desenvolvimento econômico precisamos de estabilidade política, para construir a paz e a prosperidade.

Precisamos de sociedades mais justas. Capazes de dissolver os bolsões de pobreza. De distribuir a riqueza de maneira mais eqüitativa. De manter efetivas e estáveis as formas de participação democrática.

A realização desses objetivos é a essência do ideário latino-americano. Nossa tarefa da hora presente é, portanto, integrar melhor, cooperar mais, descobrir novas fórmulas de aproximação.

Empreendimentos comuns podem ser bem sucedidos, como já está demonstrado. Mas há ainda muito a fazer.

Precisamos amiar contactos no mais alto nível.

Nossa convivência regional deve ser exemplar.

Senhor Presidente:

Porque temos confiança na justeza dos nossos ideais, poderemos superar as atuais equações internacionais de poder.

Porque confiamos na força de nossa ética, devemos ativar e aprimorar as nossas formas de atuação no plano mundial.

Não temos pretensões exageradas, nem lições a dar. Temos, sim, a decisão de participar ativamente num quadro mundial que afeta em profundidade cada um de nós.

Não preciso lembrar o papel histórico da América Latina no diagnóstico do desequilíbrio do sistema econômico internacional e na proposta para a sua reordenação. Chocante, hoje, é só a escassa repercussão desse esforço.

Chocante, da mesma forma, é o neoprotecionismo dos países industrializados. Trata-se de modalidade nova e sutil — mas não menos efetiva — de coibir a presença dos países em desenvolvimento na economia internacional.

Entendo essa situação como desafios novos à nossa imaginação. Queremos compartilhar nossas preocupações com a Venezuela e os outros países latino-americanos. Desejamos aprofundar o exame, nos foros apropriados, de alternativas e de soluções. Sabendo, porém, que uma das principais, entre elas, é a determinação comum dos

países em desenvolvimento de criarem estruturas e processos autônomos de aproximação.

No quadro dos problemas contemporâneos e do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, não devo deixar de referir-me à questão da energia. Seus efeitos são inegavelmente dramáticos, sobretudo para um país das dimensões do Brasil.

A análise serena e equilibrada de suas causas e consequências põe em relevo, entretanto, as numerosas oportunidades de intercâmbio comercial e financeiro, abertas aos países em desenvolvimento.

Diferenças de potencial econômico e tecnológico, ou de recursos naturais, podem e devem ser exploradas em benefício da solidariedade fundamental dos países em desenvolvimento. Sem limites rígidos, ou fórmulas pré-concebidas. Mas como atitude nova, passível de gerar ganhos importantes a todos nós.

No quadro da crise energética, o Brasil optou por soluções novas e permanentes, a partir de fontes renováveis. Nessa área, abrimo-nos, desde logo, à cooperação com os demais países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Considero a política internacional de nossos dias à luz de seus vícios de origem.

A paz mundial assenta em formas precárias de equilíbrio de poder.

Continuamente, criam-se obstáculos à participação dos povos em desenvolvimento no processo decisório de assuntos de seu interesse.

Nesse processo, cristalizam-se mecanismos impeditivos da decisão ampla e aberta, ou se abandonam as considerações éticas fundamentais.

Aquelas mesmas decisões sustentam-se pelo poder, com o fim de manter as suas estruturas. Assim, o ideal de relações entre Estados iguais transforma-se em pobre utopia.

Conseqüentemente, persistem zonas de tensões, em diversos pontos do mundo. A operação dos mecanismos globais de poder tende, por sua vez, a agravar as crises e a entorpecer nossa busca de novos padrões de convivência mais solidária.

As relações entre as nações devem ser amplas e sem preconceitos. Devem basear-se invariavelmente nos princípios da não-intervenção e do respeito mútuo.

Senhor Presidente:

Registro com satisfação especial, por todas essas razões, o esforço de cooperação, cada vez mais abrangente e variado, entre o Brasil e a Venezuela.

Fruto e espelho da decisão renovadora e transformadora de nossos povos, nosso intercâmbio comercial atingiu, no ano passado, o nível mais alto de sua história. Sendo um dos mais expressivos de toda a ALALC, está longe, contudo, de esgotar seu potencial, seja em volume, seja em diversidade.

Nesse contexto, assinalo, com especial agrado, a intensificação das vendas de petróleo venezuelano ao Brasil, invertendo-se, assim, as tendências dos últimos anos.

No campo da ciência e da tecnologia, estamos dispostos à cooperação em amplitude pioneira e modelar entre nações em estágio similar de desenvolvimento. Pois entendo que os países latino-americanos podem encontrar, eles próprios, as soluções de seus problemas.

Nossas relações culturais devem também acompanhar o ritmo acelerado dos demais entendimentos bilaterais, com iniciativas que contribuam para o conhecimento recíproco dos valores humanos e culturais de brasileiros e venezuelanos.

O imenso desafio da Amazônia é outro denominador comum a unir o Brasil, a Venezuela e os demais países participantes do Tratado de Cooperação Amazônica. A dimensão do problema, longe de nos intimidar, estimulou-nos a colaborar com afinco no desenvolvimento regional, com vistas à humanização crescente das áreas amazônicas nacionais.

Na Amazônia, o urgente desafio é criar as tecnologias de produção e de saúde, próprias a conciliar o desenvolvimento e o bem-estar das populações locais com o equilíbrio ecológico da região.

Essa responsabilidade, eu a considero nossa. Dos países Amazônicos. Irrenunciável e indelegável.

A firmeza de nossa determinação, nesse particular, tem sido historicamente proporcional à magnitude das dificuldades. Aí estão os milhares de quilômetros de rodovias, ligando o extremo-sul do Brasil a esta acolhedora Caracas. Para trás, ficaram transpostos os rios caudalosos, a densa floresta, os terrenos difíceis e as altas serranias.

Nesse processo, aprendemos a reunir capitais e a somar o nosso trabalho. E criamos técnicas genuinamente sul-americanas, para vencer os grandes obstáculos do desenvolvimento.

Senhor Presidente:

O Brasil e a Venezuela são países marcados pelo dinamismo. Nossa vontade de participar nos negócios do mundo — como latino-americanos e como individualidade nacionais — requer relações internacionais claras, democráticas e legítimas.

No plano interno, o Brasil vive uma intensa fase de construção. Evoluir politicamente, criar e distribuir riqueza numa quadra especificamente difícil da conjuntura internacional não é fácil tarefa. Exige de nós, brasileiros, sacrifícios enormes, a par de límpida visão para criar soluções eficientes.

Promovemos a democratização política, em completa sintonia com os anseios maiores da nação brasileira. As articulações políticas se renovam. Os canais de informação, acesso e participação estão abertos. A liberdade amplia-se em todas as suas dimensões, no cotidiano. O país ganha riqueza política. E ganha confiança.

As dificuldades desse processo não nos fecham para o mundo exterior. Ao contrário. A política externa de meu Governo está centrada no ideal do universalismo.

Mais do que alternativa formal, o universalismo é filosofia de convivência. Baseia-se no respeito mútuo, na liberdade de encontros, e na busca de benefícios comuns. Em sua prática, está a essência de uma ordem internacional efetivamente justa e democrática.

Senhor Presidente:

Como o Brasil, a Venezuela é um país em permanente renovação. Seu dinamismo reflete a valorização dos melhores ideais latino-americanos.

O Brasil comprehende perfeitamente a força do exemplo venezuelano, em tantas vertentes do convívio nacional e internacional. A aproximação entre nossos países, para a qual temos a honra de contribuir pessoalmente, é imposição da História.

Não podemos faltar ao desafio dos dias de hoje. Vamos cimentar nosso convívio. É o que os nossos povos esperam de nós, neste momento.

Com essas palavras, permita-me, Senhor Presidente e prezado amigo, convidar os presentes a erguerem suas taças pela prosperidade da Venezuela, pela felicidade de seu povo, pela intensificação equilibrada das relações entre nossos dois países e pela saúde de Vossa Excelência, e da Senhora de Herrera Campíns.

Muito obrigado.



7.11.79

CARACAS, VENEZUELA

PALÁCIO MUNICIPAL

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO CONSELHO MUNICIPAL DE CARACAS

Senhoras e Senhores:

É com especial agrado que recebo a distinção de Hóspede de Honra de Caracas, desta heróica cidade de Santiago de León de Los Caracas, uma das mais antigas capitais do Continente.

Na memória de todos nós latino-americanos, Caracas está presente como o cenário do gesto iniciador do longo e audaz processo das nossas independências, e é por todos nós admirada como o berço do libertador Simon Bolívar.

Com igual emoção recebo as chaves desta bela cidade.

Sou-lhe muito grato, Senhora Adela de Calvani, pelas generosas palavras com que me saudou. Particular satisfação encontro também em que os atos com que me honra o ilustre Conselho Municipal do Distrito Federal da Venezuela ocorram neste recinto.

Além da oportunidade de visitar um dos marcos arquitetônicos mais expressivos de Caracas, a vinda a esta Casa trouxe-me bem perto, em evocação, daquele gesto de independência latino-americana a que aludi há pouco. Foi nas imediações deste prédio que, a 19 de abril de 1810, o Cabildo de Caracas, de cujo espírito de luta este ilustre Conselho é herdeiro, fez saber ao mundo que uma nova nacionalidade surgia na América Latina.

Mas Caracas não é só história. A antiga «Cidade dos Telhados Vermelhos» cresceu em harmonia com o passar dos tempos, e hoje é uma das metrópoles mais dinâmicas e modernas das Américas.

A capacidade de estar sempre na primeira linha da época que passa, aberta a todo tipo de idéias, parece-me a principal característica de Caracas. Graças a isso esta cidade tem podido atuar como um crisol de idéias no Continente. Graças também ao espírito generoso e hospitalero de sua população, Caracas tem sabido ser lar e refúgio para estrangeiros de todas as procedências.

Para o Brasil, hoje, Caracas é antes de mais nada o coração e a cabeça trepidante desta Venezuela, à qual nos ligam com vigor a história e a geografia.

Vizinhos sem problemas entre nós — e certamente nunca os temos — a mútua descoberta das nossas grandes cidades é outro dos tantos estímulos ao bom entendimento entre os nossos dois povos. Nenhum brasileiro pode hoje ignorar Caracas como um dos principais centros da política, da economia e da cultura da América do Sul. E só podemos regozijar-nos com isso.

Minha visita a Caracas é prova adicional de como os nossos dois povos vão-se dando conta das vastas possibilidades de cooperação. A acolhida cordial e honrosa que me dispensou este ilustre Conselho Municipal testemunha o trabalho diário de convivência e compreensão de nossos homens de Estado, no sentido de fortalecer e fazer frutificar o descobrimento de tantos pontos de união e entendimento mútuos.

Como brasileiro, e como Hóspede de Honra de Caracas, alegro-me duplamente com esses fatos.

Muito obrigado, Senhora Presidenta.

Muito obrigado, Senhores Conselheiros.

7-11-79

CARACAS, VENEZUELA

CLUBE DA CÂMARA DE COMÉRCIO

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO ALMOÇO DURANTE O «ENCONTRO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.»

Minhas Senhoras, meus Senhores:

É com a satisfação de ver unidos em torno da mesma meta os setores privados dos nossos dois países, que saúdo os participantes deste Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Venezuela.

Desejo agradecer, de início, as palavras cordiais que me dirigiu o Doutor Cyro Añez Fonseca, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria — FEDECAMARAS. Agradeço, também, a exposição feita, a seguir, pelo Doutor Roberto Salas Capriles, Presidente do Conselho Nacional de Indústrias.

Para mim, este Encontro simboliza o dinamismo das relações econômicas e comerciais entre nossos países.

Atualmente, na área da ALALC, o Brasil ocupa o primeiro lugar no intercâmbio comercial da Venezuela.

O valor global do nosso comércio, nos dois sentidos, já se aproxima da cifra de 500 milhões de dólares anuais. Mas o ritmo acelerado das duas economias, e sua evidente complementaridade, comprovam quão longe estamos de haver esgotado as possibilidades de crescimento.

O intercâmbio de manufaturados adquire dimensões modernas, como é o caso dos produtos complementares das duas indústrias siderúrgicas.

No comércio de petróleo, invertemos a tendência declinante. Dos 50 mil barris diários, fixados em contratos recentes, esperamos atingir, em futuro próximo, a meta de 100 mil barris. Para esse fim, está assegurada a cooperação entre as empresas petrolíferas estatais dos dois países.

Outro capítulo significativo do nosso relacionamento econômico é a associação de capitais e tecnologia brasileiros e venezuelanos na construção de uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, em território venezuelano. Essa realização demonstra a viabilidade de pôr a serviço do desenvolvimento consórcios genuinamente latino-americanos, dotados de tecnologia adequada, em particular, às nossas peculiaridades.

Mercece referência, também, a inauguração de agências do Banco do Brasil em Caracas e do Banco Unión em São Paulo. Como esperávamos, já se notam os efeitos salutares da ligação bancária entre as praças brasileiras e venezuelanas, sem intermediação de terceiros.

Senhores Empresários,

O impulso para a cooperação está dado. As obras do trabalho comum são visíveis, e importantes. Mas, ainda temos muito terreno a percorrer juntos.

O caminho da cooperação é um esforço de vontade, e uma opção. Devemos escolher essa trilha e mobilizar recursos para a cooperação. Nisto, o papel dos governantes, representantes da vocação histórica de nossos povos, é exatamente o de criar as bases e as facilidades da convivência.

A dimensão política e diplomática lastreada em diálogo constante, aberto, franco, é a vanguarda para outros encontros, no âmbito da empresa privada, na ciência, na tecnologia e na cultura.

Vivemos uma realidade continental extraordinariamente mutável. Plena de oportunidades. Na década que se inicia, o tema maior será sem dúvida o da integração. Registro, com felicidade, que o Brasil e a Venezuela estão dispostos ao trabalho em comum, nessa área.

Não devemos propor-nos obra medíocre. Devemos combinar, como Bolívar, sonho e realismo. Empresa difícil, mas não impossível, em face da nossa maturidade para bem definir o que pretendemos.

Desejo dar aqui ênfase especial à aproximação do Brasil com os países do Grupo Andino. Esse acercamento já estava presente na mensagem com que me associei às celebrações do 10º aniversário do Acordo de Cartagena.

Ganhou impulso adicional, agora, com o mandato dos representantes andinos, reunidos no Panamá, e com a Ata de Brasília, que assinei em 16 de outubro com o Presidente Morales Bermudez, do Peru, quando de sua visita oficial a meu País.

As próximas importantes etapas nesse desenvolvimento de colaboração e entendimento serão, de um lado, a abertura do diá-

logo sistemático e certamente fecundo entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Conselho de Ministros das Relações Exteriores do Sistema de Integração Andina, que está sendo criado.

De outro lado, esperamos com vivo interesse a visita ao Brasil, ainda em novembro corrente, dos membros da Junta do Acordo de Cartagena, para exame das formas possíveis de coordenação brasileiro-andina.

Um segundo dado importante é o da inter-relação das formas de integração. Os quadros bilaterais devem enriquecer e fertilizar os mecanismos multilaterais; e vice-versa. As formas sub-regionais de integração devem ser respeitadas em sua dinâmica, para poderem alimentar os quadros mais amplos. O diálogo político deve ter presentes suas potencialidades econômicas. Da mesma forma, a descoberta de oportunidades de cooperação econômica deve propiciar, ainda mais, o diálogo político.

É preciso que os empresários dialoguem com constância. E saibam acertar, com equilíbrio, os mecanismos de cooperação para dinamizar nossas economias.

É preciso que a comunidade científica se encontre para um rico intercâmbio de experiências. As soluções próprias da América Latina, em ciência e tecnologia, são até por definição muito mais adequadas ao desenvolvimento dos nossos países.

Será mais ágil e mais real a integração sustentada por um conhecimento das diversidades culturais e da unidade de problemas.

É preciso, portanto, que os intelectuais — historiadores, sociólogos, literatos, economistas — debatam mais ampla e profundamente nossa história comum e os dilemas e desafios do nosso futuro.

E se pouco tivermos feito até hoje, nesses campos, não estou desestimulado para o esforço. Estes dias de Venezuela já me deram a certeza de que o diálogo é a base genuína para que tenhamos êxito.

Senhores Empresários,

Reitero o meu compromisso de, à frente do governo do Brasil, buscar a unidade latino-americana, respeitando as individualidades nacionais, que tanto e tão bem caracterizam nossos países. A diplomacia brasileira está no rumo dessa unidade.

Contudo, é a ação empresarial o instrumento indispensável à consecução desse objetivo. Conclamo-os a manter o espírito construtivo, alma deste Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento.

A contribuição decidida do empresariado ao fortalecimento dos vínculos entre o Brasil e a Venezuela é penhor do nosso sucesso na

procura, por todos os meios a nosso alcance, da felicidade de nossas populações.

Com estas palavras, desejo-lhes todo o êxito nas deliberações do Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Venezuela.

Muito obrigado.

7.11.79

CARACAS, VENEZUELA
SALÃO VUELVAN CARAS DO CÍRCULO DAS
FORÇAS ARMADAS
DISSCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-
DO NO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DA VENEZUELA, SENHOR
HERRERA CAMPÍNS

Excelentíssimo Senhor Presidente Herrera Campíns:

Minhas primeiras palavras, nesta noite de amizade e entendimento, são para expressar a alegria com que minha mulher, eu próprio, e os membros de minha comitiva, recebemos Vossa Excelênciá, Senhor Presidente, a Senhora de Herrera Campíns e tantos e tão eminentes representantes outros da gente venezuelana.

Visitar esta acolhedora cidade de Caracas foi motivo de alta honra para todos nós. Deu-me oportunidade para conviver com este admirável povo da Venezuela, ao qual o Brasil está unido por laços da mais fraterna amizade.

Conhecer pessoalmente Vossa Excelênciá e a Senhora de Herrera Campíns foi outra razão de especial contentamento para minha mulher e para mim.

Já sabíamos de seus dotes de estadista e da direção firme e lúcida que Vossa Excelênciá imprime aos caminhos venezuelanos de prosperidade e desenvolvimento, em todas as suas dimensões. Tínhamos notícia de sua vocação enraizadamente latino-americana, e de sua disposição de impulsionar um processo de aproximação crescente com o Brasil.

Na melhor tradição venezuelana, senti aqui, vivos e fortes, os ideais bolivarianos, inspiração permanente das grandes realizações latino-americanas.

As relações entre o Brasil e a Venezuela já atingiram um alto nível de maturidade. Em nossos encontros, ficou claro o enorme potencial de cooperação ainda aberto.

Alguns dos documentos hoje assinados dão mostra evidente da nossa facilidade em converter os mandamentos da unidade latino-

americana em atos concretos de cooperação, em benefício de nossos povos. A aproximação entre brasileiros e venezuelanos é profunda e real. Será definitiva na medida em que beneficie a cada um de nossos povos.

Não quero, porém, que a minha viagem venha a caracterizar-se somente pelo já feito. Em meus encontros com Vossa Excelência estivemos permanentemente voltados para o futuro. Fizemos a semeadura. Melhores e maiores frutos haverão de ser colhidos.

A importância do que alcançarmos, brasileiros e venezuelanos, no plano bilateral, não deve diminuir o escopo de nossas preocupações regionais. Acredito firmemente que as modalidades de cooperação bilateral ganham mais sentido quando fiéis ao espírito de integração e de unidade latino-americanas.

Nesse contexto, a Venezuela e o Brasil coincidem em muitíssimos pontos. Ambos os países, por exemplo, consideram a criação de mecanismos eficientes e equilibrados para a integração como o ponto focal da agenda política latino-americana da próxima década.

Devemos ser inovadores. Devemos criar. Essas são obrigações essenciais à diplomacia latino-americana. Não escaparemos de nossos quadros limitados, se não tivermos capacidade de basear nossos destinos em doutrina própria.

O Brasil e a Venezuela coincidem também em muitas questões internacionais. Estou certo de que essas coincidências não nascem por acaso, mas de uma profunda identidade de ideais e visões do mundo.

A Venezuela e o Brasil são países dispostos a desenvolver-se.

Têm compromisso com o futuro. Não alimentam falsas idéias de hegemonia ou dominação.

Trabalhamos para criar condições dignas de vida e de participação para os nossos povos. E, no plano internacional, pelo estabelecimento de bases eficazes e duradouras de paz, e de estruturas económicas justas e equitativas.

Senhor Presidente:

Como mais uma demonstração do espírito que anima minha visita ao seu país e como prova adicional do reconhecimento de seus dotes pessoais e de estadista, e do muito que já fez em prol do desenvolvimento de nossas nações, permita-me Vossa Excelência impor-lhe, neste momento, as insígnias do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que lhe outorga o Governo da República Federativa do Brasil.

Permita-me, agora, Senhor Presidente, elevar minha taça e brindar à prosperidade do povo venezuelano, à paz, à harmonia, ao

desenvolvimento das nações irmãs da América Latina, à intensificação e ampliação das relações entre a Venezuela e o Brasil e à felicidade pessoal e saúde de Vossa Excelência e da Senhora de Herrera Campíns.

Muito obrigado.

15-11-79

RIO DE JANEIRO, RJ

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CIVISMO, NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Minhas senhoras, meus senhores:

Com satisfação e desvanecimento recebo o título de presidente honorário deste Instituto. Como tantos brasileiros muito mais ilustres já o fizeram — «prometo promover, quanto em mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro».

Conforme desejavam seus fundadores, há mais de 140 anos, esta venerável instituição é a casa por excelência onde se cultivam os valores imperecíveis da Pátria. Aqui, por princípio, a história dos homens se entrelaça com a da terra, base física da vida humana. Em seus arquivos, em seus livros e documentos, guarda-se a memória dos fastos e dos lugares.

A inspiração de juntar história e geografia ficou bem explicitada nas palavras dos fundadores. Cunha Mattos e o cônego Cunha Barbosa julgavam-nas de «absoluta e indispensável necessidade», para «o conhecimento de todos os brasileiros».

Com sua límpida vocação de estudioso, antes que de político — D. Pedro II aqui esteve mais de quinhentas vezes. E não deixou jamais de merecer as «homenagens especialíssimas» e o «imperecível reconhecimento» desta instituição ao seu «inesquecível protetor».

Bem hajam, pois, Vossa Excelência, senhor presidente Pedro Calmon, e seus mais que ilustres companheiros de silogeu. Não é tarefa para pequenos espíritos fazer jus ao «padrão de glória à civilização de nossa Pátria», conforme as palavras do Imperador.

Bem hajam em sua nobre tarefa de conservar e manter a serviço do homem o testemunho da História e da Geografia. Em especial, por nos encontrarmos em plena época da história instantânea, a entrar-nos casa a dentro, a plena cor, em horário determinado.

Hoje somos todos «testemunhas oculares» dos fatos do dia. Através da dramatização e da reconstituição, somos também espectadores ou participantes dos episódios históricos.

Nessa questão, os veículos de comunicação social — o cinema, o teatro, o livro, a revista, a história em quadrinhos, o rádio, a televisão — têm uma indeclinável responsabilidade.

A natureza mesma dos meios de comunicação impõe condensar, sintetizar, reduzir os fatos e dados à linguagem mais simples e dramática. Os princípios e sentimentos representam-se através de símbolos e situações ao nível da experiência pessoal das multidões, em pequenas frações de tempo.

Não surpreende, portanto, nesse contexto, a história muitas vezes dar lugar à propaganda maciça e massificadora. Ou a realidade perder vez para a versão. A verdade, para a deturpação dela. Ou, ainda, vermos o amesquinhamento, pelas simplificações necessárias ou intencionais das intenções e propósitos.

Ora, as atividades humanas são complexas por natureza. Processam-se em meio a contradições próprias de todo organismo vivo não arregimentado, não comandado em suas ações e em seu pensamento. Por isso, o trabalho paciente de ordenar e sistematizar a história e a geografia e livrá-las da deturpação é inseparável do bem geral da sociedade.

Cultivar a história, no meu entender, é o primeiro requisito para amar e respeitar a Pátria.

Colocar sua vida a serviço da Pátria, galardão e aspiração suprema do homem.

Por ela dar a vida, como o fizeram tantos que por aqui passaram, ou aqui são lembrados todos os dias — não é morrer. É, antes, sair da vida pela porta larga da imortalidade.

Ora, nos dias que correm, poucos consideram as datas dedicadas a nossa História como dias de recordar e reviver. Para tantos brasileiros, dias como o de hoje são apenas para o lazer e o descanso.

Nós, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, temos uma tarefa clara, imposta pelo reconhecimento da realidade. Essa tarefa é reviver a História. Incentivar o patriotismo. Divulgar e reverenciar a memória dos nossos homens. Celebrar os feitos das nossas armas e as conquistas da paz e da harmonia entre as nações. Temos de dizer aos brasileiros quanto é nobre e digno ser patriota, amar e respeitar os símbolos nacionais.

Nesse contexto, adquire alto valor simbólico o protocolo há pouco assinado, para o desenvolvimento do Programa Nacional de Educação para a Cidadania.

Tão simples quanto a coincidência de vir receber o título de Presidente honorário do nosso Instituto, ao completar 90 anos com a mais profunda mudança política experimentada pelo Brasil.

Cogitação antiga, a idéia da República precede a Independência. Desde a guerra dos Mascates, no início do século XVIII, à Confederação do Equador, aos Farrapos, à Sabinada, no fim da Regência, quase uma dezena de movimentos e revoluções pretendiam implantar uma república na América portuguesa e no jovem Império.

O processo político, entretanto, em sua fase decisiva, durou de 1870 a 1889. Do manifesto republicano, contemporâneo à fundação do primeiro clube, do jornal e do partido republicanos, à memorável Convenção de Itu, três anos depois, até a Abolição, a idéia cresceu, fortaleceu-se e frutificou, sob a chefia de Deodoro da Fonseca, em apenas 19 anos.

Benjamin Constant, Prudente, Quintino, Patrocínio, Rui, Rodrigues Alves, Antônio Olinto, Campos Salles, Júlio de Castilhos e seus companheiros puderam realizar seu sonho de uma república no Brasil em tão pouco tempo — mesmo com as difíceis comunicações da época — porque sua pregação correspondia a aspirações profundamente sentidas pelo povo brasileiro.

Talvez a República não fosse tão desejada, então, pelos que, hoje como ontem, preferem a manutenção do *status quo*.

Pelos que apenas dão apoio verbal à transformação da sociedade brasileira. Preferem falar, em vez de procurar fazer sua parte para minorar injustiças e privilégios ainda existentes.

Menos desejada, ainda, por aqueles que, ao contrário, tudo querem mudar, destruir, amoldar a feições alienígenas e alienadas. A modelos que repudiamos. A ideologias que atentam contra a liberdade mais fundamental do homem, de pensar e decidir. Apoiar ou divergir. Aplaudir ou condenar.

Creio não exagerar, portanto, ao dizer: estamos, atualmente, em pleno processo de realização dos ideais e dos sonhos dos fundadores da República.

Em primeiro lugar, nunca, como nos dias de hoje, foi tão importante a participação de todo o povo no esforço nacional de aperfeiçoar as instituições políticas; amparar e apoiar a cultura; aproveitar e desenvolver os recursos econômicos; assumir as nossas responsabilidades quanto à educação, à saúde, à criação de oportunidades de emprego e trabalho, à assistência social, enfim, ao apoio ao homem, como objetivo supremo do desenvolvimento.

Nesta fase da história nacional, convencionalmente denominada de abertura política, mais que em qualquer outra,

conclamo os brasileiros à participação consciente e firme nos caminhos apontados pelos fundadores da República.

A República dos meus sonhos é a da conciliação

Do progresso com liberdade.

Da liberdade com responsabilidade fixada na Lei.

Da paz com justiça social.

Da ordem dentro da democracia.

Da legitimidade da representação política. Sem maculação do voto pelo abuso do poder econômico ou político.

Da supremacia da Lei sobre a vontade dos homens.

Do respeito aos princípios federativos herdados dos fundadores, ainda hoje guardiões dos Estados-membros e da autonomia real da Federação.

A República dos meus sonhos é aquela em que a contribuição de pobres e ricos, para o bem comum, seja proporcional às possibilidades de cada um.

A República dos meus sonhos é a que estou procurando realizar: democrática, justa, federativa, aberta, generosa, representativa das excelências da gente e da terra brasileira.

A República dos meus sonhos não se compadece com os corações empedernidos. Nem com os cérebros fechados. Antes requer que todos usem a liberdade de dizer a verdade.

A República dos meus sonhos haverá de inspirar-se na ética do cristianismo — que tão claramente identifica nossos traços nacionais.

Terá um Legislativo atuante em toda a amplitude constitucional.

E um Judiciário bravo e independente na aplicação das leis. Respeitado pela autoridade provinda da isenção e da capacidade quase sobre-humana dos nossos juízes de se colocarem acima das queixas e dos litígios.

Por isso mesmo, a República dos meus sonhos será forte, justa e firme. Saberá combinar a justiça com a compaixão. A ponderação com a ação pronta e necessária a garantir o prevalecimento da Lei — como forma de assegurar o Direito.

A República dos meus sonhos haverá de forrar-se de civismo e firmar-se no patriotismo dos brasileiros.

Meus senhores:

A geografia, como bem disse o primeiro secretário perpétuo desta casa, «é a luz da história». Os estudiosos dessas duas ciências tiveram papel imortal na formação da nossa nacionalidade.

E, se muito nos orgulhamos do que fizeram, devemos recordar: esta missão é permanente.

Datas como a de hoje devem levar-nos a rememorar com satisfação e reverência os feitos dos nossos maiores. Devem inspirar-nos a construir com nosso esforço comum um futuro que os envaideceria.

O saber desta Casa pode ajudar-nos a colocar o nosso ilustre passado a serviço de um futuro digno de todos os brasileiros.

É a nossa missão.

Por isso, humildemente, além e acima de Presidente honorário desta nobre instituição, peço que me considerem mais um companheiro de trabalho.

Muito obrigado.

23.11.79

FORTALEZA, CE

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO DURANTE SUA VISITA AO
CEARÁ

Cada vez que venho ao Nordeste, mais tenho confirmadas as idéias que sempre defendi a respeito de uma maneira de acelerar o desenvolvimento desta parte de nossa Pátria. E a cada vez que aqui venho, noto que, apesar dos parcisos recursos de que a União Federal dispõe para enfrentar tão graves problemas, vejo que os nossos homens públicos têm, de fato, sabido empregar aquelas pequenas parcelas, o que a crise econômica possibilita colocar à disposição dos governantes.

Ao assumir o governo, eu tinha a certeza que a crise energética ia limitar as nossas possibilidades, quanto ao ritmo para implantar o nosso desenvolvimento econômico. Não duvidava. Não duvidava que em prazo oportuno iríamos chegar à situação que hoje estamos, em que praticamente, nós brasileiros, trabalhamos a fundo para pagar com as nossas exportações o que pagamos pelo petróleo importado e o que pagamos pela nossa dívida externa.

E ainda assim, estamos em déficit. Apenas estas duas parcelas levam todo aquele esforço que o governo tem feito para aumentar nossa produtividade, para acertar mercados internacionais e possibilitar a colocação dos nossos produtos e transformá-los em dólares. Eu sei que aquilo que o meu governo acaba de fazer, hoje, em Fortaleza, ainda é muito pouco em relação ao quadro que tenho na cabeça para o Nordeste. Sei bem que é possível e isso depende de nós.

Nossa situação econômica, em face do problema energético, não terá solução satisfatória em curto ou a médio prazos. Mas eu tenho a certeza de que meios não faltarão para que eu e os meus companheiros de trabalho possamos tirar desta terra — e dela é que vamos tirar — aquilo que for necessário para ir complementando, aos poucos, o que hoje iniciamos aqui no Ceará.

Eu sei que é um trabalho ingente, um trabalho às vezes descorçoante, um trabalho em que as frustrações vêm quase hora a hora, mas eu tenho fé nos meus companheiros de trabalho e tenho fé

na minha força de vontade, de que nós haveremos de encontrar as soluções para colocar, aqui no Nordeste, o mínimo de que necessita para poder se desenvolver. Eu devo ser realista com os senhores. Não posso fazer promessas vãs. Amanhã, a OPEP se reúne e, em cinco minutos, decide aumentar o preço do petróleo em mais cinco dólares.

Isso, dito assim, pode não parecer tanto, mas significa, apenas, um aumento de um bilhão e meio de dólares em despesas, que equivale a cerca de 45 bilhões de cruzeiros a preços atuais que, postos aqui no Nordeste, viriam, de fato, melhorar e acelerar o desenvolvimento, pelo menos nos problemas principais.

E o que dizer das necessidades que temos de enfrentar em matéria de energia hidrelétrica? Em matéria de pesquisas, em matéria de transportes, em matéria de planos siderúrgicos, em matéria de agricultura, para não dizer do problema mais grave que enfrentamos, que são os problemas sociais? Tudo isso, somado, leva às vezes a um quadro desestimulante, para quem se determinou a levar avante, a não deixar diminuir aquele entusiasmo que os anos de 70 e 71 trouxeram.

Mas eu quero crer que, se não abandonarmos as nossas determinações, se tivermos bem presentes, cada um de nós, que o bem coletivo está acima dos bens regionais e dos bens pessoais, se tivermos as bênçãos de Deus para que a nossa inteligência saiba bem determinar quais as prioridades para o interesse nacional, se soubermos receber com humildade aqueles fracassos — e alguns nós vamos ter —, eu tenho a certeza, não tenho dúvida, de que ainda faremos deste País uma grande Pátria.

E é tendo em vista este objetivo, tendo em vista as dificuldades econômicas que enfrentamos e que não podemos resolver porque elas são importadas, é que eu lancei o apelo, desde o início da minha campanha, para que nós todos, brasileiros, esqueçamos aquelas possíveis desavenças ou, até mesmo, as deixemos de lado, para que todos juntos, de mãos dadas, possamos dar a este País a tranquilidade política de que necessita, para podermos todos trabalhar apenas para o bem do povo. E se isso conseguirmos, poderemos estar certos de que as bênçãos de Deus descerão sobre a nossa terra.

Mas isso só com a pacificação política, só com o entendimento político, só chamando aqueles homens responsáveis que se nos opõem como eu já chamei diversas vezes para que sentassem à minha mesa e comigo discutissem esses problemas. E até hoje eu tive a tristeza de não vê-los sentados à minha volta. Mas se conseguirmos isso, eu tenho a certeza de que Deus dará as bênçãos a esta terra que tanto amamos. Muito obrigado.

24.11.79

SÃO PAULO, SP

SEDE DO JÓQUEI CLUBE BRASILEIRO

PALAVRAS DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-

DO PROFERIDAS NO ALMOÇO DA TURMA DE

1937

Meu ilustre Professor, General Airton Lobo.

Meus Caros Professores e Instrutores da Escola Militar do Realengo.

Meus Companheiros da Turma de 1937.

Eu deveria iniciar e forçoso é que o faça agradecendo a generosidade da acolhida do Dr. Francisco Eduardo de Paula Machado, que, pela segunda vez, permite que nos reunamos aqui na sua casa.

Deveria prosseguir, e também assim o faço, agradecendo às palavras generosas que acabo de ouvir, do nosso Ilustre e querido Professor de Direito do 1º Ano da Escola Militar.

Palavras por demais generosas. Mas que dizem bem que continua sendo aquele mesmo capitão que procurava nos ensinar os elementos do Direito.

Aquele mesmo capitão que nos falava em Democracia: e procurava colocar na cabeça dos cadetes do 1º ano aquelas noções de Democracia, numa época em que de um lado estava o oposto da Democracia, o fascismo: do outro lado, o outro oposto da Democracia que era o comunismo.

E nós no centro, orientados apenas pelas palavras do Capitão Airton e orientados também pela casa paterna.

Felizes de nós todos, que tivemos nos bancos escolares (e aqueles que foram meus companheiros no Colégio Militar sabem muito bem que foram as primeiras) as primeiríssimas lições que recebemos do que poderia ser um governo democrático para nossa Pátria.

Noções primeiras que trazíamos da nossa casa paterna, consolidadas quando ainda éramos ginasianos, por aqueles mestres que encontramos no Colégio Militar.

Noções várias, apenas entramos na Escola Militar, consolidadas em noções de camaradagem, de abnegação, de sacrifício e de idealismo. Mas noções muito vagas. Apenas iniciadas, do que poderia ser de fato uma democracia para nosso País. E foi lá, no velho Realmente, então capitaneados por Airton Lobo e pelos nossos Mestres e Instrutores, que conseguimos, aspirantes, ter bem firmes aquelas noções que há 42 anos nós todos juntos viemos defendendo.

Não foram poucas as lições que recebemos no Realengo. Seria egoísmo dizer, de nossa parte, que a nossa Turma é uma Turma diferente das outras. É porque nós vivemos, vivemos muito a nossa Turma.

Mas a impressão que me dá: a impressão que me deu a Escola Militar, nas vezes que por lá passei — como Cadete, como Tenente Instrutor, como Capitão Comandante de Esquadrão e como Professor — é que a Escola Militar de fato tem conseguido dar ao Exército Brasileiro uma plêiade de oficiais essencialmente com cunho democrático.

Significa, também, tal como nos ensinaram os nossos mestres nas nossas Escolas de Aperfeiçoamento e de formação e estado maior, que muitas vezes para atingir esse objeto é preciso enfrentar obstáculos sérios e atacá-los de frente, como já fizemos várias vezes.

E por outras vezes, também, aquela velha noção de cavalaria de não entestar as resistências mais fortes. Contornar para atingir o máximo e mais diretamente pelo caminho mais longo, pelo caminho mais fácil, e atingir o ideal democrático.

São essas as noções que por vezes podem levar aqueles de espírito desprevenido a dizer que o nosso exército não tem formação democrática. Mas não é uma ação momentânea que pode significar a nossa determinação, ou a finalidade de nossa determinação.

Eu não tenho dúvidas — absolutamente não tenho dúvidas de que, se for necessário, tal como nossos pais às vezes faziam para nos educar, seguir aqueles caminhos normais, eu não tenho dúvida de que a Turma 87 o fará.

Quando, por várias vezes, eu afirmei que era minha determinação, como Presidente da República, levar este País a uma democracia, muitos que se opunham a meu nome batiam palmas, porque imaginavam que era aquela democracia. Essa democracia que surge nas ruas, na boca da juventude, impulsionada por forças que vêm de fora.

Aquela democracia que, absolutamente, nós não aprendemos.

Já tive a oportunidade de dizer, no interior de São Paulo, que a democracia a que eu me referia, e a que me refiro ainda, é aquela democracia que aprendi em casa, aquela democracia que aprendi com meus pais, aquela democracia que se consolidou com as lições que recebi no Exército e no Realengo. Aquela democracia que é fazer justiça com a coletividade, aquela democracia que antes de pensar nos interesses de grupo, pensa nos interesses do Brasil. Aquela democracia que me ensinou minha mãe, que não aceita materialismo e que acredita em Deus.

Convidei e concitei. Fiz apelos aos homens de oposição que parassesem um pouco para pensar, que se juntassem a nós para, juntos, estudarmos as dificuldades que a nossa Pátria tem por adiante, nos planos externo e interno, e esquecermos as nossas querelas momentâneas. Para pensar primeiro no Brasil.

Repeliram as minhas mãos estendidas. Não aceitaram, porque talvez se sentissem envergonhados de sentar comigo a uma mesa para que deles eu pudesse receber uma contribuição.

Eu hei de caminhar com aqueles que me compreendem, e hei de conseguir esse objetivo a despeito de quaisquer obstáculos.

Tenho a certeza de que sempre que eu precisar — a meu lado, a minha mesa, me aconselhando, me motivando estarão os meus mestres e meus companheiros da Turma de 1937.

Muito obrigado.

30-11-79

SANTA CATARINA, SC

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DE VISITA À UNIDADE PRODUTORA DE BIOGÁS DA ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA E ASSINATURA DE VÁRIOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Desejo iniciar as minhas palavras mais uma vez agradecendo a generosidade do povo de Santa Catarina, que me acolheu de maneira tão carinhosa e que muito me emocionou.

Não foi surpresa para mim, a maneira com que o povo de Florianópolis me recebeu, porque, já durante a campanha eleitoral, eu tivera ocasião de constatar a hospitalidade e o carinho da gente catarinense. Ao agradecer esta generosidade, eu quero estendê-la ao nosso Governador Bornhausen, pela maneira cativante e carinhosa com que recebeu o seu Presidente.

Eu diria, também, que o incidente, há poucos instantes havido, no centro da cidade, não empana, absolutamente, a minha convicção de que não era a voz do povo desta terra que estava lá falando.

O direito aos que divergem, aos que combatem, aos que fazem oposição, eu sempre reconheci e continuo a reconhecer. Ninguém pode apontar em mim, durante toda a minha vida, um gesto sequer, que não seja para defender a palavra daqueles de quem discordo. E durante as minhas falas em público, ou reservadas, com os meus auxiliares de ministérios, sempre tenho dito e repetido que esse é o preço que temos de pagar pela redemocratização do País.

No entanto, uma coisa é divergir, é protestar, é se opor, é não concordar, mas coisa bem diferente é passar a ofensas pessoais. A ofensa pessoal, que por mais alto que seja o meu cargo, eu não admitirei, esteja onde estiver. Não admitirei que os meus brios e a minha honra sejam ofendidos naquilo que tenho de mais caro. A dignidade do meu cargo, dirão amanhã aqueles que fazem oposição sistemática, não comportaria uma atitude como aquela que eu adotei. E eu respondo que não há cargo por mais alto e mais digno que me faça perder a minha dignidade.

Durante a campanha, na fase preparatória, muito antes de assumir a Presidência, eu tive ocasião de afirmar, diversas vezes, que eu não ia mudar, que jamais mudaria. Cheguei mesmo a afirmar

que se quisessem um Presidente capaz de mudar, face às circunstâncias, que fossem buscar outro candidato, porque eu não serviria.

Continuo afirmando que não vou mudar. Vou continuar a ser o que sempre fui, a despeito de todas as campanhas que fizerem contra mim. Gostaria de aqui repetir aqueles versos, que já uma vez tive ocasião de citar, na cidade de Caxias do Sul, quando também fui ofendido, durante a campanha.

Aquelas palavras com que o personagem Cirano de Bergerac respondeu a um fidalgo que dizia que ele não tinha elegância no falar e no vestir. Modéstia à parte, eu diria, também, que eu não sou elegante, às vezes, no falar e no vestir, mas, tal como ele, somente no moral se vê minha elegância.

«Enfeitar-me não sei, nem dou para casquinho. Julgo estar muito bem não sendo peralvílho. O que não faço nunca é fraco ou por incúria, sair sem lavar bem a recebida injúria. Trazer o pundonor ébrio de sono e vinho, ter os brios de luto e a honra em desalinho. Ando sem nada ter que pela cor agrade, emplumado de orgulho, garbo e liberdade. Se não trago a cintura esbelta num corpete, a vergonha ajustou minh'alma num colete. São meus feitos e ações as tintas que apresento, qual bigode gentil, retorço o meu talento. E faço, por onde vou, tornando-as bem sonoras, as verdades vibrar, como o tlin-tlin de esporas».

O apoio que o meu governo trouxe, hoje, ao Estado de Santa Catarina, é o apoio que a situação econômica atual do país comporta, mas que reconheço que é pouco, muito pouco, para as minhas intenções e, como disse aqui, durante a campanha, para o que Santa Catarina merece a fim de ter um lugar de destaque na federação nacional. Mas se os atos a que hoje assisti são os atos compatíveis com os recursos de que no momento a União dispõe, isso não significa que não envidarei esforços junto aos meus Ministros, para aquelas reivindicações justas do povo desta terra e que venham beneficiar o conjunto do País. Elas hão de ser, dentro do menor prazo possível, iniciadas pelo meu governo.

Assim é no que diz respeito ao aproveitamento energético do carvão de Santa Catarina, cujos estudos bem adiantados, e já em fase de conclusão, me levam a dizer que o governo está de acordo em que se empenhem esforços nesse sentido e que tudo fará para a sua consecução.

E no que diz respeito à SIDERSUL — emancipação, reivindicação maior do povo desta terra e em relação a qual o meu governo mantém o apoio ao protocolo firmado, em março de 1979, pelo governo do presidente Geisel.

E afirmo aos catarinenses que a primeira siderurgia a ser instalada no País, com a cobertura da SIDERBRÁS, será em Santa Ca-

tarina. Direi mais aos senhores, inclusive com a solução já adotada pelo governo de Santa Catarina, que o meu governo entende que o controle dessa siderurgia será de iniciativa privada.

A partir de 1982, eu espero poder investir os recursos necessários, para que em fins de 84, 85, esse sonho dos catarinenses, que também é o sonho do Brasil, possa estar em plena execução.

E finalmente, uma palavra: o tema político da atualidade é a reformulação partidária, que achei por bem permitir, porque, desde a campanha eleitoral, eu me batia pelo pluripartidarismo e não via porque não ficar nesta opção contrária ou de apoio ao Governo.

Reconheço que o partido que deve apoiar a política a ser adotada, a partir de 1980, deva ser um partido forte, a fim de que, no Congresso, o Governo tenha forças e palavras convincentes, para que as decisões não sejam desviadas de rumos que não sirvam da melhor maneira ao País. Daí o meu apelo.

Que venham todos aqueles que queiram cooperar, mesmo aqueles que, no passado, de nós tenham divergido.

Vou mais além; aceito, inclusive, colocar certos pontos de divergência de lado e ceder em alguns, tendo em vista apenas o benefício comum que é o progresso da nossa Pátria e a total implantação da democracia nesta terra.

Muito obrigado.

22.11.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
ORAÇÃO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
DO DIA NACIONAL DE AÇÃO DE GRAÇAS

DIA NACIONAL DE AÇÃO DE GRAÇAS

Graças vos sejam dadas, Senhor, hoje e todos os dias, pelas muitas bênçãos que derramastes sobre vossos filhos brasileiros.

Graças, em primeiro lugar, pela magnífica unidade na fé, no espírito, no amor e na solidariedade, que fizeram da vossa terra de Santa Cruz uma só Nação.

Pelas belezas com que ornastes nosso chão. Pelos animais que povoam nossas florestas e nossos rios. Pelas flores perfumadas dos vales. E pela árvore solitária na montanha.

Pelos pássaros que cantam vossa glória, na hora de nascer nosso irmão, o sol. E por sua luz e calor, lembrança da vossa majestade.

Pela graça de tantos irmãos, vindos de terra distante. Para entre nós encontrar vida nova. Novo lar. Novas aspirações. Vossas inspirações.

Graças pelas riquezas semeadas de vossa mão bendita.

Mas, graças também pelas provações. Por elas, enrijecemos o caráter. Com elas, aprendemos a sofrer. Sem elas, não mereceríamos as manifestações — e são tantas — da vossa bondade.

Conservai-nos, pois, Senhor, no vosso amor. Mantendo-nos sob a guarda de vossos anjos e santos. A fim de que, chegada nossa hora, possamos contemplar vossa face.

E dizer em coro, com os irmãos de antes de nós: «Santo, santo, santo, é o Senhor do Universo. Hosana nas alturas». Amém.

João Figueiredo

22 de novembro de 1979.

4-12-79
BRASÍLIA, DF
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
DISCURSO DO PRESIDENTE JOSÉ FIGUEIRE-
DO NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO I
SEMINÁRIO NACIONAL DO SISTEMA DE CO-
MUNICAÇÃO SOCIAL DO PODER EXECUTIVO

Agradeço a presença de tantos técnicos de comunicação social do Governo Federal e dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

No meu entendimento, comunicação social deve ser um instrumento de abertura política. O Governo tem o dever de prestar contas de seus atos. O povo tem o direito de saber.

Mas o Governo precisa conhecer, também, o pensamento do povo. Por isso, comunicação social deve funcionar como uma via de mão dupla.

Além de tudo o que está sendo tratado aqui, desejo chamar a atenção dos participantes para um ponto que considero fundamental: a coordenação.

Coordenação significa uma certa dose de renúncia, especialmente às vaidades próprias, particulares, mas em benefício do grupo maior, no qual nos integramos. E comunicação social, no governo, significa abdicar das oportunidades de aparecer, em benefício da unidade de pensamento do Governo.

O mais grave, na falta de coordenação, quando cada um fala o que quer ou pensa, é a opinião pública ficar desorientada, em prejuízo da paz social, da ordem pública, do bom convívio entre os brasileiros.

Tenho, por isso, como recomendação de extrema seriedade a todos os funcionários do Governo Federal, dos mais humildes aos graduados, que articulem, sempre, seus pronunciamentos. Verifiquem comigo, ou com meus assessores diretos, todos os assun-

tos potencialmente polêmicos, ou capazes de causar emoções sociais importantes. Muito especialmente, os assuntos ainda em estudo, ou não resolvidos em definitivo.

Só assim poderemos corresponder à esperança dos brasileiros em dias melhores. Dias que estamos comprometidos a proporcionar a nossos compatriotas.

Muito obrigado.

6.12.79

SÃO PAULO, SP

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DE JANTAR ÍNTIMO OFERECIDO PELO GOVERNADOR PAULO MALUF, JUNTO COM DEPUTADOS QUE ADERIRAM AO PDS

Devo confessar aos srs. deputados que eu me esforço por fazer bem aquela política sadia que eu entendo.

O Sr. acaba de declarar que o Presidente é um homem da classe política. Nisso eu não posso acompanhá-lo, porque eu sou político por força das circunstâncias.

No fundo mesmo, eu continuo soldado. Mas à força das circunstâncias, já que a política é agora o meu mister em virtude do cargo que ocupo, desejo transplantar aquilo que aprendi nos quartéis, para espalhar por todo o território nacional e me transformar, um pouco menos talvez, mas não com menos convicção e com menos força de vontade, naquele soldado da democracia que foi meu pai.

É a democracia que eu entendo, em que os representantes do povo vêm ao governante e são, como disse o nosso governador, os intérpretes dos anseios e das aspirações desse povo. E eu desejo que os srs., no partido que vai apoiar aquele esforço meu para normalizar politicamente o país, que aquele partido do qual os srs. vão fazer parte seja o primeiro a falar das aspirações do povo.

Não permitam que a oposição tome as bandeiras do povo. O povo sabe o que quer e sabe a oportunidade de dizê-lo. Aos srs., cabe a oportunidade de chegar à frente e dizer ao governador e ao presidente da República essas aspirações.

Se conseguirmos fazer isso, conseguirmos de fato levar aos nossos dirigentes esses anseios e essas aspirações, eu não tenho dúvida de que nós chegaremos mais facilmente à normalização democrática.

E digo mais ainda: não fecharei as portas à oposição, à oposição sã, à oposição sadia, mas está claro, darei preferência àqueles do meu partido que bem interpretarem o que o povo quer.

Muito obrigado.

7.12.79

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

DISCURSO À NAÇÃO ANUNCIANDO A ADOÇÃO DE NOVAS MEDIDAS ECONÔMICAS

Brasileiros, compatriotas de todas as regiões do Brasil:

Desde o primeiro momento, em que assumi as responsabilidades do Governo, senti claramente que não poderia realizar os anseios da sociedade brasileira de prosperidade econômica e bem-estar social sem atacar, como medida prioritária, o grave problema da inflação.

A inflação incontrolada é o inimigo insidioso que solapa as bases da tranqüilidade social e da estabilidade política. Ela mina, sorrteira, os próprios alicerces da sociedade, porque desestimula e distorce os investimentos produtivos, criadores de emprego, e gera pressões perniciosas de desequilíbrio do balanço de pagamentos internacionais. No primeiro caso, acirram-se os ânimos e as insatisfações das camadas mais numerosas da população, e no segundo, compromete-se a soberania nacional, pela dependência em que coloca o País, ao sabor de interesses e pressões internacionais.

Por isso mesmo, tive a preocupação de inscrever, como premissa básica nas Diretrizes Econômicas do meu Governo, que o combate à inflação constitui prioridade fundamental. A recessão econômica está inteiramente afastada de meus propósitos, mas, para evitá-la e alcançar os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é imperioso debelar a inflação. É dentro desse contexto, com esse objetivo e essa finalidade, que estou utilizando esta oportunidade para anunciar à Nação um elenco de importantes medidas na área econômica. Já tivemos tempo suficiente, ao chegar ao final deste ano de 1979, para bem avaliar a gravidade dos problemas que enfrentamos na conjuntura presente, consequência, sem dúvida, em grande parte, da pesada recessão que desabou sobre os grandes países industriais, em 1974, após a crise do petróleo.

Sinto, nas manifestações de todos os segmentos da sociedade brasileira, a necessidade imperiosa de adotar medidas corajosas e urgentes, para reordenar os rumos da economia nacional. Precisamos mobilizar o País para o esforço de recuperação. Precisamos mobilizar todas as vontades nacionais para vencer o inimigo desestabilizador da ordem e da paz social — a inflação. Precisamos mobilizar todos os esforços, a capacidade e a inteligência empresarial dos

nossos homens de negócios, para ordenar as contas internacionais do nosso Balanço de Pagamentos.

Estamos anunciando, hoje, um reajuste importante da taxa cambial, que, talvez, já devêssemos ter promovido há alguns meses, não fosse a preocupação de nos assegurarmos, antes, de um conjunto de medidas e providências capazes de propiciar, daqui para a frente, um controle mais efetivo e seguro sobre as fontes de pressão inflacionária.

A inflação está nos chegando, hoje, por sinuosos e variados caminhos.

A frustração das safras agrícolas, principalmente de cereais, nos últimos três anos, gerou forte pressão autônoma sobre a alta dos preços dos alimentos, ao mesmo tempo que reduziu nossas possibilidades de exportação e nos impôs pesadas importações, para garantir o abastecimento do mercado interno.

As limitações orçamentárias da União, ao mesmo tempo que o Governo Federal se via obrigado a socorrer as economias de muitos Estados e Municípios, assolados por repetidas secas, geadas e inundações, nos obrigaram, por sua vez, a recorrer à expansão monetária, para atender às calamidades e, ao mesmo tempo, sustentar o sistema de subsídios ao consumo de alguns produtos essenciais, de que são exemplo o trigo, a carne, o açúcar, o leite e outros alimentos.

Agravou-se, assim, seriamente, nos últimos anos, o déficit do setor público, não evidenciado nos orçamentos federais e que assume, atualmente, proporções insuportáveis.

Pouca gente se dá conta, ainda hoje, das dificuldades com que o Governo se defronta para subsidiar, com cerca de um bilhão de dólares anuais, o consumo de trigo.

Por outro lado, persistia o forte desequilíbrio nos planos das empresas estatais, freqüentemente resolvidos, de maneira imprópria e inflacionária, mediante o recurso às fontes de financiamento externo.

Finalmente, destacam-se os efeitos perversos da escalada de preços do petróleo e da inflação importada, cujas repercussões talvez ainda não possamos avaliar devidamente, tal o impacto que produziu e ainda está produzindo sobre a economia mundial.

O meu Governo está tratando de dar as respostas mais adequadas, ao nosso alcance, para conjurar cada uma dessas causas.

À insuficiência da produção de alimentos e à descapitalização da Agricultura, respondemos com uma corajosa política de crédito rural e de garantia de preços mínimos.

A racionalidade de uma política salarial justa e equitativa foi reassegurada por lei do Congresso, recentemente sancionada, que

coloca sobre a mesa das negociações salariais a produtividade e não a inflação. Na mesma direção daremos, ainda este mês, tratamento mais justo à remuneração do servidor público civil e militar.

Os dispêndios públicos estão sendo disciplinados, ao mesmo tempo que se exerce rigoroso controle sobre os planos de investimentos das empresas públicas, com o sentido de cortar os excessos inflacionários e subordinar a realização dos novos projetos à efetiva disponibilidade de recursos.

Resta-nos, por fim, equacionar — como estamos fazendo — a necessidade de reduzir as importações de petróleo, mediante a racionalização do consumo, e de promover a utilização das fontes alternativas de energia de que o Brasil dispõe em abundância.

Todo o esforço da política econômica governamental recente tem sido o de procurar atacar as raízes do processo de desequilíbrio interno e externo, que se vêm aprofundando na economia brasileira, nos últimos anos.

A ênfase inicial foi a de atuar intensamente no sentido de recuperar o controle da inflação, cujos níveis atuais — excessivamente altos — contribuem para reduzir a eficiência do sistema produtivo e agravar o peso do ônus social que representa, especialmente para as classes trabalhadoras.

Dentro do mesmo contexto, estabeleceu-se um programa integrado e coerente de controle de preços críticos que, uma vez ultrapassada a fase inicial de reajustes corretivos, deverá contribuir para a atenuação do ritmo inflacionário, especialmente pela harmonização dos reajustes de preços com os reajustes salariais. Finalmente, impõe-se disciplina ao sistema financeiro com a administração flexível das taxas de juro e reestruturação do mercado aberto, dentro do pressuposto de que o redutor de taxas é, antes de mais nada, um importante redutor das expectativas inflacionárias.

Cabe-me anunciar, agora, o início de um programa gradual, porém firme, de redução da massa de subsídios creditícios que, hoje, estão situados muito acima do que seria justificável para atender aos objetivos prioritários da Nação e que, pelo excesso quantitativo, limitam substancialmente a execução da política monetária.

O objetivo dessa nova orientação é o de quebrar a rigidez das taxas nominais de juro, que tanto contribuíram para a geração de um processo cumulativo e exacerbado de demanda dos recursos subsidiados e para a realimentação contínua das expectativas inflacionárias.

Mesmo nos casos ainda preservados de taxas prefixadas, para o custeio e investimento agrícolas, assim como para as exportações, será obedecido o princípio de reajustes periódicos, com base em uma certa proporção da correção monetária passada. Estamos, dessa

forma, não só rompendo o círculo vicioso da acumulação crescente de recursos subsidiados, mas, também, criando implicitamente um freio à exacerbação das expectativas, na medida em que deixa de ser financeiramente vantajoso apostar no aumento futuro dos preços.

No caso da Agricultura, a eliminação do subsídio será feita paulatinamente, à medida que a recuperação do setor permitir ganhos de produtividade, sempre com a preocupação de manter um tratamento diferenciado para os pequenos e médios produtores.

Com relação às regiões do Norte e do Nordeste, não haverá nenhuma alteração no quadro dos benefícios já concedidos, que permanecerão até o momento em que sejam suficientemente evidentes os resultados dessa política de distribuição de renda.

A redução, assim programada, da massa de subsídios, diretos e indiretos, terá um forte impacto em termos de desaceleração da inflação e, o que é igualmente importante, sem afetar a capacidade de crescimento da economia. Assim, os ganhos duradouros representados pelo controle efetivo da política monetária deverão superar os efeitos transitórios e localizados dos aumentos, na fase corretiva de custos financeiros e de preços finais de alguns produtos. Trata-se, em última instância, de caminhar no sentido de eliminar o artificialismo nos preços, que consagra o desperdício de recursos e cria as condições para transferências altamente regressivas no processo de distribuição da renda nacional. É ilustrativo o caso do trigo subsidiado, utilizado como ração animal. Da mesma forma, na área do crédito, objetiva-se inverter nos próximos anos a situação atual, em que 80% do total do crédito doméstico é subsidiado, restando apenas 20% para a faixa livre de mercado. A revisão dos subsídios permitirá a expansão gradual da faixa livre de crédito, criando, inclusive, condições objetivas para a queda das taxas de juros.

Finalmente, é importante compreender que é na redução do déficit público e concomitante expansão do crédito livre que reside a chave da política de combate à inflação sem crises de liquidez e, portanto, sem caráter recessivo.

Como se pode verificar, houve a determinação do Governo de, ainda este ano, preparar o terreno para que se possa, ao longo de 1980, inverter a tendência inflacionária. O conjunto de medidas revela o cuidado em não lançar mão de qualquer expediente de conteúdo recessivo, mas, pelo contrário, mostra a preocupação de explorar inteligentemente os graus de liberdade existentes na economia brasileira, resumidos nas margens ociosas do setor agrícola e de alguns setores industriais, assim como de facilitar os canais de acesso ao mercado externo, que constituem os elementos de harmonização entre desaceleração inflacionária e crescimento econômico.

É necessário, agora, atacar, também com a mesma objetividade, as raízes do processo de desequilíbrio externo. Não há dúvida que o sucesso na política de combate à inflação implicitamente irá contribuir favoravelmente para o processo de ajustamento do Balanço de Pagamentos. É necessário, porém, ir muito além da simples contrapartida monetária desses desequilíbrios, reconhecendo que parcela ponderável do desajuste de nossas contas externas reflete uma mudança de natureza estrutural e de caráter permanente, associada à radical alteração nos preços do petróleo. Esta mudança, sem precedentes em sua intensidade e rapidez, deixou sua marca profunda e indelével na relação entre preços de exportação e de importação em todo os países dependentes da importação de petróleo. Ela terá de ser internalizada ou absorvida: a longo prazo, pela substituição das fontes externas de energia por alternativas domésticas, em resposta aos estímulos decorrentes da própria alteração nos custos internos de diferentes fontes energéticas; e a curto e médio prazos, por medidas de política econômica que, em última instância, ajustem os níveis internos de consumo e investimento à nova realidade de uma receita global que foi, abruptamente, reduzida pela imposição do imposto externo representado pelo aumento do preço do petróleo.

A política energética brasileira é peça fundamental para a correção, a prazo mais longo, do desequilíbrio externo, na medida em que ela representa, de fato, uma profunda alteração em nossa estrutura interna de produção. Essa mudança, que deverá marcar o curso da economia brasileira nos próximos anos, está sintetizada na possibilidade de exploração de um vasto potencial de recursos naturais, cuja viabilidade econômica é consequência direta da elevação dos preços de petróleo. A fim de acelerar essa transformação, o Brasil vem adotando uma corajosa política de reajuste em níveis estritamente realistas dos preços dos derivados de petróleo, racionalizando seu uso e criando as condições de rentabilidade para a expansão da oferta de substitutos nacionais. Além deste estímulo por via de preços, estamos consolidando e ampliando recursos tributários e financeiros vinculados especificamente a programas prioritários, como álcool e carvão, além da continuidade do esforço intenso de exploração de novos campos de petróleo, ampliação da energia hidráulica e implantação do programa nuclear.

Essa estratégia de diversificação das fontes domésticas de energia, além de sua contribuição direta e crescentemente positiva sobre a balança comercial, traz em seu bojo a oportunidade concreta para um surto de expansão e modernização do setor primário da economia, com decisivas consequências no que diz respeito à elevação da capacidade de absorção de mão-de-obra e diminuição dos fluxos migratórios em direção às grandes cidades. Outra importante di-

mensão qualitativa é aquela representada pela incorporação efetiva do setor privado à área energética, o que representa grande passo na consolidação do sistema de mercado em que se baseia a economia brasileira.

Quero anunciar, também, à Nação, uma mudança significativa na atitude do Governo Brasileiro em relação à política de pesquisa e exploração de petróleo no País, que pretendo orientar com maior liberdade e amplitude, dentro do mesmo esforço de procurar, por todos os meios, fontes alternativas aos combustíveis importados.

É forçoso reconhecer, contudo, que o processo de reestruturação energética, a despeito de todas as condições excepcionais apresentadas pela economia nacional, exigirá um tempo relativamente longo para sua maturação plena. Nesse ínterim, temos que procurar outros mecanismos de ajuste aos desequilíbrios externos, visando à eliminação gradual do déficit em transações correntes. Alguns países desenvolvidos, como o Japão, e grande parte da Europa, realizaram seus ajustamentos de maneira relativamente rápida, através de um deliberado processo recessivo, que reduziu as importações e ampliou os excedentes exportáveis, passando a conviver, daí por diante, com menores taxas de crescimento econômico. Essa fórmula é inaceitável para um país com as características do Brasil, pelo custo social que estaria associado à elevação, ainda que temporária, das taxas de desemprego e da queda nos níveis de renda real da população.

Além disso, a redução do nível de investimentos tornaria ainda mais lento e socialmente doloroso o processo de alteração de nossa matriz energética, no sentido de menor dependência externa. A contrapartida de um ajustamento gradual — único viável social e politicamente — teria de ser um crescimento relativamente mais rápido de nosso endividamento externo. Na realidade, o que de fato está ocorrendo é que o resto do mundo passou a financiar aquela parcela de excesso de consumo e investimento que relutamos em eliminar de imediato, face à diminuição de nossa renda real, após a imposição do imposto representado pelo aumento do petróleo. Foi justamente por ter acesso a esses recursos no mercado internacional que o Brasil pôde, até agora, atravessar as fases mais difíceis da crise mundial, mantendo sua capacidade de crescimento e de geração de empregos acima da expansão da força de trabalho. Dentro dessa concepção, entende-se o endividamento externo acelerado como uma alternativa estratégica legítima, porém necessariamente temporária, utilizada apenas enquanto se promovem os ajustamentos fundamentais na balança comercial, que não poderá assumir uma feição cronicamente deficitária.

Nosso problema atual é justamente assegurar a continuidade desse processo gradual de ajustamento, criando as condições efetivas

para, de imediato, sustentar a manutenção do fluxo de recursos que financia nosso déficit em transações correntes e, já ao final do próximo ano, buscar o equilíbrio em nossa balança comercial. Dessa forma, estaremos criando as condições objetivas para o equacionamento adequado e não traumático de nosso endividamento externo.

É dentro desta visão — que nos parece absolutamente realista no plano econômico, social e político — que se impõe a urgente atualização de nossa taxa de câmbio.

Essa desvalorização não representa o fim da política de mini-desvalorizações do cruzeiro, que vem sendo praticada com grande sucesso desde 1968. Pelo contrário, ela foi realizada justamente para assegurar a sua manutenção, uma vez internalizada definitivamente a pressão exógena representada pela mudança na relação dos preços de nossas importações, «vis-a-vis» o preço de nossas exportações, provocada pela crise do petróleo.

A partir desse novo patamar, voltamos à política convencional de desvalorizações em intervalos curtos e irregulares, levando em conta a diferença entre a inflação interna e a inflação mundial e buscando sempre assegurar um nível adequado de rentabilidade ao setor exportador, de forma a evitar, simultaneamente, qualquer estímulo artificial às importações.

A alteração na taxa cambial se insere, portanto, no contexto geral de caminharmos na direção de preços realistas e, sempre que possível, dispensarmos o uso de artifícios representados pelos subsídios e incentivos.

Com esse novo nível da taxa cambial, poderemos eliminar os incentivos fiscais às exportações, representados pelos créditos fiscais do IPI e do ICM. Essa medida, além de estremamente simplificadora no que diz respeito às relações entre o Estado e o setor privado, contribuirá, adicionalmente, para a geração de excedentes fiscais, já ao longo do próximo ano, sendo, portanto, extremamente coerente com as medidas anteriormente anunciadas de combate à inflação.

Por outro lado, o impacto transitório da desvalorização sobre o custo dos produtos importados será minimizado pela eliminação simultânea dos depósitos prévios de importação e de viagens e, também, pelo fato de que, no reajuste recente do preço dos derivados de petróleo, essa variável já foi incorporada antecipadamente.

Particularmente beneficiados com essa mudança serão os produtos primários que, como é sabido, não contavam anteriormente com os benefícios fiscais, e para os quais, portanto, a desvalorização representa um acréscimo líquido integral de benefícios. Entretanto, para evitar que parcela desse benefício seja pura e simplesmente transferida para o exterior, através de uma rebaixa desnecessária de

preços, inclusive com perdas nas relações de trocas internacionais e de receita cambial para o País, é que estamos, simultaneamente com a mudança cambial, instituindo o imposto de exportação para diversos produtos primários, passíveis de colocação no mercado externo. Esse imposto será eliminado gradualmente. Essa receita, além de representar nova contribuição para diminuição do déficit público, poderá ser eventualmente utilizada como fonte de recursos para programas especiais de compensação por custos adicionais insuportáveis de algumas empresas privadas nacionais.

Esse reajuste maior no valor externo do cruzeiro era também inadiável, a fim de permitir a conciliação entre a ação continuada da política cambial e sua interferência no processo de absorção de recursos externos. Como dissemos anteriormente, o sucesso do ajuste gradual no Balanço de Pagamentos depende de nossa capacidade de manter um fluxo adequado de recursos financeiros externos.

Finalmente, a determinação do Governo de obter o equilíbrio nas contas comerciais já ao final de 1980, e o reconhecimento de que o setor público é menos sensível às variações de custo que o setor privado, levou-nos a estabelecer um rigoroso orçamento de importações para a União, Estados, Municípios e empresas estatais. Esse orçamento fixa, como critério básico, que o valor das importações pelo setor público (exclusive petróleo) será, em 1980, inferior em pelo menos 20% ao valor nominal das importações em 1979. Esse corte sensível nas importações do setor público dará margens de acomodação para eventuais flutuações dos gastos com petróleo, além de evitar uma compressão desproporcional ao nível de importações do setor privado.

Devo mencionar, ainda, uma medida de profundo alcance para a indústria nacional, qual seja a revisão — há tanto tempo cogitada — do sistema de «similar nacional», para efeito da política de importação de máquinas e equipamentos.

Com as exceções recomendadas para os casos de relevante interesse nacional e de preservação das prioridades atribuídas aos investimentos nas áreas da SUDAM e da SUDENE, estamos determinando orientação no sentido de que a proteção ao trabalho nacional se faça, basicamente, pela via do imposto de importação. Com isso, simplifica-se, enormemente, a pesada burocracia a que estava submetida a aprovação de importantes projetos industriais. Por outro lado, elimina-se a parafernália de leis, decretos e portarias que, em consequência do processo anterior, havia sido criada como contrapartida das regalias concedidas à importação.

Esse conjunto de medidas procura atacar as causas fundamentais da inflação e do desequilíbrio de nossas contas externas. São decisões corajosas de política econômica, todas, porém, cuidadosamente delineadas dentro de uma concepção de ajustes

graduais, em que se asseguram, simultaneamente, as condições para a manutenção do processo de crescimento econômico. São também coerentes com a determinação de simplificar o funcionamento da economia brasileira, tornando o processo de decisão empresarial menos sujeito a regras burocráticas e mais voltado para a busca da eficiência e da competitividade.

Iniciaremos o próximo ano com o controle efetivo da política fiscal, monetária e cambial, ao lado de uma inteligente política salarial, que estão agora absolutamente sintonizadas entre si, criando uma nova perspectiva de resultados concretos na queda da inflação e na redução do déficit externo. Estamos, também, consolidando objetivos setoriais claramente definidos, em que o setor agrícola, o energético e o de exportações passam a ser os elementos dinâmicos do processo de crescimento, de forma coerente com as metas conjunturais de correção dos desequilíbrios internos e externos.

O que precisamos é apenas de compreensão, paciência e trabalho de todos nós. O Brasil tem condições inequívocas — pela potencialidade de seus imensos recursos naturais, pela vitalidade de sua economia, pela expressividade de sua atividade empresarial e pela capacidade de sua força de trabalho — de superar as dificuldades da hora presente e construir, nos anos próximos, uma sociedade moderna, econômica e politicamente aberta, na qual as oportunidades de ascensão social e de melhoria da qualidade da vida sejam cada vez mais ampliadas. É para esse desafio que convoco, com fé e confiança em Deus, toda a Nação Brasileira.

Muito obrigado

10.12.79
BRASILIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DE IMPROVISO DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO AOS TRABALHADORES
QUE CONCORRERAM AO TÍTULO DE
«OPERÁRIO-PADRÃO»

Dr. Roberto Marinho,
Dr. Domício Velloso,
Srs. operários,

Não há por que não aplaudir, e bastante, a iniciativa de «O Globo» e o apoio que a Confederação Nacional da Indústria vem dando ao Operário Padrão. O que impressiona mais nessa iniciativa, não é tanto dar destaque àqueles que de fato se destacaram entre os seus pares. É, principalmente, mais o estímulo dado aos companheiros, é o exemplo que os senhores deixam para a sociedade brasileira.

Como bem disse o nosso Ministro Murilo Macedo, nesta hora de dificuldades que atravessamos, é sempre emocionante nós vermos gente como o operário brasileiro, como os senhores que se destacaram, eu sei que milhares os há por aí que continua persistindo em acreditar que se o Governo não faz mais pelo operário, é porque não pode. Mas o Governo continua cada vez mais aflito em dar apoio àqueles que constroem nossa Pátria. Daí, a beleza da atitude dos senhores: serem os melhores como exemplo aos seus companheiros, apesar dos sofrimentos e das injustiças da conjuntura atual.

Meus parabéns aos senhores.

18.12.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA SOLENIDADE DE CUMPRIMENTOS DE FIM DE ANO POR PARTE DO CORPO DIPLOMÁTICO

Recebo, com especial satisfação, os cumprimentos de Vossas Excelências, por ocasião das festas de Natal e fim de ano. Muito além de simplesmente repetir uma tradição, esta solenidade é o coroamento de nossa convivência no ano de 1979.

Nestes primeiros meses de trabalho, meu governo tem procurado impulsionar a política externa brasileira no sentido da paz e do descontraiamento das relações internacionais. Em nosso entender, perseverar nessa trilha é uma necessidade imperiosa de nosso tempo.

Os povos desejam inequivocamente a Paz. Muito em particular, os países em desenvolvimento dela necessitam para poderem realizar seu potencial. E, assim, atingir com rapidez seus ideais de bem-estar e felicidade.

O trabalho de Vossas Excelências em nosso País tem o mesmo sentido positivo. Vossas Excelências estão entre nós — em representação dos interesses de seus respectivos Governos — para, em conjunto com as autoridades brasileiras, procurar caminhos comuns de cooperação e de amizade.

De sua parte, o povo e o Governo brasileiros desejam marcar suas relações exteriores pelo diálogo e pelo entendimento. Encontramos, pois, ampla gama de coincidência entre nós. Isto anima os brasileiros a prosseguir nesse trabalho, no ano próximo, na década a iniciar-se, e por todo o sempre.

Esses os sentimentos e as esperanças que pediria a Vossas Excelências transmitir aos seus respectivos Chefes de Estado e de Governo.

Desejo agradecer a presença de Vossas Excelências, hoje, no Palácio do Planalto. Espero que o ano 1980 seja profícuo e lhes traga toda a felicidade, tanto no plano profissional, quanto no pessoal.

Por fim, agradeço ao Senhor Núncio Apostólico pela saudação fraterna e pelos bons votos dirigidos ao povo e ao Governo brasileiro, e a mim e a minha família.

Muito obrigado.

21.12.79
BRASÍLIA, DF
CLUBE DO EXÉRCITO
DISCURSO DO SR. JOÃO FIGUEIREDO PRESI-
DENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL AOS OFICIAIS-GERENRAIS

«Hoje posso avaliar o estado de espírito com que os nossos estimados chefes e meus eminentes antecessores aguardavam o tradicional almoço das Forças Armadas a seu Comandante Supremo.

Este momento fala muito de perto ao meu coração. Restituído mesmo por pouco tempo, ao convívio fraternal dos meus companheiros de farda, vejo desfilar as recordações de quatro décadas da vida de cada um de nós, a serviço de nossa pátria.

Nenhuma outra profissão exige das pessoas que a abraçam tanto desprendimento e tanta dedicação. Tanta desambição e tanto sacrifício — pessoal e da família. Nenhuma outra, ainda, forma amizades tão sólidas e duradouras.

Na estima dos camaradas, no respeito aos superiores, no comando da tropa, na resolução das questões de Estado-Maior, no apoio recíproco forjamos a solidariedade responsável. Da convivência prolongada nasce a compreensão dos problemas individuais e coletivos.

Ao longo de nossa vida profissional aprendemos a colocar nossos ideais e princípios a serviço dos interesses nacionais. Ambições e desmoralizadoras competições pessoais são estranhas ao nosso meio. A dedicação de parte substancial de nosso tempo a receber ou dar instrução habitua-nos a estudar, ponderar, entender, sistematizar e equacionar problemas complexos. Enfim a orientar toda a nossa atividade profissional pelo prevalimento do bem coletivo.

Hoje, mais do que em outras épocas, essas virtudes simples são necessárias à Nação. Conduzir o barco do Estado, nesta época de travessia, como a denominou com propriedade o vosso intérprete, General Walter Pires, não é tarefa para tímidos.

Nas contradições de uma conturbada ordem internacional, os brasileiros lutam pela mudança do *status quo*.

Indizíveis angústias e amargores são o preço da quebra dos grilhões do subdesenvolvimento e da sujeição cultural, da subordinação a interesses políticos alheios.

Na afirmação dos valores nacionais, não pode haver transigência com ideologias repulsivas à alma e ao modo de ser dos brasileiros. Na escolha entre a liberdade e a servidão, é preciso estabelecer sem ambigüidades, deixar claro, repetir, reiterar, reafirmar, que nossos problemas sociais — e os temos tantos — só se solucionam num quadro de participação voluntária da sociedade, dentro da democracia com a ordem. Da paz com justiça social. De representação política marcada pela legitimidade.

A sociedade brasileira repele a intimidação como arma de persuasão política. Acredita na convivência franca e leal das diferentes correntes de opinião. Garante o direito das minorias de se fazerem ouvir e de propugnar as reformas que considerarem necessárias. Mas não se compadece com partidos cuja primeira preocupação, chegados ao Poder, é emudecer as vozes, calar os anseios de liberdade e reduzir sociedades necessariamente multiformes a padrões únicos de comportamento. Mais que isso, de pensamento.

Esse quadro, de si infinitamente complexo, é agravado por problemas inteiramente fora de nosso controle. Há anos, os países industrializados exportam sua inflação para os países mais pobres. Desde 1973, os países exportadores de petróleo — até então simples e inermes espectadores da exploração predatória de suas reservas — descobriram o valor daquela matéria-prima essencial, descobriram, mais, que a humanidade havia construído uma sociedade de consumo, cuja prosperidade assentava na razão inversa dos preços do óleo bruto.

No plano individual de alguns países importadores, o impacto do crescimento acelerado dos preços foi devastador. O Brasil vem fazendo desde então sacrifícios quase insuportáveis. Basta lembrar que o preço médio do óleo cru de menos de 2 dólares por barril, em 1973, subiu para cerca de 25 dólares, na atualidade. Só este ano, o aumento foi de 50%, sobre os preços médios de 1978.

Entretanto, com criatividade e coragem, estamos agindo simultaneamente em várias frentes para superar obstáculos. Estamos conseguindo exportar cada vez mais, embora vejamos todo o nosso esforço consumido nas importações de petróleo.

Estamos resolutamente na batalha dos combustíveis alternativos, a partir de fontes nacionais renováveis.

Estamos investindo maciçamente em meios de transporte que economizam combustíveis.

Vamos dar também ao carvão nacional um papel decisivo nessa guerra.

Tudo isso, porém, leva anos e exige recursos fora e acima da nossa capacidade interna de poupança. Temos, portanto, sérios problemas em nosso balanço de pagamentos.

Na verdade, mais do que simplesmente resolver os problemas decorrentes da crise energética, estamos investindo no Brasil. Com todas as dificuldades a produção industrial brasileira não deixou de aumentar. Conseguimos participação crescente nos mercados mundiais de produtos sofisticados, inclusive navios, aviões e material bélico em geral.

A agropecuária responde com entusiasmo aos estímulos para produzir mais alimentos e excedentes exportáveis, a despeito de obstáculos imprevisíveis, como as irregularidades do tempo e do clima.

Apesar de uma taxa de urbanização sem paralelo em nossa História, estamos conseguindo expandir os serviços públicos essenciais ao conforto e à qualidade de vida de nossa gente.

Estamos adequando a educação ao trabalho, para que nossas universidades não sejam fábricas de profissionais frustrados, e continuamos a levar a assistência médica e social aos locais mais distantes, às populações mais carentes.

Estamos empenhados em simplificar e desburocratizar a administração, como requisito de desenvolvimento e em respeito aos interesses legítimos dos que precisam lidar com o Governo. Principalmente os mais humildes e desprotegidos.

Em todo esse processo, pude manter e pôr em execução os compromissos do candidato, com o aperfeiçoamento político nacional. Não nos podemos esquecer de que a Revolução de 1964 foi feita justamente para restabelecer a democracia — ameaçada pelas investidas dos que desejavam sujeitar a nação ao domínio da subversão, sob comando de ideologia repudiada definitivamente em 1935.

Não hesitei, portanto, em abrir o processo político, buscando a conciliação de todos os brasileiros. Com ânimo decidido, percorri todo o Brasil de ponta a ponta, para ver e sentir o povo. Dediquei-me ao contato direto e pessoal. Apertei as mãos, vi as faces, ouvi palavras sinceras e juntei meu coração aos de milhares de brasileiros, nas praças públicas, nas escolas, nos estádios.

E porque fiz tudo isso, pude promover a legislação para reintegrar na vida política, através da anistia, os que dela estavam afastados. Esse gesto de conciliação, e tolerância foi apoiado por toda a nação. Deve ser entendido em toda a sua vasta amplitude, como um convite à integração e ao convívio na sociedade. Mas exige o respeito às leis e a participação ativa no processo da democratização. Não o uso das franquias legais para destruir a sociedade, comprometer a ordem pública ou perturbar a incontrastável vocação dos brasileiros para criar e produzir.

Prossegue a abertura política com a reformulação partidária. Com as novas agremiações que ora surgem, o Brasil construirá um corpo político viável.

Seu funcionamento, sem sobressaltos, estará na dependência do compromisso de todos os brasileiros de manter o pacto social e político, representado pelo arcabouço de princípios e leis em vigor. Não considero os institutos políticos obras imutáveis. Seu aperfeiçoamento constante dependerá, naturalmente, do consenso nacional. Mas consenso não é a voz das minorias, por mais ruidosas e agressivas que sejam.

Quero, como já disse tantas vezes, uma democracia real. Aquela que meu pai me ensinou. Sem subversão. Sem extremismos, de esquerda ou de direita. E tenho certeza de que vamos conseguí-la, sem açodamento e sem retrocessos.

E, sobretudo, com maior participação das comunidades nas discussões dos assuntos de interesse de todos.

Nesse contexto, as Forças Armadas continuam em sua insubstituível função de garantir os poderes constituídos, manter a lei e a ordem, velar, enfim, para que os brasileiros tenham assegurados seus direitos e a tranqüilidade necessária ao trabalho engrandecedor.

Por isso, temos de preservar nossa capacidade de corresponder àquelas responsabilidades. Devemos concentrar-nos, como estamos fazendo, na modernização dos meios necessários ao adestramento dos quadros e da tropa, à formação e aperfeiçoamento dos nossos recursos humanos, a maior riqueza com que contamos.

Acompanho, portanto, com grande interesse, a uniformização de procedimentos nas três Forças Armadas, a crescente nacionalização dos equipamentos, e o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento, melhorando-se a rentabilidade da produção industrial.

Na época presente, é importante, também, assegurar nossa independência em relação aos equipamentos essenciais à defesa nacional.

São essas, meus camaradas, as observações que descjava fazer, neste apagar de luzes dos anos 70.

Isso, e a renovação da minha confiança, do meu apreço pessoal, e da sincera amizade que dedico a cada um de vós, como companheiro, e a todos vós, comunhão de brasileiros dignos e patriotas.

Minha mulher junta-se a mim para desejar-vos e às vossas famílias um bom Natal e um Ano Novo cheio de felicidade e alegria, que se prolonguem pelos anos 80 afora.

Muito obrigado.»

31.12.79
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO À NAÇÃO BRASILEIRA

Brasileiros e brasileiras:

Nesta hora de reunião festiva e alegre, venho trazer minha palavra amiga a todos os brasileiros, que celebram, com o novo ano, a chegada de um novo decênio.

A data de hoje é, por excelência, momento de reflexão e de esperança.

De avaliar e de confiar.

De ter a coragem suprema da humildade.

De rememorar. Mas também de voltar para o futuro o olhar firme dos que têm fé.

É hora de contar as bênçãos recebidas e as provações vividas.

Hora, também, de nos aprestarmos serenamente para as novas porfias, implícitas na própria idéia de construir uma sociedade mais próspera, mais livre, mais justa, e, portanto, mais feliz.

São ásperos e accidentados os caminhos das nações dispostas aos sacrifícios inerentes à decisão de aproveitar e de valorizar seus recursos naturais e humanos. Mais ainda: na luta pelo desenvolvimento, cada etapa vencida é prenúncio de trabalhos mais árduos e extenuantes.

Atravessamos, neste fim de década, problemas não imaginados no seu início. Enfrentamos caprichosas irregularidades de clima e tempo. Convivemos com fatores externos, fora de nosso controle, e que mais pareciam empecilhos definitivos à continuidade do nosso progresso. Não obstante, jamais admitimos derrota. Jamais deixamos que os obstáculos encontrados neutralizassem nossos esforços ou anulassem as conquistas já obtidas.

Mas os anos 70 não foram só isso. Foram tempo de pelejar e vencer.

No âmago dos nossos corações, fomos buscar reservas de fortaleza e valor. Encontramos e utilizamos nossa capacidade de resistência e de imaginação.

Com a criatividade e a operosidade, tão típicas dos brasileiros, vencemos — ou ao menos equacionamos — os entraves que, de outra forma, poderiam ter-nos abatido ou desencorajado.

A essas mesmas reservas temos de recorrer, agora e nos próximos anos.

Para repetir palavras muito usadas, mas expressivas, estamos em face de um desafio ingente. Desafio a todos os brasileiros. E quando digo *todos*, refiro-me tanto aos que me apóiam, quanto aos que a mim se opõem.

É hora de demonstrarmos nosso patriotismo. E disso nos orgulharmos.

É hora de mostrar amor pelo Brasil. De produzir e conservar.

De viver com austeridade. Em respeito, mesmo, à pobreza de tantos.

Meu governo vai continuar no esforço quotidiano de resolver problemas e consertar erros. Mas vamos, ao mesmo tempo, e ainda com maior empenho, procurar sanar as injustiças e evitar a perpetuação das desigualdades. Vencer a indiferença. Abrir as portas à virtude cristã da Caridade — isto é: ao amor ao próximo, que se projeta para fora de nós. Rejeitar o egoísmo. Expressar ativamente nossa não conformidade com a dor dos nossos irmãos. Antes, procurar dar-lhes remédio e conforto.

Nesse esforço, a participação consciente de todos os brasileiros é indispesável.

De ninguém exijo renúncia ao direito de divergir ou criticar. A todos, porém, encareço distingui-lo da malícia e da desinformação. Não debitar a avéntuais desacertos os efeitos de circunstâncias e decisões de além-mar, cujos dados não nos pertencem.

A ninguém prometo fins-de-mês sem dificuldades. Mas a todos, e em especial aos mais abastados, convido a dar o exemplo e dispensar as superfluidades ostentatórias. E de todos peço sua parte, para a todos assegurarmos parcela mais equânime na distribuição da riqueza nacional.

Se assim fizermos, estaremos ajudando a consolidar os bens que mais prezamos, os nossos melhores instrumentos de redenção e justiça social: a liberdade e a democracia. Tenho fé em que, trabalhando juntos, haveremos de alcançar esses dois bens preciosos.

Brasileiros e brasileiras:

É nas horas difíceis que os brasileiros demonstram suas melhores qualidades. No horizonte de um novo ano, no patamar de uma nova década, baseio nessas qualidades a minha confiança e o meu otimismo.

O governo está a postos. De ânimo forte e coração alto. Para fazer o que de nós depender — e tentar o impossível, se necessário — para assegurar a todos os brasileiros dias, meses e anos mais felizes, mais prósperos, mais cheios de realização pessoal.

Com realismo, confio e espero.

Na medida da participação de todos nesses sentimentos, as dificuldades serão menores. Digo isso na certeza de que todos os brasileiros saberão compreender, ajudar, procurar os mesmos ideais de justiça e de paz.

Justiça e paz — esses são os meus votos — haverão de abençoar cada um de nós, nossas famílias, nossos irmãos desta terra boa, rica e generosa.

Desejo a todos um Feliz Ano Novo.

9.1.80
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
PALAVRAS DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO DAR POSSE AO MINISTRO DA JUSTIÇA. DOUTOR IBRAHIM ABI-ACKEL

«Excelentíssimo Senhor Doutor Aureliano Chaves, Vice-Presidente da República;

Excelentíssimos Senhores Ministros,

Excelentíssimo Senhor Ministro Abi-Ackel,

A inesperada ausência no meu Governo do saudoso Ministro Petrônio Portella forçou-me a pensar em alguém que para substituí-lo fosse conchedor das leis; dos meandros da sua feitura e também da sua interpretação. Forçou-me a pensar num político atuante, atualizado com os problemas que vivemos hoje e capaz de tal como seu antecessor saber encaminhar o relacionamento do Congresso com o Executivo e deste com os Governos Estaduais.

Era forçoso também que eu me fixasse em alguém que fosse tal como Petrônio Portella — homem combativo, um homem de ação, mas principalmente um homem conciliador e que procurava a conciliação através de um diálogo franco e aberto. Eu precisava de um homem que pudesse aliar, pela sua idade, a força da ação, a sensatez da madureza. E, principalmente, eu precisava de uma inteligência e de um caráter.

Entre os muitos nomes que me vieram à cabeça eu me fixei no nosso novo Ministro Ibrahim Abi-Ackel e eu tenho a certeza de que ele não deslustrará o nome de Petrônio Portella e que será aqui e no Ministério da Justiça como o seu cabeça-mór ele se sairá tão bem como tem saído das lides parlamentares. Muito obrigado e muitas felicidades, senhor Ministro».

15.1.80
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
PALAVRAS DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-
DO POR OCASIÃO DO SEU ANIVERSÁRIO NA-
TALÍCIO

«Excelentíssimo Dr. Aureliano Chaves,
Senhores Ministros,

Eu fico muito agradecido aos senhores por estarem aqui incorporados para me cumprimentar na oportunidade do transcurso da minha data natalícia. Agradeço, sensibilizado, as palavras do Sr. Ministro Ibrahim Abi-Ackel, palavras benevolentes, de certo modo confortadoras para mim, lisonjeiras a meu respeito e muito honrosas em relação ao nome de meu pai. Agradeço também sensibilizado os votos de que foi portador o Senhor Ministro da Justiça.

Desejo receber a presença dos senhores, como bem salientou o Ministro Ibrahim, menos como uma deferência pelo alto cargo que ocupo, menos como uma forma de cortesia dos meus auxiliares mais diretos e mais como uma demonstração de apreço e amizade. E é como amigo que eu digo aos senhores que seria muito bom se todos aqueles que completassem 62 anos, como hoje completo, pudessem sentir o que agora eu sinto, que é o conforto, o carinho e a compreensão, o incentivo e o apoio daqueles que me cercam; de poder expressar, apesar das injustiças, das incompreensões, das frustrações, das decepções e dos desenganos, que eu possa ter sofrido durante os 62 anos que até hoje vivi. Mas graças ao bom Deus que me proporcionou a extrema felicidade de poder ter calcado até hoje a minha conduta em perfeita coerência com os reclamos da minha consciência. E dar-me também a força de vontade através da fé para que eu possa fazer, com o auxílio dos senhores, desta nossa pátria, aquela Pátria dos meus 20 anos sonhados; a pátria que o aspirante sonhou: da Ordem e do Progresso; da fraternidade e do amor. É para isso, eu tenho a certeza, que eu conto com os senhores. Muito obrigado».

17.1.80

BRASÍLIA, DF

PALÁCIO DO PLANALTO

PALAVRAS DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO DAR POSSE AO MINISTRO CHEFE DO EMFA. GENERAL DE EXÉRCITO JOSÉ FERRAZ DA ROCHA, E AO MINISTRO DA FAZENDA. ERNANE GALVÉAS

«Excelentíssimo Senhor Dr. Aureliano Chaves.

Senhores Ministros,

A substituição de dois Ministros de Estado, o Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas — e se afasta o General Samuel por haver recebido do Governo uma outra missão —, e do meu prezado amigo Karlos Rischbieter, do Ministério da Fazenda, que se afasta por vontade própria apresentando razões que eu não fui capaz de destruir, não me causa preocupações maiores, porquanto conheço bem de perto os dois novos titulares. O General Ferraz da Rocha, meu contemporâneo desde o Colegio Militar. O Exército brasileiro já a esta altura, as outras duas Forças singulares conhecem bem de perto o General Ferraz da Rocha. Diz ele que o Exército brasileiro o preparou. Eu acrescentaria que ele próprio — o General Ferraz — foi quem se preparou porque, estudioso que é, e sempre aluno destacado e dedicado inteiramente à sua profissão, ele de fato deixa um nome no Exército.

O Dr. Ernane Galvães eu conheço de longa data e tenho acompanhado, não digo de perto, não tão perto quanto desejaria, mas tenho acompanhado toda a sua trajetória como homem dirigente na área econômico-financeira. É um nome que não necessita apresentação. Se lamento a saída dos dois amigos fico, por outro lado, satisfeito pela chegada desses dois novos elementos, que eu tenho a certeza, não deslustrarão o que já fizeram nas suas respectivas áreas. Muitas felicidades, Senhores Ministros.

5.2.80

BRASÍLIA, DF

HOTEL NACIONAL

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIDELIS
DO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO
AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR E
REVOLUCIONÁRIA DA GUINÉ, SENHOR AH-
MED SEKOU TOURÉ

Excelentíssimo Senhor Presidente Ahmed Sekou Touré:

Para o povo brasileiro, para meu governo, e para mim pessoalmente, é grande a honra de acolher Vossa Excelência e os eminentes membros de sua comitiva, na primeira visita do Chefe de Estado da Guiné a nosso País.

O decisivo papel desempenhado por Vossa Excelência, na luta pela independência política e econômica de seu país, é bem conhecido no Brasil.

Conhecemos, igualmente, a importância de sua liderança como um dos construtores de uma África livre e independente. De uma África dotada de voz expressiva nos negócios internacionais.

Intérprete autêntico dos anseios e aspirações do povo da Guiné, Vossa Excelência nos traz uma mensagem de dedicação à liberdade, à justiça, ao desenvolvimento e à construção de uma ordem internacional equitativa e livre de tensões.

Em nosso País, Vossa Excelência conhecerá o sentimento brasileiro de solidariedade com os objetivos de progresso e de bem-estar social do povo amigo da Guiné. Aqui estará como em sua própria terra. Ao regressar, haverá de levar o testemunho de nossa profunda amizade.

Senhor Presidente:

As afinidades e vinculações entre o Brasil e a África colocam as relações entre nossos povos muito acima das simples questões de interesse mútuo. A contribuição africana está profundamente enraizada em nossa cultura. Hábitos, costumes, crenças, modos de ser, fazem parte da dimensão interna de nossa gente e de nossa terra — como Vossa Excelência terá ocasião de ver nas diferentes partes do Brasil que visitará, além de Brasília.

As formas de compreensão que estabelecemos com os países irmãos da África, contêm, por essa razão, compromissos próprios. Sobre eles assentam fortes motivações para o nosso encontro diplomático.

De um e do outro lado do Atlântico Sul, os povos do Brasil e da África estabeleceram, há séculos, uma ponte indestrutível. Redimidos no carinho e na integração, sobre essa ponte os homens da nossa geração haverão de lançar os caminhos do progresso material, social e humano.

Tenho sustentado, Senhor Presidente, que os anseios de progresso das nações em desenvolvimento constituem um direito imprescritível de seus povos.

Vivemos hoje sinais evidentes de crise internacional. Os níveis de tensão entre as superpotências aumentaram significativamente. Recria-se um clima que parecia superado. Na medida em que tais crises terminam por agravar as dificuldades enfrentadas por nossos povos, tanto mais as nações do Terceiro Mundo — em especial os países africanos e o Brasil — têm o dever de apoiar-se mutuamente.

Nossos instrumentos políticos são certamente modestos. Mas não podemos calar diante de qualquer forma de violação do direito de autodeterminação. É no estrito respeito aos valores locais que devem ser buscadas as soluções pacíficas, dentro de quadros de negociação formados em consideração à própria dinâmica regional.

Não haverá paz real no mundo enquanto não se articularem mecanismos legítimos, reais e justos de desenvolvimento econômico e social. As desigualdades entre as nações são fator de exploração política, com consequências inevitavelmente nefastas.

Nesse quadro, propostas de isolamento não teriam sentido. Só serviriam para criar novos focos de tensão.

Nosso propósito é diferente. O governo brasileiro considera o fortalecimento da solidariedade entre os países em desenvolvimento e o aumento de sua capacidade de diálogo altamente benéficos a eles próprios e à comunidade internacional, como um todo.

Mas, em nosso entender, a solidariedade transcende meros problemas conjunturais, nas relações Norte-Sul. Deve ter o sentido objetivo de cooperação. Traduzir-se em manifestações autênticas e sólidas de uma obra comum.

Com esse espírito, os objetivos concretos do diálogo entre nossos povos são variados e numerosos. Vou citar apenas alguns entre eles, como sejam: o aumento do intercâmbio comercial; a dinamização da troca de experiências na área da ciência e da tecnologia; a renovação permanente dos laços culturais que unem nossos povos; o intercâmbio de experiências na implantação e na operação de serviços.

Poderia mencionar, também, na área política, a articulação constante de posições em relação aos temas discutidos nos foros multilaterais.

Os problemas mundiais deixaram de ser exclusividade de potências ou de superpotências. Afetam-nos a todos. Até há pouco, lidávamos com eles apenas reagindo a formas impostas de solução. Entretanto, episódios decisivos de unidade do mundo em desenvolvimento quebraram essa tendência. Refiro-me, entre outros, à descolonização da África e à independência de seus povos.

Baseados na necessidade de Paz e de Justiça, e na adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas, os países em desenvolvimento rejeitam toda violação de seus direitos. Toda forma de imposição.

Nesse contexto, registro com satisfação a participação da Guiné e do Brasil nas mesmas responsabilidades pela concretização do desenvolvimento e do bem-estar de nossos povos.

Senhor Presidente Sekou Touré:

Os caminhos de cooperação bilateral entre o Brasil e a Guiné começam agora a abrir-se.

Identificam-se possibilidades concretas de cooperação na agricultura, na agroindústria, na pecuária, na exploração mineral e na fabricação de carburantes a partir da biomassa. Estamos dispostos a compartilhar com o seu país a tecnologia tropical em serviços de engenharia, em comunicações, em obras básicas de infra-estrutura, na construção de estradas de rodagem, barragens fluviais e usinas hidrelétricas, entre tantos outros setores.

A visita de Vossa Excelência revela claramente a vontade política de nossos países de aproveitar as múltiplas oportunidades de cooperação e amizade. As sementes foram lançadas por ocasião de minha posse, quando tivemos a honra de receber importante delegação guineense. Outro marco foi o envio de um representante pessoal meu às comemorações do 32º aniversário da fundação do Partido Democrático da Guiné. Incumbi-o expressamente de manifestar a Vossa Excelência o desejo do governo brasileiro de desenvolver, com o governo da Guiné, as melhores e mais fraternas relações.

Nossa agenda está preparada. Estamos de acordo quanto aos princípios que devem reger nossas relações bilaterais: eqüidade, respeito mútuo e benefícios recíprocos. Identificamos áreas básicas de cooperação. Agora, é passar aos entendimentos e mecanismos operacionais, que nos permitam levar adiante os nossos propósitos, e dar formas concretas ao nosso ideal de cooperação.

Não tenha dúvida, Senhor Presidente, de que estamos próximos dos problemas africanos. Nossa posição a respeito deles é a projeção dos melhores valores do povo brasileiro.

Manifesto, por isso, a profunda solidariedade brasileira com as grandes causas dos países africanos, identificadas hoje com as de todos os países devotados à Justiça e à Paz. Nesse sentido, o Brasil tem expressado seu firme apoio à política de eliminação dos remanescentes do colonialismo na África; à pronta solução das questões do Zimbábue e da Namíbia; e à supressão das práticas de discriminação racial e aparteidismo.

Senhor Presidente:

É nesse espírito que saúdo Vossa Excelência e convido todos os presentes a erguerem suas taças pelo desenvolvimento contínuo das relações de amizade entre a Guiné e o Brasil; pela saúde de nosso amigo, o Presidente Ahmed Sekou Touré; e pela felicidade e prosperidade crescente do povo irmão da Guiné.

Muito obrigado.

5.2.80
BRASÍLIA, DF
HOTEL NACIONAL
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR E REVOLUCIONÁRIA DA GUINÉ, SENHOR AHMED SEKOU TOURÉ

Excelentíssimo Senhor Presidente Ahmed Sekou Touré:

Fico muito agradecido pelas generosas palavras de Vossa Excelência. Convidei Vossa Excelência a visitar oficialmente o Brasil, movido pelos laços históricos que nos unem. Mais ainda, pela oportunidade, que agora temos, de estreitá-los e de transformá-los em realidades plenamente operativas.

Fui movido, também, pela extraordinária luta empreendida pelo nobre povo guineense, sob a liderança de Vossa Excelência, pela independência política e econômica.

Em seu discurso de ontem, Vossa Excelência afirmou não existirem grandes nações por não havê-las pequenas. Estamos totalmente de acordo. Esta é a concepção das relações internacionais tradicionalmente sustentada e mantida pelo Brasil, até hoje.

Rui Barbosa, que todos os brasileiros reverenciam, demonstrou, em 1907, na Conferência de Haia, quando se discutia a composição da Corte de Arbitragem que tal diferença realmente não existe. Afirmou Rui que o Brasil, como Estado soberano, aspira ao mesmo lugar do maior e do menor Estado do mundo.

Nossa aproximação com a África e com a Guiné se faz sob o signo da igualdade, da cooperação espontânea, e do interesse mútuo. Os brasileiros estão dispostos a transmitir suas experiências a seus irmãos africanos. Mas desejam, também, com eles continuar a aprender. O relacionamento que propomos à Guiné e à África é entre iguais. Com respeito de parte a parte.

Ficamos, pois, particularmente satisfeitos com as palavras de Vossa Excelência. De público, elas vieram confirmar nossas conversações.

O Brasil é, ainda, um país de recursos limitados. Passamos por uma conjuntura econômica difícil. Estamos, porém, desejosos de cooperar fraternalmente, no limite de nossas possibilidades, com os nossos amigos africanos.

Nesse espírito, desejo brindar ao rápido desenvolvimento de nossas relações, ao progresso continuado do povo guineense e à saúde pessoal de Vossa Excelência, da Senhora Touré, e de todas as demais altas autoridades guineenses que visitam o nosso País.

Muito obrigado.

26.2.80
BRASÍLIA, DF
PALÁCIO DO PLANALTO
PALAVRAS DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA REUNIÃO COM SEU COMANDO POLÍTICO

Eu me sinto muito honrado e satisfeito com a presença dos senhores pela demonstração de coesão do nosso partido. Nesta oportunidade, eu devo relembrar, que, ainda quando candidato, eu já fazia algumas afirmações a respeito da normalização da vida política do país. Posteriormente, durante a campanha, fui além das afirmações, e tornei públicos alguns compromissos, caso eleito para Presidente da República.

Eu assumi a Presidência da República e transformei esses compromissos em um juramento. Devo dizer aos senhores que senti, àquela época, que poucos, muitos poucos até, no meu juramento acreditavam. Senti que o crédito, pelo menos da classe política, em relação às minhas afirmações, era tão pequeno, que eu senti que o meu juramento não havia soado como juramento. Isso me doeu.

Mas, tais foram as afirmativas que fiz, posteriormente, tal foi a minha perseverança em afirmar que iria dar tudo de mim para normalizar a vida democrática do país, tal foi o concurso que recebi dos meus auxiliares diretos no sentido de me mostrar as melhores maneiras ou a melhor forma, o mais rapidamente possível para termos o povo vivendo numa democracia em prazo também relativamente curto, que comecei a sentir que até a oposição começou a acreditar na minha palavra.

Isso me animou ainda mais. E solicitei o apoio da oposição para vir aqui ao Palácio, e, comigo e com meus auxiliares, conversar pela melhor saída, pela melhor forma de atingirmos o mais rapidamente esse objetivo, ansiado por todo o povo brasileiro, que era a normalização democrática do país. Infelizmente, a minha mão estendida não foi compreendida. Aqueles homens que poderiam ter dado, de início, com as suas experiências políticas, seu saber jurídico, algum auxílio ao governo, recusaram-se a vir até aqui.

Mas eu persisti em ir ao encontro deles, e ainda persisto, daí a minha satisfação em ver, agora, aqui no Palácio, correligionários

e antigos opositores, já esquecidos de tempos passados e apenas voltados para um futuro que é certo: é que, ao fim do meu governo, com a ajuda dos senhores e, portanto, com ajuda do povo brasileiro, nós teremos implantado uma democracia nesse país.

Disso eu não tenho dúvidas, ainda mais porque eu sinto que o pólo desse novo partido, um dos pólos mais importantes em que eu me fixei, é o de Minas Gerais. Eu sinto que Minas Gerais vai me dar o grande reforço de que necessito, para poder olhar de frente aqueles que não acreditavam em nós, que já não são os senhores.

Muito obrigado

6.3.80

RIO DE JANEIRO, RJ

CLUBE GINÁSTICO PORTUGUÊS

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
POR OCASIÃO DE ALMOÇO EM SUA HOMENAGEM NA REAL SOCIEDADE CLUBE GINÁSTICO PORTUGUÊS

Senhor Presidente Edison Chini,
Meus amigos portugueses e brasileiros:

Agradeço as inspiradas palavras com que acabo de ser saudado pelo presidente da Real Sociedade Clube Ginástico Português. Tão português nas origens, quanto brasileiro naquela inimitável união que liga os corações, amalgama os espíritos, transpõe oceanos e ignora diferenças.

Laços que o tempo só faz reforçar e a distância física reveste de témpera indestrutível. Neles transparece o sentimento e a fraternidade que fazem de Portugal e do Brasil uma Pátria comum: a pátria do coração.

A homenagem que me está sendo prestada nesta Casa, mais que a mim, dirige-se à Nação brasileira, que tenho a honra de representar neste ambiente tão familiar aos olhos.

Sensibiliza-me, sobretudo, esta manifestação de afeto e solidariedade, por coincidir com o momento em que nosso País parte para a arrancada definitiva, rumo ao desenvolvimento. O Brasil está ansioso por cumprir o destino histórico vislumbrado pelos que, no limiar do século XVI, aqui aportaram.

De minha parte, sempre dediquei e dedicarei o maior carinho aos meus irmão lusitanos. Com eles me identifico perfeitamente. E não só com os algarvienses, como meu avoengo Lourenço de Figueiredo, que veio para o Brasil, na época de fundação da Bahia, ainda no século XVI. Ou mesmo de seu filho, João de Figueiredo Mascarenhas, que com ele aqui chegou. Casado, anos depois, com d. Apolônia Álvares, filha do Caramuru, deles descendem os Figueiredos da Bahia, da Paraíba e de outras partes do Nordeste.

Nem falo só de meu tetravô, Luiz de Figueiredo Leitão, também do Algarve, e que por volta de 1712, já se firmara nas Minas Gerais, onde fora feito capitão das Ordenanças. Ou de seu neto — meu bisavô — o Comendador Rodrigo José de Figueiredo Moreira. Este, nascido no Arraial de S. Antônio do Tijuco, no Serro do Frio, fiel à tradição andeja, herdada da santa terra, emigrou para o Rio Grande do Sul, onde se tornou grande fazendeiro em S. Sepé, além de ser o cabeça do ramo gaúcho dos meus Figueiredos.

Falo, também, de outros Figueiredos, como meu pai, membro do Conselho Deliberativo do Clube de Regatas do Vasco da Gama.

Na verdade, poderia ir mais longe, e dizer que todos os Figueiredos «d'aquém e d'além mar» são a mesma gente e a mesma terra. Bravos, como se requer de quem se compromete, como está no brasão das figueiras, a «lutar por Deus e pela pátria». Galantes, como se canta no poema medieval, que começa assim:

«No figueiral figueiredo a no figueiral entrey».

Como brasileiro, recebi e cultivo o imenso legado de Portugal ao Brasil, o idioma de Camões. Veículo natural de todas as nossas manifestações nacionais, a língua comum condiciona a própria natureza e profundidade do nosso pensamento.

Não sei se ainda pode chamar-se «inculta» esta bela e «última flor do Lácio» que vibra nos sentimentos, rejuvenesce na ciência e na técnica, e participa dos conselhos do mundo pela voz firme e serena de povos livres, nações soberanas, homens desejosos de progresso.

Muito já se escreveu sobre o milagre da continuidade territorial do Brasil, sua unidade e coesão, ao contrário de outros povos, fragmentados em diversos países.

Mas ainda não se creditou suficientemente esse milagre à unidade na língua, que nos impregnou a todos das qualidades peregrinas do povo lusitano. Doçura e sentimentalismo, conducentes ao amor. Uma certa veia poética no falar e no pensar. E a maior contribuição dos povos lusíadas ao mundo, ou seja, sua disposição incoercível para as virtudes da conciliação, da paz e do entendimento. Isso tudo é eminentemente lusitano. E, portanto, brasileiro.

Foi através da língua que o Brasil conquistou e pôde manter sua unidade geográfica e política. Enriquecida pelos novos aportes à fusão de raças da qual estão saindo os traços característicos dos brasileiros, nossa alma refletirá sempre a tessitura da alma portuguesa.

As expressões, as locuções, as frases da língua portuguesa — e são elas que condicionam o pensamento — trazem em si a marca do povo que as criou.

Por essa razão, mesmo os brasileiros de outras ascendências consideram-se, culturalmente, de origem portuguesa.

Irmanados pelo nascimento ou pelo idioma, os brasileiros sentem o quanto nossa pátria deve ao bravo país ibérico que a descobriu e povoou, guiando-lhe os passos que, finalmente, fizeram dela uma Pátria segura de seu presente e confiante em seu futuro.

É nesse espírito que, a especial convite do meu anfitrião de hoje, tenho a honra de vir integrar-me na abertura simbólica das comemorações que hão de fazer-se onde se fala a língua portuguesa, do 4º centenário da morte do poeta que, acima de todos, lhe deu grandeza, estilo, altanaria, nobreza e perenidade. Hoje, como nos dias de antanho, Luiz de Camões permanece a grande fonte de pureza do nosso maior patrimônio comum.

Fico feliz, também, em dar por inaugurados os trabalhos do Congresso das Comunidades Luso-Brasileiras.

Tudo quanto se faça no sentido de promover a união, o congraçamento e o progresso dos povos de língua portuguesa há de ter o respeito e o apreço dos homens e as bênçãos do nosso bom Deus.

Ao saudar os representantes da comunidade luso-brasileira presentes no Clube Ginástico Português, rendo sentida homenagem do Brasil a Portugal e aos seus e nossos heróis. Eles viveram, na epopéia dos descobrimentos, uma das mais gloriosas páginas da História da Civilização, tão bem descrita pelo poeta:

«Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
Calc-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre lusitano;
A quem Neptuno e Marte obedeceram.»

Muito Obrigado.

7.3.80
BRASÍLIA, DF
CEUB

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO CEUB DURANTE A FORMATURA DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO

Senhor professor Alberto Peres,
presidente do Centro de Ensino Unificado de Brasília,
Senhores professores,
Minhas senhoras, meus senhores,

Meus caros afilhados:

Vim hoje ao CEUB para estar um pouco ao lado de tantos universitários, no momento em que recolhem o prêmio de anos de esforço e estudo — em tantos casos com exemplar afinco e não menor sacrifício.

Como no dia de minha própria formatura, há 43 anos, abrem-se diante de vós os largos caminhos do serviço à Pátria e à sociedade de que sois parte.

Envergar a farda do soldado, como fiz com orgulho, é entregar-se por inteiro ao ideal de servir.

Revestir a beca de advogado é comprometer-se a uma vida de luta pela verdade. Para que se faça justiça, com base só no direito de cada parte. Para que se assegurem as franquias inscritas na lei.

Até como reflexo da própria multiformidade de nossas origens, a sociedade se organiza entre nós em forma necessariamente aberta e pluralista. Por isso mesmo, os fundamentos de nossa vida cívica assentam no convívio pacífico das idéias. No respeito às liberdades e direitos individuais. Na harmonização entre a necessidade de manter princípios centenários e milenares e a conveniência de atualizar os sistemas e as formas, como é próprio de um grupo social numeroso e em constante evolução, como o nosso.

Na tradição ética — ocidental e cristã — à qual nos filiamos, a lei é como o sangue para os organismos vivos. O prevalecimento da lei sobre as vontades e caprichos individuais — ainda que imperfeito, como toda construção humana — é o pressuposto básico de uma sociedade justa, serena, equânime, disposta a promover o bem de todos. Não em um futuro indeterminado ou remoto. Mas em nossos dias. Tão perfeitamente quanto permitido à condição humana.

Tal sociedade, entretanto, só se alcançará no regime democrático. O direito à igualdade de oportunidades — mais que aspiração natural das pessoas, mais que dádiva ou forma de apaziguamento das consciências — deflui de nossa herança comum, e remonta ao nosso próprio Criador.

A democracia que desejo para nosso País é a que aprendi desde menino. A que estudei e cultivei, para depois ensinar aos meus alunos nas escolas militares. Aquela que preguei durante a minha campanha e, no governo, venho pondo em prática, com paciência e pertinácia. Não uma figura de retórica, evada de demagogia. Não o palavreado perfuntório: ágil no apoio verbal, lerdo nos corações e imobilista na ação.

A democracia que jurei implantar entre nós é a encarnação de nossas responsabilidades sociais. A obrigação de não calar diante do sofrimento e da iniquidade.

É também o direito e, mais que isso, o dever de não compactuar com as contrafações que, sob o nome da democracia violam e conspurcam a dignidade natural, inerente à pessoa. Democracia é o clima ideal para o exercício da justiça social. É o melhor instrumento conhecido para a promoção da igualdade entre os homens, a qual se realiza melhor — ou só se realiza — no respeito à liberdade de iniciativa em todos os campos da vida social.

Defendo, por isso mesmo, a melhor distribuição entre todos dos frutos do trabalho comum. Não como dádiva, ou maneira de aplacar nossa consciência, diante das injustiças presentes em todo sistema político ou social. Penso, com essa proposição, corresponder ao princípio superior de que o direito de acesso de cada um aos bens do mundo está compreendido no direito à própria vida.

Mas ninguém atingirá esse estado, pela mágica de ideologias que só prosperam enquanto neguem os direitos cívicos de seus cidadãos. Ou erijam o Estado em fonte e titular dos direitos que são, antes de tudo, de cada um.

Nós brasileiros, não podemos dar guarida às veleidades totalitárias, sob o disfarce de futuras benesses, numa sociedade hipocritamente apresentada como «sem classes».

Tenho, portanto, a democracia — entendida nos países ocidentais — como o instrumento superior para a promoção do bem-estar e da felicidade de todos.

É para a democracia, para seu aperfeiçoamento constante, para sua prática harmoniosa, que os advogados são convocados pelo Brasil.

Que os meus afilhados de hoje sejam parte importante nesse processo, são os meus votos mais sinceros.

Muito obrigado.

13.3.80
SÃO PAULO, SP
ANHEMBI
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NA I FEIRA NACIONAL DA PESCA

Minhas senhoras, meus senhores:

Os que vivem das coisas do mar, ou nele trabalham, são naturalmente propensos à solidariedade e à troca de experiências. Esta I Feira Nacional da Pesca e as reuniões que aqui se realizam são demonstração clara e convincente da sadia integração das diversas partes da atividade pesqueira.

Em todo o mundo, meus senhores, a questão é produzir mais alimentos. Literalmente, milhões de pessoas dependem, para sua sobrevivência, do que vossas redes puderem recolher.

É de justiça destacar o esforço de produção de gêneros alimentícios, que se processa em nossa terra.

Sem diminuir o muito já conseguido, os eventos aqui realizados animam-nos a esperar ainda maior contribuição do setor pesqueiro e do milhão e meio de pessoas que emprega. Nossos rios, lagos e mares são uma imensa, imediata, quase inexplorada fonte de proteínas animais. Só a utilização dos açudes e barragens para piscicultura pode dobrar a produção atual de 800 mil toneladas/ano de pescado. Bem se pode imaginar o que isso representará em termos de alimentação barata e sadia.

Dispomos, para esse fim, de mecanismos provados nesta e em outras áreas. Falo dos incentivos setoriais e da garantia de preço mínimo, estendida à pesca. Dos programas de apoio e desenvolvimento da pesca artesanal, em várias partes do País. Da proteção dos grandes animais do mar, salvando-os da caça predatória.

Nesse particular, desejo assinalar, ainda, a elaboração do anteprojeto do Código de Pesca, para oportuna discussão, antes de encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

Essas e outras providências decorrem da preocupação do governo em assegurar, por todos os meios a nosso alcance, o abasteci-

mento dos produtos que nossa gente carece. Daí veio, também, a prioridade à agropecuária.

Nesse sentido, manifestei aqui mesmo, em São Paulo, meu propósito de:

- * financiar tudo o que for plantado
- * garantir tudo o que for produzido
- * se necessário, comprar tudo o que for colhido.

A essas diretrizes de ação governamental, seguiram-se: a aplicação prática de preços mínimos compensadores, declarados oportunamente; financiamentos de custeio sem limitações orçamentárias e em forma rotativa; simplificação do processo, especialmente para os pequenos e médios produtores.

Como esperavam os que tinham fé, a agricultura respondeu com rapidez e entusiasmo.

As últimas avaliações indicam grandes safras de quase todos os produtos. De arroz, milho e soja, teremos as maiores produções de nossa história.

No total, esperamos, em 1980, mais de 50 milhões de toneladas de grãos. Ou seja, de 25 a 30% acima do obtido no ano passado.

Em meio a resultados tão auspiciosos, nem a frustração da safra de feijão das águas quebrantou o ânimo dos agricultores nacionais. De todas as fontes — públicas e privadas — chegam indicações de que o feijão das secas deverá atingir entre 1 milhão e 300 e 1 milhão e 600 mil toneladas.

Completar-se-á, assim, o necessário a colocar alimento na panela do pobre.

A agricultura brasileira pode orgulhar-se de sua contribuição positiva, na ordem de 10 bilhões de dólares, à nossa balança comercial de 1980. Entre o que vamos expôr a mais e o que deixaremos de importar, teremos um ganho líquido, no comércio internacional de alimentos, de 2 e meio bilhões de dólares a mais que em 1979.

Ao mesmo tempo, o governo pode agora concentrar recursos na assistência técnica e creditícia às novas fronteiras agrícolas. Rondônia, os dois Mato-Grosso, o Norte de Goiás, os Cerrados são outros tantos marcos de esperança, firmados na experiência mais que animadora.

Vive-se em todo o Brasil, neste momento, a alegria da colheita generosa. Recomendei providências para que não falte armazenamento e transporte. Como não faltará, financiamento à comercialização.

Nesse clima, desejo pedir aos agricultores de nossa terra que comecem, desde logo, a batalha da próxima safra. Depois de três anos de frustração, é preciso que a este ano defarturase siga outro, e mais outro, e mais outros indefinidamente, de grande abundância.

Sei que os homens da produção — agricultores, criadores, pescadores — voltarão a mostrar ao Brasil e ao mundo o quanto pode uma gente livre, altaneira, consciente de sua responsabilidade social.

Mas, se considero vencida a batalha da quantidade dos alimentos, resta o problema dos preços ao consumidor.

Apelo ao comércio e à indústria para se engajarem na luta contra a carestia. Peço aos industriais e comerciantes que ajudem a dar consequência — a nível de varejo — ao grande esforço em que se empenharam o governo e a agricultura.

Peço que aceitem menor margem de lucro, a bem de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

Exemplares adicionais desta edição poderão ser solicitados à:
SECOM — Secretaria de Projetos Especiais

(Dep. I)

Palácio do Planalto
70.150 — BRASÍLIA — DF

Figueiredo, João Baptista

**Primeiros desafios : discursos do Presidente
João Figueiredo
32:35(042.5) F475p**

Tit.: 2707 Ex.: 002384

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA